PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

GILMARA OLIVEIRA GOMES

O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA ATRAVÉS DA LITERATURA MOÇAMBICANA DE UNGULANI BA KA KHOSA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
AGOSTO / 2022

GILMARA OLIVEIRA GOMES

Dissertação apresentada para defesa ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Mestrado profissional, da Universidade do Estado de Mato Grosso, Unidade Regionalizada de Cáceres, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Matheus de Mesquita e Pontes

CÁCERES
2022

GILMARA OLIVEIRA GOMES

O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA ATRAVÉS DA LITERATURA MOÇAMBICANA DE UNGULANI BA KA KHOSA

Dissertação apresentada para defesa ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Mestrado profissional, da Universidade do Estado de Mato Grosso, Unidade Regionalizada de Cáceres, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Defesa da Dissertação em __Agosto de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Professor Dr. Matheus de Mesquita e Pontes (IFMT)
(Orientador)

_____

Professor Dra. Fernanda Martins da Silva (UNEMAT)
(Avaliadora interna)

_____

Professora Dra. Marli Auxiliadora Almeida (UNEMAT)
(Avaliadora interna)

_____

Professor. Dr. Marcos Menezes (UFG)
(Avaliador externo)

O passado comunica o presente, o presente dialoga [1]com o passado. Só assim nossa árdua função se recobre de significados e de sentidos. [...] Agora, e a África, não nos explica? Não somos (brasileiros) frutos do encontro ou desencontro de diversos grupos étnicos ameríndios, europeus e africanos? Aí está a dupla responsabilidade. A História da África e a História do Brasil estão mais próximas do que alguns gostariam. (OLIVA, 2003, p. 423-424).

[1] Artigo **A História da África nos bancos escolares.Representações e imprecisões na literatura didática** publicado na Revista Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, n o 3, 2003, pp. 421-461.

Ubuntu. Eu sou porque nós somos.

À Edson Vieira Gomes, meu pai que sempre me dizia que o estudo transforma uma vida (in memorian)

À Gilma Gomes, minha mãe, amor da minha vida.

À Edmara Maria Oliveira Gomes por todo carinho, escuta e conversas.

À Darci de Oliveira por todo cuidado e acolhida.

AGRADECIMENTOS

Muitos desafios surgiram durante essa pesquisa dissertativa, mas tinha a plena certeza de que este era o meu caminho. Estudar África continua sendo um imenso orgulho, prazer e acima de tudo um amor que preenche minha alma. Estudar África continua sendo tão urgente e necessário para entendermos nossa própria história, a história dessa nação.

Neste sentido, quero deixar registrado meus sinceros agradecimentos a todos(as) aqueles que contribuíram para esta pesquisa dissertativa fosse realizada de todas as formas possíveis:

Ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História-ProfHistória, da Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, campus "Jane Vanini" em Cáceres/MT.

Ao Prof. Dr. Matheus de Mesquita e Pontes, meu Professor Orientador por toda paciência, dedicação, comprometimento, compreensão e por todo ensino dedicado nesta orientação. Matheus, muito obrigada por ter estado comigo nos momentos mais difíceis desta jornada e por sempre ter acreditado na realização desta pesquisa dissertativa.

A Professora Dra. Fernanda Martins da Silva, por toda generosidade e humanidade em nos auxiliar na institucionalização do nosso produto pedagógico - Curso Hisla. Muito obrigada por ter estado conosco nesta caminhada em momentos tão importantes.

A Prof. Dra. Marli Auxiliadora de Almeida, por todo apoio e ensinamentos.

Ao Prof. Dr. Osvaldo Mariotto Cerezer, Coordenador do ProfHistória por toda paciência, compreensão durante esse período.

Ao Prof. Dr. Carlos Edinei, Vice-Coordenador do ProfHistória por toda escuta, paciência e ajuda.

Aos Professores do Curso de Extensão de História e Literatura africana-Hisla: Profª Dra.Fernanda Martins, Prof. Dra. Marli Auxiliadora de Almeida, Profª Jéssica da Silva Santos; Prof.ª Weberly Diane Vieira Vitorino Ribeiro, Prof. Matheus de Mesquita e Pontes, Prof. Dr.Genivaldo Rodrigues Sobrinho, Prof. Ms. Edelson Costa Parnov e Prof. Ms. Lucas Santos Café.

Aos amigos(as): Liliane Martins Barbosa, Rosana Marques, Agnaldo Silva, Gislaine do Nascimento Silva, Amanda Rafaela de Souza, José Ricardo de Miranda, Girlene Mendes, Jaissieli Helfenstein, Danyelle Luiza Melo, Ramires Martins, Jheová Uchoa, Asnan Araújo, Nelton Rodrigues Neves e Rodrigo Pomper.

RESUMO

Esta pesquisa dissertativa tem como principal objetivo abordar parte da História da África, por intermédio da produção literária moçambicana, de Ungulani Ba Ka Khosa, especialmente nas coletâneas de contos *Ualalapi* e em *Orgia dos Loucos*, em que problematizamos aspectos da neocolonização imperialista europeia e a busca pela emancipação do território. A partir das nossas fontes primárias, da proposição de construir relações interdisciplinares voltadas ao Ensino de História e no intuito de promover a Lei nº 10.639/2003, realizamos o produto pedagógico previsto no desenvolvimento curricular, no Mestrado Profissional em História (ProfHistória), que foi o curso de extensão: "História e Literatura Africana (HISLA) no contexto da neocolonização e descolonização de Moçambique", curso este realizado no ambiente virtual do *Google Meet* e *Google Classroom*, destinado a colaborar na formação de professores e estudantes, interessados na relação História e Literatura e na temática africana. Para fins de pesquisa pedagógica, nosso produto assumiu a característica de um *Blog* e de um canal no *YouTube*, tendo a finalidade de formação inicial e continuada, para os professores da educação básica. Utilizamos como referencial Benoit (2002), Mbembe (2019), Oliva (2020), dentre outros teóricos, que nos auxiliaram para uma análise mais aprofundada da História e da Literatura africana, de língua portuguesa. Nesta perspectiva, este texto está estruturado em três capítulos, sendo o primeiro uma revisão bibliográfica sobre a colonização e descolonização da África, o segundo capítulo reflexões entre a História e a Literatura, onde apresentamos uma perspectiva narrativa, através das lentes africanas. O terceiro e último capítulo versará sobre o curso de extensão e os resultados dos dados obtidos no mesmo.

Palavras-chave: África; Literatura; História; Ensino.

ABSTRACT

This dissertation research has as main objective to approach part of the History of Africa, through the Mozambican literary production, of Ungulani Ba Ka Khosa, especially in the collections of short stories Ualalapi and in Orgia dos Loucos, in which we problematize aspects of the Europea imperialista neocolonization and the Search for the emancipation of the territory. For our primary sources, from the preposition of Building interdisciplinar relationships aimed at the Teaching of History and in order to promote Law nº 10.639/2003, we carried out pedagogical product forseen in the curricular development in the Professional Master´s Degree in History (ProfHistória), which was the extension course: "History Africa Literature (HISLA) in the contexto of the neocolonization and decolonization of Mozambique", this course was carried out in the virtual envirroment of Google Meet and training and a virtual classroom, aimed at contributing to the training of teachers and students, in a virtual training in education and in the African Google classroom. For porposes of pedagogical research, our initial product took on the characteristics of a blog and an education channel on Youtube, with the propose of training and continuing education for elementar school teachers. We used a reference Benoit (2002) Mbembe (2009), Oliva (2020), among auxiliary reasearchers, who helped for a more in-depth analysis, like others from the African language and literature of Portuguese. In this perspective, this text is structured in three chapters, the first being a bibliographic review on the colonization and decolonization of Africa, the second chapter reflections between History and Liteture, where you presente a narrative perspective, through the African lens. The third and final chapter will deal with the extension course and the results of the data obtained in it.

Keywords: Africa; Literature; History; Teaching.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A imagem evidencia a expansão imperialista: o homem no chão, imobilizado, representa o continente africano, dominado e explorado pelos europeus. Dominação colonial alemã em áreas da África. c. 1900.: A imagem evidencia a expansão imperialista: o homem no chão, imobilizado, representa o continente africano, dominado e explorado pelos europeus. Dominação colonial alemã em áreas da África. c. 1900. 21
Figura 2: Mapa com as demonstrações da constituição africana. 23
Figura 3: Foto da página da Web. 107
Figura 4: Captura de tela do canal no Youtube. 109
Figura 5: Captura de tela do módulo. 111
Figura 6: Captura de tela do módulo. 112
Figura 7: Captura de tela do módulo. 113
Figura 8: Captura de tela de textos complemetares. 114
Figura 9: Captura de tela sobre o Imperialismo/Neocolonialismo. 114
Figura 10: Captura de tela do Fórum Avaliativo. 115

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Representação do grau de escolaridade dos participantes. 117
Gráfico 2: Resultado das respostas obtidas para a pergunta. 118
Gráfico 3: Motivação para realizar o curso. 118

SUMÁRIO

Sumário 10
INTRODUÇÃO 11
CAPÍTULO I 17
ÁFRICA EM PERSPECTIVAS 17
1.1 Imperialismo na África: conceitos e contextos 24
1.2 Reflexões sobre África, Moçambique e Brasil: colonialismos e escravidão 32
1.3. Descolonização da África: algumas considerações 39
1.4 Descolonização de Moçambique 43
CAPÍTULO II -A LITERATURA MOÇAMBICANA COMO FONTE HISTÓRICA .. 48
2.1 A Literatura na luta emancipatória em países africanos de língua oficial portuguesa 53
2.2 Pioneiros da literatura moçambicana durante os anos de luta pela emancipação 59
2.3 Ungulani Ba Ka Khosa entre percursos e obras literárias 71
2.4 Análise história sobre algumas literaturas de Ungulani Ba Ka Khosa 75
CAPÍTULO III - A CONTRIBUIÇÃO FORMATIVA DO CURSO DE EXTENSÃO "HISTÓRIA E LITERATURA AFRICANA NO CONTEXTO DA (NEO)COLONIZAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE" 88
3.1 Uma Introdução ao Ensino de História da África 93
3.2 Valorização e defesa da Lei nº 10.639/03 em prol de uma educação antirracista 98
3.3 Espaço de diálogos na formação de Professores de História: relatos sobre o curso de extensão "História e Literatura no contexto da (neo)colonização e descolonização de Moçambique" 104
Considerações finais 121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 122

INTRODUÇÃO

O continente africano tem sido objeto de interesse em inúmeras pesquisas acadêmicas contemporâneas no Brasil, nas áreas de Humanas e Linguagens. A grande diversidade social, econômica, cultural, entre outras particularidades, têm levado á uma busca de conhecimento que propõe estudos mais consistentes, para que possamos apresentar uma África produtora de conhecimento e saberes próprios, reverbere numa outra visão, não preconceituosa, sobre o continente nos ambientes educacionais no Brasil. Neste sentido, nossos estudos concentram-se na região sul do atual Moçambique, onde desenvolveu-se o Império[2] de Gaza.

Esta pesquisa dissertativa tem como tema principal, abordar a História da África, via relação História e Literatura, com recorte espacial em Moçambique e temporal. Navega entre período de (neo)colonização (final do século XIX e parte expressiva do século XX) até as primeiras décadas da emancipação política (final do século XX e primeiros anos do século XXI). Os delineamentos dos recortes efetuados na pesquisa, em certo grau, estão balizados pelo tempo e espaço que permeiam as tramas literárias das nossas fontes primárias e não tem o interesse de revisar a totalidade da historiografia africana e moçambicana do período.

No plano educacional e enquanto produto pedagógico que é uma das prerrogativas previstas no Mestrado Profissional em História em Rede (ProfHistória), executamos um curso de extensão visando a contribuição, para a formação continuada de professores(as) da educação básica, graduandos(as) e demais interessados(as). Este curso ocorreu ao longo do 1º semestre de 2021 com registro e certificação feitos pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e, devido à crise pandêmica da COVID-19, ocorreu de forma virtual. A propositura foi de utilizar-se do saber pesquisado, durante parte da trajetória dos estudos do mestrado, para compartilhar com professores da rede básica, graduandos e demais interessados na temática.

O curso de extensão foi denominado de: “História e Literatura africana no contexto da (neo)colonização e descolonização de Moçambique”, e teve a intenção de promover a Lei nº 10.639/2003 que delineia a inclusão nos currículos educacionais a temática da História e Cultura Afro-brasileira e africana, colaborando no processo de capacitação dos educadores(as) e mostra uma perspectiva interdisciplinar, via o uso da literatura africana, no desenvolvimento do ensino de História destinado às turmas do ensino fundamental e médio. Com intuito de disponibilizar as aulas do curso de extensão “História e Literatura Africana -HISLA” foram

[2] Utilizaremos o conceito de “Império” para referir-se ao território de Gaza, seguindo desse modo o termo adotado pelo autor Ungulani Ba Ka Khosa em suas obras literárias. Neste sentido, quando aparecer a menção “reino” de Gaza em nossa análise é a partir da apropriação de algum historiador em questão.

criados ambientes virtuais no site *WixSite* e um canal no Youtube, que permitem que o material visual produzido fiquem disponíveis para consulta dos interessados na temática.

Na perspectiva de compreensão da história moçambicana apresentamos na região sudeste do continente africano, o escritor Ungulani Ba Ka Khosa que narra de forma crítica e literária a formação da memória oficiosa e impositiva do colonizador branco europeu, no final do século XIX: “Em 1895, o comissário régio de Moçambique, Antônio Enes, escreveu em suas memórias que o coronel Galhardo teve ‘bondade, amor à pátria, respeito pelo homem’ [...]" (KHOSA, 2013, p. 52). Tradicionalmente a história ocidental eurocêntrica, reproduzida nos meios educacionais, é contada a partir da perspectiva de quem dominou e colonizou, pelo uso da força violenta, territórios e pessoas. Numa perspectiva distinta queremos estudar, pesquisar e ler predominantemente a escrita do africano e não a do colonizador, apropriando-se assim da literatura de origem moçambicana, enquanto peça chave para tal empreendimento inovador de aprender e ensinar a História da África.

Ungulani Ba Ka Khosa é um escritor moçambicano e sua produção literária através dos seus contos será nosso principal recurso documental, para realizar nossa viagem pela África colonizada dos séculos XIX e XX, da África que busca o caminho próprio com a descolonização nos anos de 1970, até os dias atuais. [3]Ungulani Ba Ka Khosa, nome *tsonga* de Francisco Esaú Cossa, nasceu em 1957, na província de Sofala, Moçambique. Professor de carreira, exerceu funções importantes nas áreas da cultura e educação. Escritor de várias obras de romance e conto, entre elas: *Orgia dos Loucos*, *Choriro*, *Ualalapi* e o *Rei Mocho*. Em 2013 recebeu o Prémio BCI Literatura pela obra *Entre as memórias silenciadas* foi vencedor do Prémio José Craveirinha de Literatura de 2007, com a obra *Os sobreviventes da noite*. Em 2002 a obra *Ualalapi* foi considerada um dos 100 melhores romances africanos do século e, em 1990, ganhou o Grande Prêmio de Ficção Narrativa Moçambicana.

No desenvolvimento desta dissertação e do curso de extensão, utilizamos como fonte primária as coletâneas de contos de Khosa, dispostos na obra *Ualalapi* (2013) e *Orgia dos Loucos* (2016). Também, enquanto fontes secundárias, nos apropriamos brevemente de poemas dos escritores moçambicanos: José Craveirinha e Noémia de Sousa, que são de uma geração anterior ao desenvolvimento da literatura de Khosa. As vivências e os questionários aplicados aos participantes do curso de extensão fecham o rol das nossas fontes, entretanto, elas serão usadas apenas no último capítulo deste trabalho.

[3] Trecho biográfico adaptado da obra “Orgia dos Loucos" (2016) publicado pela Editora Kapulana no Brasil..

Na perspectiva interdisciplinar, a abordagem teórica da História Cultural compreende que o fazer história pode ser desenvolvido, a partir da partilha com outros campos do saber, e, através de objetos diversos: pessoas comuns e suas memórias, artes, literatura ficcional e qualquer outro vestígio da vivência humana, peculiaridades que abrangem o processo investigativo historiográfico, se comparado com a perspectiva da história tradicional, oficiosa, difundida por grupos hegemônicos.

Seguindo predominantemente a linha teórica da terceira geração da Escola dos *Annales*, através da História Cultural, desenvolvemos diálogos e narrativas para refletirmos sobre a história ensinada pelos professores na educação básica, que a este respeito a historiadora, Ana Maria Monteiro:

> Na história escolar percebe-se, assim, que a estrutura narrativa pode ser reconhecida numa dupla dimensão: como estrutura discursiva de expressão do conhecimento histórico e como estrutura de sustentação da construção didática que tem uma finalidade própria (MONTEIRO, 2007, p. 130).

Para as práticas metodológicas da nossa pesquisa, em sintonia com a proposição do curso de extensão, alinhamos com a historiadora Thaís Nívia de Lima e Fonseca (2017) ao afirmar que, se espera dos professores de História o domínio dos conteúdos, contextos pedagógicos e dos procedimentos didáticos. Nestes parâmetros, pensar o ensino de História significa almejar compreensões e práticas mais articuladas, com o meio social e educacional. Portanto, a formação inicial e contínua dos professores, precisa ser de maneira específica e direcionada para que a aprendizagem dos estudantes ocorra dentro de um ensino de história pautado no conhecimento histórico e promoção dos direitos humanos.

Para refletirmos sobre a formação de professores de História e sua atuação no Ensino de História e da Cultura Africana. Segundo o historiador Osvaldo Mariotto Cerezer (2018) é preciso ter mais engajamento entre professores formadores, mais visibilidade da temática nos currículos e maior aproximação entre estes conhecimentos e o espaço escolar. Em conformidade, o historiador Anderson Ribeiro Oliva (2003) explana que a História da África é de suma importância, pois ela está interligada com a trajetória da formação do povo brasileiro.

Sobre a estrutura metodológica do desenvolvimento da dissertação, dividimos o texto em três momentos: O primeiro voltado a uma revisão bibliográfica, que perpassa por aspectos da colonização e da luta pela descolonização no continente africano, com ênfase ao território moçambicano. Nesta revisão nossa reflexão foi emitir prioridade aos autores africanos e africanistas, no intuito de potencializar uma visão distinta dos marcos do eurocentrismo. Num

segundo momento centramos nossa análise perante a literatura africana, como ferramenta central para impulsionar a emancipação política e a vitalidade das várias identidades do povo africano e, em especial, no caso da literatura moçambicana, com ênfase nos contos de Khosa. Por fim, no último capítulo, pretendemos apresentar e defender a relevância da formação inicial e continuada dos educadores, para promover a Lei nº 10.639/2003 na educação básica e, para tal movimento, apresentaremos e interpretaremos o curso de extensão, que ministramos no primeiro semestre de 2021, utilizando-se dos questionários efetuados junto aos cursistas, para efetuar a reflexão.

Na abertura de cada capítulo, apresentamos um trecho de citação, retirada das obras literárias do Ungulani Ba Ka Khosa como também desenvolvemos uma reflexão textual introdutória, antes de adentrar no desenvolvimento, em si, do capítulo.

O primeiro capítulo é intitulado **"África em perspectivas"** e seu desenvolvimento está dividido em quatro momentos – subcapítulos. No primeiro, "Imperialismo na África: conceitos e contextos", apresentamos perspectivas que relacionam a literatura e a história no contexto moçambicano, observando particularidades em comum entre os territórios, como estudo de caso. Assim, pautados na ampliação de fronteiras comerciais de exploração, o conceito de imperialismo é compreendido como ações articuladas, que visavam dominação das pessoas e espoliação das riquezas, através de justificativas como o darwinismo social, o racismo científico que propõe uma superioridade entre as raças sociais.

Num segundo momento, denominado "Conexões em África: Moçambique e Brasil", procuramos compreender a construção da África como uma categoria de análise. A esse respeito, o filósofo congolês Valentin-Yves Mudimbe (2019) aponta que o africano se torna todos os outros, menos ele próprio. Por isso, traçamos uma reflexão que iniciou com o Império de Gaza e sua importância para uma compreensão de uma África habitada, produtora de conhecimento e que pudemos observar com Gungunhana, último imperador de Gaza, as relações sociais estabelecidas dentro da sua sociedade e o contato com os portugueses num processo de desarticulação dessa região.

Podemos então relacionar trechos da obra *Ualalapi* (2013) com o contexto histórico e a proximidade da imigração forçada de africanos, inclusive de Moçambique para o Brasil, desembarca no Rio de Janeiro e chega até o território de Mato Grosso. A partir da prática do colonialismo, baseado no racismo, a escravidão operou por muitos séculos através dessas ligações comerciais via o Atlântico.

No terceiro momento intitulado, "Descolonização da África: algumas considerações", começamos pela cultura que o historiador nigeriano, Toyin Omoyeni Falola (2020) aborda

como elemento relevante, para a construção da identidade de uma nação, o contexto de descolonização está totalmente interligado com o sentimento de pertencimento do território, ao povo em questão. No caso moçambicano, essa articulação para libertação nacional contou com influências de movimentos intelectuais e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) que depois de longos anos de combate frente aos domínios portugueses no país, conseguem alcançar a independência com contribuições de líderes importantes, como Eduardo Chivambo Mondlane e Samora Machel.

No último momento do primeiro capítulo, adentramos na contemporaneidade via "A Descolonização de Moçambique", refletida a partir de articulações e pensamentos sociais que contribuíram para o entendimento do processo pós-colonial. A FRELIMO é o partido que continua no poder em Moçambique com o Presidente Filipe Jacinto Nyusi, governando uma nação extremamente jovem de 46 anos de emancipação política e que está num caminho de desenvolvimento de sua economia, infraestrutura e demais serviços essenciais para a população. As marcas deixadas pelo colonialismo português ainda são presentes na literatura de denúncia, marcada pela dor e resiliência em apresentar narrativas, que contam a partir do moçambicano outra história.

No segundo capítulo passamos para a abordagem da relação história e literatura, denominado: **"A Literatura Moçambicana como fonte histórica"**. Também subdividimos este capítulo em quatro momentos, o primeiro "A Literatura na luta emancipatória em países africanos de língua oficial portuguesa", utilizamos na ótica da História Cultural para abordar alguns elementos que contribuíram para os processos e independência moçambicano, como o Pan-Africanismo e a Negritude, movimentos de intelectuais que influenciaram o esboço de um projeto autônomo de identidade nacional.

Portanto, faz-se necessário brevemente trazermos o conceito de memória proposto por Halbwachs (2003), cuja a memória é construída a partir dos relatos de pessoas que compõem um grupo específico, tornando assim uma narrativa coerente, para as pessoas envolvidas. A partir desse ponto de partida a literatura africana de língua portuguesa é desenvolvida, questionando o eurocentrismo presente nas literaturas vigentes e propõe uma escrita a partir de si mesmo.

No segundo momento/subtítulo denominado "Ungulani Ba Ka Khosa entre percursos e obras literárias", procuramos compreender algumas das principais características presentes na construção da identidade do autor, tendo como início de reflexão o nome tribal que marca esse processo de elaboração do escritor. Ungulani possui diversas obras publicadas e premiadas que perpassam questões como o Império de Gaza, Gungunhana, mulheres, processo de

descolonização entre outras temáticas que nos instigam a conhecer, com mais profundidade sobre Moçambique, assim em suas obras possuem um surrealismo notável e que completa sua marca autoral. Fechando o segundo capítulo, num quarto e último momento, temos o subcapítulo: "Análise histórica sobre algumas literaturas de Ungulani Ba Ka Khosa".

Neste momento centramos na análise de nossa fonte primária e optamos por alguns contos presentes nas obras *Ualalapi* (2013) e *Orgia dos Loucos* (2016), como contextualização e análise do nosso recorte histórico/temporal entre os anos de colonização e busca pela emancipação. Por conta de sua formação acadêmica em História e Geografia, e por ter sido professor, Ungulani desenvolve suas narrativas tendo como referência contextos reais da sociedade, personagens que fazem parte da história de Moçambique, como no caso do último imperador de Gaza, Gungunhana e personagens fictícios como Ualalapi para desenvolver suas tramas, a partir de uma região, que de fato existiu, mesclando a realidade e a ficção.

Pensar Moçambique, sua narrativa a partir da proposta dos seus próprios mitos e confecções de lideranças que se mantiveram ativas, dentro do seu contexto histórico. E nesse processo, sua escrita é marcada por lágrimas, suor, sangue, ranger de dentes, olhos paralisados pelo medo, pela impossibilidade de realizar uma mudança concreta, e por uma esperança quase finita, intocável.

No terceiro capítulo, **"A contribuição formativa do curso de extensão 'História e Literatura africana no contexto da (neo)colonização e descolonização de Moçambique"**, centramos nas reflexões sobre nossa experiência pedagógica, previsto no desenvolvimento curricular do ProfHistória. Neste momento do trabalho visamos subdividir a discussão em dois momentos.

No primeiro apresentaremos nosso produto pedagógico, o curso de extensão: História e Literatura Africana no contexto da neocolonização e descolonização de Moçambique, realizado entre os dias primeiro e dezesseis de julho do corrente ano, via a plataforma *Google Meet*. E, por fim, no segundo momento, centrar na visão sobre a História e a Literatura – no intuito de promover a Lei nº 10.639/2003, sobre o olhar dos cursistas, utilizando-se como fonte os materiais investigativos desenvolvidos, questionário aplicados aos participantes do curso.

CAPÍTULO I: ÁFRICA EM PERSPECTIVAS

[...] Ngungunhane apareceu perante a multidão, com o seu saiote de peles e as caudas decorativas, acompanhado pelos maiores do reino e por Mputa, ladeado por guardas reais, no meio do tam-tam que ressoava das peles ressequidas como sons que vinham de entranhas continuadas em séculos, troando pela tarde sem nuvens, bela, impoluta. E quando o silêncio se refez, o soberano, calmamente com o orgulho que os changanes herdaram, dirigiu-se à multidão [...]

Ungulani Ba Ka Khosa, **Ualalapi**, 2013, página 44-45.

O espaço escolar é um lugar dinâmico, repleto de ações simultâneas que ocorrem em ritmos lentos, acelerados e/ou constantes. É neste ambiente que o professor de história desempenha seu ofício, ora utilizando-se de fontes diversas para apresentar e desenvolver sua aula, ora de forma tradicional com os materiais básicos disponíveis em sua unidade de ensino, como o livro didático.

Nossa intenção ao desenvolver este trabalho de pesquisa dissertativa não é examinar o material didático, nosso objetivo foi corroborar que embora muitos avanços tenham ocorrido com a inegável contribuição da Lei 10.639/03, é preciso que não nos cansemos de questionar e propor alternativas inclusivas e que apresentem o negro, seja no Brasil ou na África como sujeitos produtores e narradores de conhecimentos e histórias. Portanto, nossa fonte não é o livro didático, mas foi a permanência do negro como sujeito pacífico neste material que utilizamos em nossa ação extensionista/formativa em 2021 que nos impulsionou a construir e utilizar os estudos de outros pesquisadores para propor uma outra história sobre a África, precisamente a região do atual sul de Moçambique.

Nosso trabalho foi articulado usando a teoria da História Cultural como orientativo de compreensão, entretanto os/as leitores/as perceberam que quando realizamos no primeiro capítulo a conexão entre África via Atlântico Brasil/Mato Grosso recorremos à História Social para nos auxiliar a refletir sobre a presença e atuação do processo de entrada, trajetória e permanência dos africanos em nosso território. Neste sentido, nosso objetivo não foi de aprofundamento dessas ações, mas de novamente trazer uma abordagem mais consistente do nosso recorte de estudo.

Compreendemos então que nas muitas apresentações e representações de África, contribuíram para o desafio historiográfico de realizar um recorte, para fins de pesquisa e/ou de ensino escolar. De acordo com o historiador francês, Marc Bloch (2001) a história não é apenas uma ciência em marcha, mas uma ciência na infância, aberta a novos métodos, objetos e fontes, como todas as ciências que possuem, por objeto de estudo, as vivências humanas.

Pensar sobre qual ensino estou oferecendo para meus discentes no tocante aos estudos africanos, nos coloca em contato (ou ao menos deveria) com o Ensino de História da África no ambiente escolar, onde nos deparamos com uma história contada, através de uma perspectiva, em que a África é colocada como um território inóspito, marcada pela vivência primitiva e desprovida de organização política. Segundo o historiador Renilson Rosa Ribeiro (2019), a ausência ou negação de certos grupos sociais na historiografia atribui passividade aos mesmos. Portanto, essa rotulação acaba por contribuir na transformação destes agrupamentos em “objetos”, destituídos de vontade própria e humanidade.

A abordagem da insignificância histórica, corriqueira na Educação Básica brasileira, perante aos povos não ocidentais, constrói a ideia de um espaço e pessoas que não tinham outra alternativa de mudança, a não ser pela ação dominadora e imperialista dos povos europeus que iniciaram uma roedura[4] (BARBOSA, 2020) no continente africano, pelos últimos cinco séculos. Roedura que foi reelaborada no mundo contemporâneo, nas bases da economia de mercado global, por volta da década de 1870, alguns anos antes do "marco oficial" indicado predominantemente pelos livros didáticos, que consideram a Conferência de Berlim (1884-1885) como o principal evento para análise da recém dominação europeia na África.

Nessa construção de uma África historicamente submissa e periférica perante a Europa, o livro didático tradicionalmente se apresenta como uma ferramenta que, normalmente, inferioriza e hegemoniza uma visão parcial dos povos africanos. Segundo a historiadora Circe Maria Fernandes Bittencourt (2021) o livro didático impresso, muitas vezes o único material pedagógico nas escolas públicas brasileiras, tem sido objeto de estudos e reflexões de vários pesquisadores e educadores, sobre várias perspectivas, compreendendo que o mesmo ainda é o principal recurso pedagógico, para a maioria dos professores e referencial básico de estudo para milhares de estudantes.

Existem algumas reflexões que precisam ser apresentadas, a primeira delas é que o livro didático é uma mercadoria, pensada e produzida como tal, a partir de um estruturado mercado editorial. Como mercadoria ele sofre interferências na sua produção e comercialização, destaca o material didático como objeto da indústria cultural, pois impõe uma leitura que é organizada por profissionais, técnicos que participam da elaboração do produto e não exatamente do autor do livro.

Bittencourt (2021) continua apontando que os livros didáticos são repositórios de conteúdos e que neste aspecto, ele apresenta uma sequência de acontecimentos previstos no currículo, enquanto instrumento pedagógico do professor – e, partindo desta produção – se organiza toda a dinâmica da aula e sequência escolar. O material didático também é um veículo carregado de ideologia, cultura e valores a serem transmitidos aos estudantes.

De acordo com o historiador Anderson Ribeiro Oliva (2020) o papel dos manuais e livros didáticos em sala de aula, bem como para qualquer espaço de relações humanas, partem das representações, que podem ser construídas, de forma ativa e consciente. Portanto, elaborar conceitos e definições a partir da forma como compreendemos sendo que essa concepção pode

[4] Reflexão utilizada pelo historiador Muryatan S. Barbosa na obra: *A razão africana*: breve histórico do pensamento africano contemporâneo (2020).

ser alterada a qualquer momento, dependendo das nossas intenções. Torna-se evidente que mesmo apoiados nas investigações de historiadores, africanistas ou não, para elaborarem seus textos e abordagens, se faz necessário que os autores de livros didáticos considerem uma série de imagens e visões associadas à África e aos africanos. Portanto, as abordagens podem potencializar os estereótipos ou levar a desconstrução dos mesmos. Assim, espera-se que este material seja produzido com rigor de conteúdos e com atualizações historiográficas, de maneira que promova a alteridade e os direitos humanos.

Por mais que exista uma gama de legislações e diretrizes curriculares que visam valorizar a história dos povos africanos, a perspectiva eurocêntrica ainda predomina nos livros didáticos que circulam no Brasil. Seja no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, as abordagens em relação à África são exploradas, em poucos capítulos dispersos e, na maioria dos casos, o desenvolvimento societário dos povos africanos está delineado pelos acontecimentos ocorridos na Europa.

Neste sentido, para ilustrar, porque como já citamos acima, o livro didático não é nosso objeto de estudo, entretanto, o mencionar faz-se necessário tendo como base que seus discursos permanecem repetidamente e insistentemente os mesmos. Assim, para analisar a noção do neocolonialismo, imperialismo do século XIX, apresentamos uma charge do livro didático da 8º série do Ensino Fundamental II, de *Araribá Mais* (2018), no seu Capítulo 14, "O capital financeiro e a expansão imperialista na África, na Índia e na China", com um trecho trazendo uma abordagem sobre a era imperialista: "A definição das regras para a partilha da África entre as potências europeias aconteceu entre os anos de 1884 e 1885, em Berlim, onde se reuniram representantes da Grã-Bretanha, Alemanha, França, Portugal, Bélgica e outros países" (ARARIBÁ MAIS, 2018, p. 176).

De forma recorrente, a baliza que delineia a dominação e a ocupação da África, continua sendo o mundo europeu, tendo como marco contemporâneo a Conferência de Berlim. Adiante na leitura, sem abordar as culturas e particularidades dos povos originários, nos deparamos com a seção do subtítulo "Características da colonização na África", que trata do conceito de colonização, de forma didática, aponta para dois processos distintos na dominação sobre os africanos e seus respectivos territórios, com os processos da assimilação da cultura do dominador e da distinção social, entre o colonizado e colonizador. Entretanto a imagem abaixo, retirada da citada seção, pode promover outras abordagens.

Figura 1: A imagem evidencia a expansão imperialista: o homem no chão, imobilizado, representa o continente africano, dominado e explorado pelos europeus. Dominação colonial

alemã em áreas da África. c. 1900.: A imagem evidencia a expansão imperialista: o homem no chão, imobilizado, representa o continente africano, dominado e explorado pelos europeus. Dominação colonial alemã em áreas da África. c. 1900.



Fonte: Charge publicada no jornal inglês *The Sunday Dispatch*. Araribá Mais, 2018.

Segundo o psiquiatra e filósofo político martinicano, Frantz Fanon (2008) afirma que, para o exercício de descrever a colonização, é necessário ter consciência que isso é um comportamento desumano e, que é utópico, querer compreender um comportamento desumano destoando-o e/ou distinguindo de outros comportamentos desumanos. Todas as maneiras de exploração possuem uma proximidade em comum. Contemporaneamente elas procuram justificar sua necessidade em uma base pretensamente cristã, entretanto, todas as formas de exploração são idênticas, pois possuem o mesmo objetivo: a dominação do homem sobre outros homens.

Neste sentido, a charge acima demonstra a crueldade com que a colonização ocorreu e, que de acordo com Fanon (2018), ao valorizarmos a estrutura de uma ou outra exploração, escondemos o problema maior que é de garantir a dignidade humana no seu devido lugar. O racismo e a dominação colonial na África, dos séculos XIX e XX, não se diferenciam, em sua essência, de outros racismos e de outras formas de dominação.

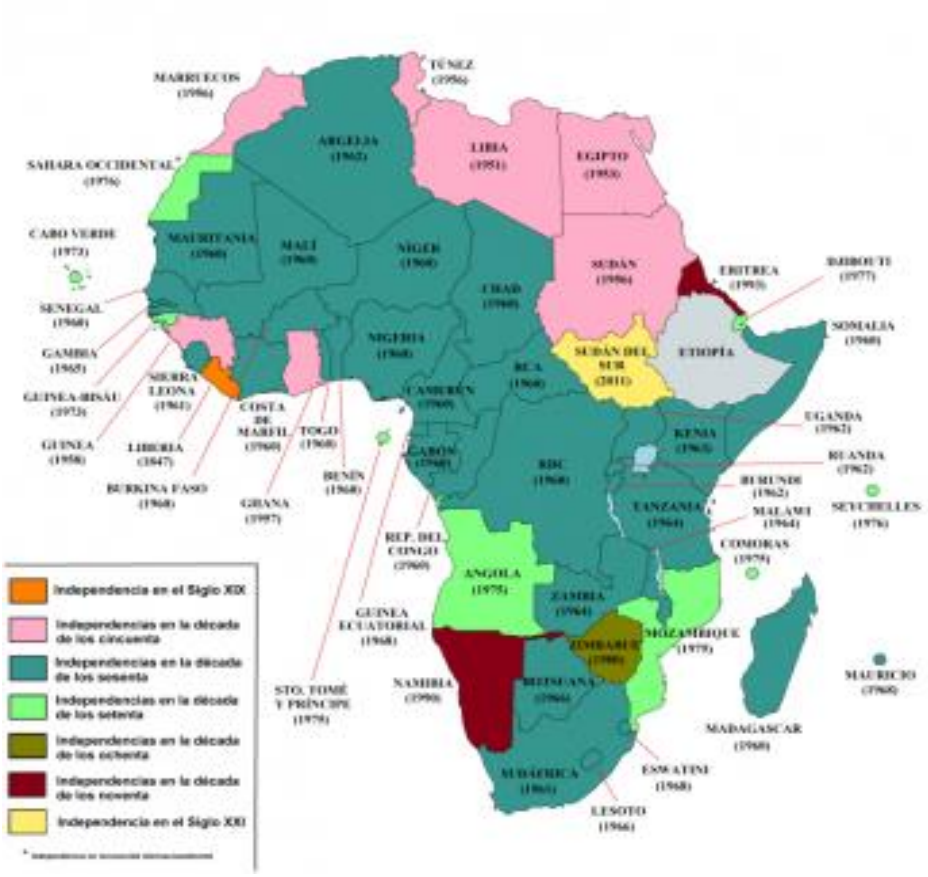
Numa lógica temporal linear e eurocêntrica, a descolonização da África – como também de parte da Ásia – será abordada na Educação Básica de forma simplificada, apenas enquanto um desdobramento dos acontecimentos ocorridos entre as metrópoles colonizadoras

no pós-Segunda Guerra, seja no final do Ensino Fundamental como também no final do Ensino Médio.

Utilizando-se novamente do livro didático de História, da 9º série do Ensino Fundamental II, de *Araribá Mais* (2018), observamos na abertura da Unidade VI, "As independências na África e na Ásia" (p. 152-153) e, em especial, no Capítulo 13, "Os processos de independência na África" (p. 154-163), traz a abordagem de alguns casos pontuais sobre o processo de descolonização das regiões do continente africano, mas sem apontar a perspectiva diversificada, no aspecto étnico e cultural desses povos, na dinâmica das suas formas de resistência.

Novamente, simplificando o contexto vivenciado, apresenta-se ao estudante o seguinte mapa abaixo, onde faz-se alusão ao ano específico, em que cada território conseguiu, institucionalmente, sua libertação nacional, sendo que oculta particularidades de cada processo, disputas e perspectivas étnicas, que ainda permeiam o vasto território africano.

Figura 2: Mapa com as demonstrações da constituição africana.



Fonte: Araribá Mais, 2018.

Em síntese, o conteúdo abordado sobre os fatores que levaram aos processos de independência, apresenta os colonizadores como "fragilizados", devido às consequências nefastas da Segunda Guerra Mundial. "Exauridos" aos custos humanos e bélicos do conflito, as nações africanas puderam galgar suas independências. De acordo com o filósofo camaronês, Joseph-Achille Mbembe (2019) longe de ser apenas um produto exclusivo da colonização, os novos limites na atualidade do pós-Guerra, as relações comerciais, religiosas e militares, as relações de força e alianças desenvolvidas pelas potências vitoriosas da Guerra e entre os próprios grupos étnicos africanos, vão delinear um fragmentado e complexo processo de independência no continente.

Neste primeiro capítulo, por mais que não consigamos abandonar plenamente a linearidade temporal e a visão eurocêntrica da abordagem historiográfica tradicional, que permeia os livros didáticos, almejamos fazer uma revisão histórica e bibliográfica que observe o processo de colonização e de descolonização, utilizamos, em parte, de autores africanos e africanistas, aproximamos do caso específico de Moçambique, sobre o intuito de utilizarmos posteriormente da fonte literária, para abordar particularidades daquele território.

Nesse sentido o primeiro capítulo será subdividido em cinco partes, o tópico **1.1 - Imperialismo na África: conceitos e contextos**, abordaremos perspectivas que relacionam a literatura e a história, no contexto moçambicano. O tópico **1.2** apresentaremos **Conexões em África: Moçambique e Brasil** nas relações vivenciadas com os colonizadores portugueses. No tópico **1.3 Descolonização da África: algumas considerações** realizaremos uma análise sobre alguns acontecimentos que contribuíram para os processos de libertação nacional. **1.4** A **Descolonização de Moçambique** será refletida a partir de articulações e pensamentos sociais, que contribuem para o entendimento do processo pós-colonial.

1.1 Imperialismo na África: conceitos e contextos

O final do século XIX e o início do século XX apresentou uma grande reconfiguração territorial, em parte do mundo conhecido, a saber no continente africano e parte do continente asiático. Enquanto as grandes potências articulavam ações que visavam ocupar para lucrar, independente da destruição causada.

Neste viés, o autor Ungulani Ba Ka Khosa nos mostra através do conto literário abaixo, intitulado "Fragmentos do fim (1); Ualalapi" que abre a coletânea de contos do livro onde leva o mesmo nome, a perspectiva do gênero literário conto, tem como objetivo mostrar uma história curta, com um personagem narrador apresentando o contexto do enredo e com um conflito de

destaque, um olhar, uma perspectiva sobre a vida numa aldeia do sul de Moçambique num período concomitante ao da neocolonização.

Qual a grande relevância dessa história ficcional? A importância é que ela começa a desvendar o óbvio que muitas vezes é difícil de perceber pelas lentes racistas. Todo território africano já estava ocupado e as pessoas viviam através de um sistema organizacional político, muito bem estruturado onde permitia que toda a dinâmica social fluísse de forma contínua.

> Quando chegaram a um dos outeiros mais próximos da aldeia, os guerreiros suspiraram de alívio ao contemplar as casas esparsas por entre as árvores de raízes seculares, imersas num silêncio profundo, próprio daquela hora em que o sol ultrapassa majestosamente a metade do céu sem nuvens, atirando os raios que causticavam os rostos, os dorsos e os troncos nus dos guerreiros, cobertos da cintura à parte superior das coxas por peles de animais bravios. (KHOSA, 2013, p. 17).

Num modelo de governo com monarquia constituída é preciso que haja o grupo de guerreiros para realizar a defesa das pessoas, do território e entre outras tarefas realizar a caça de animais para subsistência alimentar. A vestimenta com peles de animais extremamente perigosos traz honra aos que utilizam, demonstra assim enorme capacidade de sobrevivência frente aos perigos naturais do ambiente no qual transitam com frequência.

> Ualalapi, à frente dos guerreiros, percorreu com um olhar a aldeia e pensou no *doro*, nome que leva o *pombe*[5] preparado nestas terras de *mundau*[6], a entrar pelas goelas abaixo, com um bom naco de carne, a sombra da frondosa árvore, tendo defronte a mulher atiçando o fogo e o filho brincando, enquanto a noite entrava, calma, trazendo consigo a lua cortada e as vozes mais distantes de outros homens que seroavam, pervagando pelo mundo dos feitos *nguni*[7], em tempos de guerra e paz (KHOSA, 2013, p. 17).

Ualalapi, lembra do gosto da bebida, da comida, da paisagem em frente ao lugar em que a sua mulher costuma alimentar a fogueira para os aquecer nas noites frias, ora para preparar algum alimento. A imagem do filho em momentos de descontração noite adentro, remete às grandes histórias do seu povo, sua ancestralidade traduzida por essas lembranças vividas como a própria existência do firmamento do nosso satélite natural.

> Sorriu para os guerreiros que acompanhavam, carregados de carne fresca, resultado da matança feita no interior das terras, e iniciou a descida por um carreiro sinuoso, alheio ao roçar insistente dos arbustos de metro e meio que se erguiam nas margens quando, a meio da descida, susteve o passo, obrigando os outros a parar e aproximar-se ladeando-o (KHOSA, 2013, p. 18).

---

[5] Bebida alcoólica fermentada, tradicional.

[6] Região de praia em Moçambique

[7] Grupo étnico presente no sul de Moçambique

Liderando o grupo, Ualalapi segui feliz com o resultado da caçada, entretanto, como é esperado de quem está comandando uma atividade, é preciso ser atento ao menor ruído, a qualquer situação de perigo, todos devem colocar-se em estado de alerta, para, ouvir e observar o que pode estar aguardando o grupo um passo adiante.

> Dois pangolins, animais de mau agouro, reluziam ao sol numa atitude de completa sonolência a meio do carreiro. Ualalapi olhou de soslaio os guerreiros que o ladeavam e viu os mesmos olhos brilhantes, trementes, claros, ausentes. Nada disse. Passou a mão pela carne fresca, sinal de fartura e de bons presságios, e atirou os olhos aos pangolins, animais agoirentos, como já foi dito. (KHOSA, 2013, p. 18).

Na sabedoria tradicional dos *nguni* a própria natureza realiza um diálogo constante com as pessoas, alertando, indicando situações que trazem diversos sentimentos, significados. Como líder, Ualalapi precisa ter essa percepção aguçada para compreender a reação dos guerreiros a sua volta, necessita então passar confiança de que qualquer situação divergente pode ser contornada, resolvida. Por isso passa a mão pela fartura da caça como um contraponto de bom resultado.

> E todos, como que petrificados pela imagem infausta, permaneceram na mesma posição, sentindo o sol a fulminar-lhes os corpos e os arbustos a atirar os ramos mais atrevidos que se dobravam ao contato com os corpos, durante minutos prolongados, até que os pangolins, recobrando as forças, retiraram-se do carreiro, deixando-o livre à passagem dos homens e a flutuação do pensamento que a todos atingiu. (KHOSA, 2013, p. 18).

Uma cena inesperada, cruel tem o poder de paralisar o mais bravo dos guerreiros. Durante os minutos em que o corpo está neste estado de letargia, a mente reproduz cenas familiares como uma espécie de lembrete de momentos únicos e que podem não ocorrer novamente, como se a mente reproduzisse as últimas lembranças para aqueles que logo não estarão presentes no mundo dos vivos.

> Ualalapi pensou no filho e viu-o tirar da parede maticada o escudo de tantas batalhas. Mas por que o filho, pensou, e não a mãe do filho que sempre lhe ofertou corpo em noites de luar e em momentos, por vezes impróprios, à fornicação? ... Passou a mão pelo cabelo, tirou uma folha silvestre, olhou para as aves que voavam silenciosas e sentiu um pequeno tremor no corpo. Não, ela não pode ser, pensou, deixei-a sã de corpo e espírito. E como mulher, mulher *nguni*, ela vaticina o seu destino. O meu filho também não, é impossível, pois como pode uma criança de pai e mãe *nguni* morrer

> inesperadamente aos dois anos, sem que esteja adestrada no trato das armas como os pais e avós?... (KHOSA, 2013, p. 18-19).

A família a qual fazemos parte é uma rede de sentidos que vão além do laço sanguíneo, ela que nos insere no ambiente cultural de pertencimentos que habitamos. Sendo assim, a família que duas pessoas formam carregam toda herança cultural e fortalece os vínculos afetivos e simbólicos. A força dos *nguni* é ressaltada tanto na figura feminina, como alguém com toda capacidade funcional de vivência, na representação da criança herdeira da tradicional força dos *nguni* que ainda não foi ensinada a lidar com as armas, na maneira usual do grupo étnico.

> Não é impossível, à sua família os ventos do infortúnio não chegarão tão já. Talvez a estes guerreiros, pensou, e viu-os cabisbaixos, como se temessem que a terra se lhes abrisse aos pés, tropeçando por tudo e por nada. A estes também não, pertencem ao vulgo, e ao vulgo a infelicidade sempre lhe surgiu, desde o princípio dos tempos, sem enigmas, às claras, como as suas vidas vulgares e sem história e destino senão o de nascerem para servirem aos superiores até à morte. A quem se dirige, então, este enigma se outra família não tenho que mulher e filho?... Olhou para os guerreiros e viu-os na mesma posição rememorativa, pensando nas mulheres, nos filhos, ou nos pais e avós, atirados pelo império sem fim (KHOSA, 2013, p. 19).

Os guerreiros também encontravam-se angustiados, imersos em seus próprios pensamentos e com a sensação de que faltava de fato um chão para os segurar, fixar, dar segurança às pernas para continuar a caminhar. Qual é a função do guerreiro numa estrutura monárquica? Servir até o último suspiro seu senhor, cumprir cada ordem sem pestanejar, mesmo que isso cause dor, tristeza, família em segundo plano, família deixada para trás e toda ação impiedosa do Império da morte a frente.

> Enquanto pensavam nisto e naquilo, recordando coisas antigas e presentes, ligadas aos enigmas que a natureza atira aos homens sem piedade, estugavam o passo em direção à aldeia que se avizinhava, deserta nas suas ruelas, sem outros ruídos que o rumorejar crescente das folhas das árvores e o altear desordenado da fumaça que saía em algumas cubatas onde o fogo teimava em agarrar-se aos troncos que a cinza atacava. (KHOSA, 2013, p. 19).

Existe na natureza humana traços que são evidenciados em alguns grupos pequenos, com muito poder aquisitivo uma natureza extremamente agressiva, ambiciosa que espalha caos, destruição em larga escala. Neste caso, o imperialismo como política de controle, posse e reorganização das vidas africanas agiu como uma máquina estruturante de governos europeus. Coloca como resultado incontestável: casas queimadas, lares, famílias desfeitas, dores físicas, psicológicas, agonia entre outras mazelas, deixa nas vítimas uma latente espera de morte mais rápida, para enfim alcançar alívio na pós vida.

> Aproximaram-se da cubata mais próxima e Ualalapi adiantou-se. Uma mulher de meia-idade, sentada defronte à casa, amamentava uma criança.
> - O que se passa, mãe? - perguntou Ualalapi, agachando-se e pondo a lança ao alcance da mão direita.
> - Os *mochos*[8] teimaram em *serender*[9] sobre as casas, chiando a toda hora e trazendo os espíritos há muito adormecidos que perturbaram a nossas mentes e deram a morte a alguns - disse a mulher com um ar cansado, preocupada com o filho que mexia desordenadamente os pés e os olhos, tentando afastar as moscas que teimavam poisar (KHOSA, 2013, p. 20).

Uma pessoa mais velha é percebida na cultura dos *nguni* como alguém dotado de imensa sabedoria. Ualalapi, abaixa-se para que seu tamanho seja compatível para uma conversa mais direta com uma anciã. Ela então começa a contar a narrativa a partir de um mito que permeia os *nguni*: os mochos, corujas que possuem a representação de mensageiro dos espíritos, perturbadores da paz mental. Tal impressão é tão forte que as variadas mortes são atribuídas aos espíritos, causando estarrecimento misturado com desolação.

> - Morreu alguém da sua família?
> - O meu marido.
> - Lamento imenso, mãe… Lamento imenso. E os homens, por onde andam os homens?
> - Quem terá coragem de andar nestes tempos?... falam com os meus *muzimos*[10]. Não morreu um homem, morreu o império. [...] (KHOSA, 2013, p. 20).

Todo o território que compreende o continente africano sempre foi e permanece habitado, assim como a atual Moçambique. No final do século XIX, vários reinos locais importantes, ainda existiam e resistiam frente às entradas e permanências dos colonizadores. O conto que abriu esta discussão apresenta-nos a narrativa de Ualalapi e outros guerreiros, em uma situação rotineira, já que retornavam de uma caçada, passando por uma aldeia vizinha e se deparam com um silêncio aterrorizante. O silêncio da morte, inevitável e desolador diante de uma constatação: não morreu um rei, morreu um império. A imponência e importância da figura humana na liderança de seu povo. Longe das terras africanas, as principais potências europeias se (re)articulavam em busca do controle de novas terras e do aumento de seu poderio econômico, numa corrida que se convencionou chamar de "imperialista".

[8] Uma espécie de coruja.
[9] Circular.
[10] Adivinho; espíritos dos antepassados.

Uma nação está muito além do território que a delimita, uma nação envolve inúmeras circunstâncias que vão garantindo a ela poder e legitimidade para existir. De acordo com o historiador, Benedict Anderson (2008) a formação de uma nação é de uma comunidade política imaginada, porque as pessoas que habitam este território estão ligadas pelos compartilhamentos de alguns hábitos culturais como língua, tradições e jamais todos os membros terão condições de se conhecerem pessoalmente. Portanto, o fato que os liga é o sentimento de pertencimento a esta "comunidade imaginada".

O elemento nacionalidade passa a ser combustível essencial para contribuir na criação da ideia de nação, ideia de pertencer a um grupo, habitar o mesmo espaço, ter costumes em comum, que serão amplamente explorados na formação dos modelos de dominação e exploração, das novas potências europeias. A partir do desenvolvimento tecnológico que algumas nações passaram a usufruir e propagar, a necessidade de lançar seus tentáculos em outros espaços passa a ser cada vez mais evidente. Neste sentido, o historiador britânico, Eric J. Hobsbawm (2017), afirma que era inevitável que uma economia acelerada apresentasse um mundo entre "avançados e atrasados". As últimas décadas do século XIX foram marcadas por mudanças impulsionadas pela segunda revolução industrial. Nesta nova onda, países como França e Inglaterra exerceram seu domínio e influência em territórios asiáticos e africanos.

Algumas análises apresentam como principal ponto de partida para esta "corrida" o Imperialismo e sobre esta categoria veremos algumas reflexões: "Mas é só pelos fins do século XIX que se inicia o estudo sistemático dessa série de fenômenos, isto é, só então surgem as primeiras teorias sobre o Imperialismo" (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2016, p. 611). Nesta perspectiva do pensamento político e filosófico, os cientistas políticos, Bobbio; Matteucci; Pasquino (2016) continuam a avaliar que:

> O Imperialismo entre 1870-1945. - O fator decisivo sobre o qual se chama a atenção para explicar o Imperialismo neste período, em que as potências europeias e o Japão - no contexto asiático- exercem um papel determinante e em que se passa do colonialismo às tentativas hegemônicas da Alemanha e do Japão, é a crise do Estado Nacional. Com este conceito (elaborado principalmente pela corrente federalista, a que de preferência nos referimos, mas que se baseia também na contribuição dos teóricos alemães do Estado-potência, que nele se basearam para justificar o Imperialismo alemão), põe-se antes de tudo em evidência a contradição que se vem manifestando desde o final do século XIX entre as dimensões entre as dimensões dos Estados nacionais europeus (isto vale também em certa medida para o Japão) e as exigências do desenvolvimento produtivo que, em consequência do início da produção de massa, instavam por mercados de dimensões continentais. A condição fundamental que tornou possível a manifestação e o progressivo acentuar-se desta contradição está no predomínio a partir dos anos 70 [...] (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2016, p. 618).

A formação de unidade impulsionada pelos avanços tecnológicos, traz algumas interpretações sobre o Imperialismo que de acordo com o historiador britânico J. M. Mackenzie (1994) define como imperialismo capitalista, onde a busca incessante por matérias primas, metas de investimentos e novos mercados consumidores, são alguns dos elementos responsáveis pela entrada de europeus em território africano para o processo de colonização.

A partir desta categoria histórica, começamos nossa apresentação sobre as ações desses grupos de poder e influência, o conceito acima, propõe que a intenção dos impérios ao ocupar o continente africano era, além de ficar naquele lugar, dominar as pessoas e o território. É importante que possamos compreender a categoria "colonização" como um fenômeno que ocorreu em várias sociedades e em vários momentos, para que possamos aprofundar a análise dentro do nosso recorte, para o historiador francês, Marc Ferro afirma que:

> O que diferencia essa segunda era colonial do século XIX daquele que começa no século XVI? - A partir de então, a colonização responde a uma vontade política explícita: cada Estado industrial procurar assegurar para si zonas de dominação ou, ao menos, de influência. Por outro lado, ela não se coloca mais sob o signo da evangelização, mas do progresso: trata-se de levar a civilização a sociedades consideradas menos avançadas. Por fim, essa segunda colonização dispõe de recursos financeiros, militares e humanos jamais vistos na história, modificando completamente a relação entre metrópole e colônias; e com os colonizados também, pois o trabalho forçado passa a ser regra. (FERRO, 2017, p.15).

Este seria o momento definido pelos historiadores de "neocolonialismo", um novo momento de exploração em territórios considerados "vazios" ou "atrasados" pelos europeus. O colonialismo pode ser compreendido como as práticas de dominação que eram desenvolvidas em todas as estruturas da sociedade dominada, proporcionando legitimidade(s) a favor do colonizador. Sem consulta aos povos nativos, sem respeito ou qualquer código de ética e conduta o colonialismo é exercido através do neocolonialismo.

De acordo com a historiadora brasileira, Sandra Sofia Machado Koutsoukos (2020), o pretenso "racismo científico" se refere a todas categorias que foram intensamente estudadas e apresentadas em exposições, atividades de perfil científico e acadêmica, pois exibiam africanos, asiáticos e indígenas americanos, em contraponto aos europeus, como "aberrações", anormais, estranhos. Estratégia eficaz para manter a teoria de inferioridade racial, perante aos não-europeus.

Esta justificativa utilizada pelos Impérios para ocupar e explorar a África, impulsionava e ainda impulsiona, uma política que tem como intenção efetuar a necropolítica,

ou política da morte, como define o filósofo camaronês, Joseph-Achille Mbembe (2020). No ápice da *belle époque*, reuniões e acordos políticos, entre as potências europeias, começaram a fazer a "partilha" da África à revelia dos vários grupos étnicos que habitavam o imenso continente, como a Conferência de Bruxelas (1876) e a Conferência de Berlim (1884-1885), que segundo o historiador holandês, Henk L. Wesseling:

> Bismarck [chefe de Estado alemão] abriu a conferência às duas horas da tarde do dia 15 de novembro de 1884, um sábado, com um discurso breve, mas imponente. Enfatizou os objetivos desinteressados da conferência. Cabia a ela levar à África os benefícios da civilização em geral e do comércio em particular. Depois listou os principais pontos da agenda e frisou que a conferência não ia tratar de soberania, mas definir normas para a ocupação de novos territórios na costa africana, por causa da paz e da humanidade. (WESSELING, 2008, p. 130).

A divisão do continente africano acaba sendo formalizada com a Conferência de Berlim, reunião esta em que não foi convidado nenhum representante do território, em disputa na partilha, entretanto de acordo com o historiador brasileiro Muryatan Barbosa:

> É comum colocarmos a Conferência de Berlim (1884-85) que dividia a África entre as potências europeias, como marco do nascimento de uma nova era na história da África, a Era Colonial, quando esse desafio se apresenta para todo o continente africano. Enquanto generalização, o raciocínio parece correto. Todavia, vale lembrar que, em certas regiões da África, o processo de roedura do continente - a espoliação de bens e a divisão geopolítica por parte das nações europeias - já havia se iniciado décadas antes. Fato relevante para nossa discussão. Antes da Conferência de Berlim, cerca de 20% do território africano já vivia em condições coloniais ou semicoloniais. Eram porções relevantes do continente: na África Ocidental, as regiões costeiras e ilhas do Senegal, a cidade de Freetown e seus arredores (Serra Leoa), as regiões meridionais da Costa do Ouro (Gana), e o litoral das regiões de Abidjan (Costa do Marfim), de Porto Novo (Benim) e de Lagos (Nigéria). Na África Setentrional, a Argélia. Na África Central, os portugueses estavam no litoral de Moçambique e de Angola. A África Meridional estava largamente ocupada pelos europeus. (BARBOSA, 2020, p. 14-15).

A colonização europeia moderna já acontecia antes das décadas finais do século XIX, e suas práticas coloniais perduraram em boa parte do século XX e, ainda deixam, marcas profundas nas sociedades ligadas de forma direta ou indireta ao sistema colonial. A nossa estratégia de trabalho na pesquisa almeja apresentar a visão daqueles que foram subjugados, na dinâmica imperialista, da (neo)colonização europeia. Por escassez de bibliografia historiográfica, que parte do olhar do africano, optamos por apropriar-se da literatura

moçambicana, como fonte primária de reflexão acadêmica e recurso pedagógico, no fazer educacional.

Assim, a literatura africana, por mais ficcional que seja, nos apresenta os costumes e as agonias dos povos locais, advindas do processo colonizador estrangeiro, ampliando holisticamente, a visão dos desdobramentos, da nova onda do imperialismo europeu, agora nos marcos do avanço da economia de mercado capitalista, em outras áreas do globo terrestre. A citação inicial na abertura deste texto, advinda de um dos contos de Khosa, ilustra parte do drama vivido, pelos povos originários e abre margem para que o olhar historiográfico não seja exclusivamente eurocêntrico, mesmo que essa abordagem seja crítica.

1.2 Reflexões sobre África, Moçambique e Brasil: colonialismos e escravidão

Segundo a historiadora brasileira, Gabriela Aparecida dos Santos (2010) a concepção de África como manancial de riquezas e reservas inesgotáveis, colocou nos portugueses uma ideia de manutenção de seu "destino imperial". A autora ainda aborda é possível que a Conferência de Berlim definiu a posse efetiva de territórios africanos em detrimento da ocupação histórica, que os portugueses reivindicavam. Nesta perspectiva as relações econômicas com os portugueses "aproximaram" Gungunhana que teria "pedido auxílio de Portugal" declarando-se vassalo em garantia de apoio e segurança militar.

De acordo com Santos (2010) embora tivesse sido lavrado documentação que regulamenta a posse efetiva dos lusitanos no território de Gaza e colocava Gungunhana como um personagem representativo, porém esses tratados não conseguiram modificar a imagem de poder e influência em Gaza e nem indicava um total domínio nesse espaço, porque Gungunhana mantinha o direito de fazer guerra e ocupar povoações que não tivesse vínculo com os portugueses. Uma constatação recorrente é que embora o último imperador de Gaza, Gungunhana tenha estabelecido alianças e tratados com os lusitanos, de forma efetiva isso não impediu que o mesmo seguisse realizando suas atividades de forma livre, descumprindo de forma sistemática as imposições da coroa portuguesa.

Embora não seja nossa vertente organizacional de pesquisa, precisamos realizar diálogos neste momento com a linha teórica da História social e áreas afins das humanidades filosofia, sociologia como instrumento de análise para que possamos compreender o contexto histórico, que resultou na entrada de escravizados africanos nas Américas e no território brasileiro, entre os séculos XVI e XIX, perpassa por um conjunto de desconstruções acerca da vida social desses povos, costumes, filosofias de compreensão religiosa, dentre outras violências físicas, psicológicas e simbólicas.

A este respeito, o filósofo congolês Valentin-Yves Mudimbe (2019) propõe que várias instituições (estado, igrejas, educação, etc.) serviram como instrumentos legais para o empreendimento colonizador europeu, segmentando e suprimindo modelos complexos da maioria das tradições africanas. A partir dessas ações o formato da cultura colonial passou a inferiorizar o modo de vida tradicional e sua dinâmica espiritual na África.

Desse modo, Mudimbe (2019) afirma que o africano se tornou o "outro", todos os outros menos eu, sendo também a chave, devido suas diferenças serem consideradas "anormais", especificando sua identidade. Em nome do poder e da produção de conhecimento pretensamente científico, existe uma convicção de que, não é possível aprender com os africanos, a não ser que o conhecimento seja "nosso" ou que venha de "nós". Nesta perspectiva, Mudimbe (2019) aborda o discurso do "selvagem" como uma representação de poder político e autoridade, em prol da submissão e controle do "outro". O colonialismo apresenta-se então, como um projeto elaborado através de discursos duplos e efetivos, carregados de poder e simbologias ocidentais, sobre as diversas sociedades não europeias.

Desta forma, os vários modelos de governo configuraram-se em organizações políticas, tais como reino, Estado, Império, tribo ou etnia. A este respeito, o antropólogo francês Jean-Loup Amselle (2017) coloca que o termo "etnia" apareceu entre os séculos XVI e XVII, tendo o conceito "nação" equivalente ao de "tribo". Essas categorias começam a serem utilizadas com intensidade em relação às palavras como "nação", com o objetivo, a realização de uma classificação, à parte, de algumas sociedades, retirando-lhes qualidades específicas. Sendo as sociedades ameríndias, africanas e asiáticas tratadas como "outras" e distintas das "nossas" – eurocêntrica –, negando-lhes a participação em uma humanidade comum.

Assim, para Amselle (2017) alguns elementos como língua, um espaço delimitado, costumes, valores, nomes, mesma descendência e o entendimento de pertencer a um mesmo grupo, são empregados para a definição de etnia que irá se aproximar do conceito de raça, sendo esta definição marcada pelo eurocentrismo e está relacionada a formação do Estado-nação europeu. O eurocentrismo, portanto, é um conceito histórico cuja definição pode ser compreendida como a Europa e suas trajetórias portarem uma pretensão de formato universal para os demais lugares. A Europa como norma e os outros espaços de vivências sociais vistos como limitados e que precisam ser civilizados.

Assim sendo, Amselle (2017) aborda que o estabelecimento de uma administração indireta, aliado aos líderes africanos, permitiu um aumento de poder e controle sobre a terra e as pessoas que transitavam entre as regiões rurais e de mineração, permitindo uma divisão nesses espaços, moldando-os em conjuntos territoriais com poder centralizado e dotados de

uma consciência política. Por isso, que cada sociedade local precisa ser compreendida como fruto de uma rede de relações, que não foi explorada totalmente, através de sua produção de conhecimento. A rede de trocas entre os africanos ocorria nas diversas estruturas de organizações políticas sociais, seja em relação à circulação de pessoas, comércio entre outras. Assim, ao adotar a classificação que contém viés ideológico como "tribo", "raça" ou "etnia" reúne-se então essas comunidades, em signos de reconhecimento para atender a modelos de dominação, impostos pelo colonizador.

Para o teórico cultural e sociólogo jamaicano, Stuart Hall (2017), o tráfico negreiro culminou em um impacto devastador para a África, criando níveis absurdos de violência e desorganização das sociedades africanas. Os africanos que eram colocados involuntariamente na condição de escravizados em grande parte eram pessoas livres que foram sequestradas para abastecer um mercado insaciável de tráfico humano para as Américas.

Segundo a historiadora brasileira Leila Leite Hernandez (2008), o contato dos portugueses com africanos na região de Moçambique é antigo, tendo iniciado em 1498, a partir da passagem por Quelimane e Sofala, importantes entrepostos comerciais, onde a presença árabe era intensa nas relações comerciais. O desenvolvimento da exploração intensifica-se em 1505 quando os portugueses fundam em Sofala, uma feitoria-fortaleza, para obtenção de ouro do império Monomotapa (1325-1700).

Neste sentido, abordaremos Moçambique, a partir da região sul do território, onde se desenvolveu o Reino de Gaza que, de acordo com a historiadora, Gabriela Aparecida dos Santos (2010), se inicia com a migração dos *nguni*, povos de origem banta, pertencentes a região do Congo, chegando à África do Sul. Devido aos conflitos entre grupos *zulus* e *nguni*, uma migração forçada acontece levando os *nguni* numa viagem com parentes e pessoas fiéis a se aproximarem da conhecida província de Moçambique. A base da sobrevivência do *ngunis* era uma agricultura de cereais, artesanato, minérios e marfim.

Nesta perspectiva, a migração *nguni* gera conflitos com outros povos, conforme Hernandez (2008) no sul de Moçambique, o "império" de Gaza passou a ter uma base mais consolidada, durante o século XIX, realiza uma política de expansão para o norte, fortalece o tráfico negreiro o que resultará na fragmentação das estruturas das aldeias, levando os africanos a realizarem outros formatos de moradia, devido à dispersão das pessoas para lugares inóspitos.

Observamos a seguir o conto intitulado "Fragmentos do fim (2); A morte de Mputa", disposto no conjunto de contos da obra literária "Ualalapi" que relata através da neocolonização portuguesa, narrativas sobre o território do sul de Moçambique. Podemos analisar com um pouco mais de detalhes uma cena ficcional apresentando que: Sentindo que pisava um objeto

estranho e duro, o cavalo levantou as patas dianteiras, relinchou e voltou a poisá-las sobre o corpo, precisamente no ventre leve e macio do negro (KHOSA, 2013, p. 35).

Em um espaço de guerra aqueles que são vistos como inimigos por qualquer que seja a motivação padecem as mais cruéis barbáries, neste caso o africano é percebido como alguém que irá sofrer, experimentar algumas destas punições.

> O negro gritou, enterrou os dedos na areia úmida, abriu desmesuradamente os olhos, saltou-lhe um jato de sangue pela boca e viu as tripas a saírem, perfuradas por balas.
> O coronel Galhardo olhou para o negro, viu as tripas a escorrerem pela terra, viu os líquidos intestinais a desaparecerem por entre o capim amassado, viu o sangue a escorrer pelo corpo e não se comoveu. Olhou de novo para o rosto do negro e notou que o homem tentava soerguer a cabeça. Do pescoço os nervos despontavam, tensos (KHOSA, 2013, p. 35).

Existe uma linha tênue entre a humanidade e o militar na fronte de guerra. Alguns, como o coronel Galhardo (figura verídica da história nacional da ocupação do território de Moçambique) há muito tempo romperam essa frágil linha e cometeram crimes hediondos, contra a humanidade das pessoas negras.

> - Onde está o rei?- perguntou
> O negro voltou a abrir desmesuradamente os olhos, tentou enterrar com mais força os dedos, ergueu lentamente a cabeça, expeliu um novo jato de sangue pela boca e voltou a tombar definitivamente a cabeça sobre a terra. O coronel olhou para o sangue que escorria nas patas dianteiras do cavalo, olhou para o rosto desconfigurado pela morte e comentou com um leve sorriso entre os lábios:
> - Esses pretos têm uma força de cavalo!... (KHOSA, 2013, p. 35-36).

A busca pelo soberano de Gaza levava à incessante caçada com altos requintes de crueldade. O ato cruel então se justifica pela retirada da humanidade do africano, comparando-o a um animal. Por acreditarem que as pessoas negras são mais resistentes a dor física, trabalho entre outras situações, que se apresenta a naturalização do massacre.

> Puxou as rédeas do cavalo, virou-o à esquerda e contemplou, com certo cansaço, o mar de mortos sem sepultura que a planície ostentava. Ao longe, silenciosa, erguia-se a capital do Império de Gaza. As casas, pardas, adormeciam na tarde que fugia.
> - Queimem a povoação - sentenciou o coronel e esporeou o cavalo em direção ao outeiro mais próximo (KHOSA, 2013, p.36).

As mortes anunciavam a queda do rei, nota-se que na literatura de Ungulani Ba Ka Khosa, o relato da ocupação dos portugueses no Reino de Gaza nos possibilita dimensionar o

tamanho da violência exercida sobre estas populações originárias, a partir do contato com os portugueses, o colonialismo sendo exercido plenamente sobre os *nguni*. Entretanto, a escravidão como um comércio de tráfico humano, foi alimentado, mantido com a cooperação, imposição por meio da força militar aos líderes africanos.

Assim, de acordo com Hernandez (2008), no decorrer do século XVII e a intensa plantação de cana-de-açúcar, o número de mercadores e escravos teve aumento significativo, dando impulso a um comércio em pleno desenvolvimento expansionista, voltado para o abastecimento de mercados como o Brasil através dos portugueses.

Hernandez (2008) afirma que no século XIX, na década de 1820, o império de Gaza passou a ocupar a região do Vale do Limpopo, ao norte de Zambeze a Lourenço Marques, estabelecendo-se como a maior monarquia e entraram em conflitos com os portugueses e outros povos da região. Entre os conflitos, milhares de pessoas de vários povos de Moçambique foram escravizados e traficados para vários lugares, incluindo Cuba e Brasil, tornando o porto de Lourenço Marques (atual Moçambique) um dos mais importantes de exportação de escravos da costa oriental africana. As consequências do comércio de escravos na região se intensificaram na parte norte, gerando lutas internas entre os grupos étnicos, no sul de Moçambique quando o reino de Gaza passa a se fortalecer, também se impulsiona o tráfico de escravizados. Além disso, em 1850, os povos de Moçambique passaram por vários outros problemas como seca, fome, epidemias e seus inúmeros mortos.

De acordo com o historiador brasileiro, Valdemir Donizette Zamparoni (2012), foram através das operações militares portuguesas, que ocorreram a partir do ano de 1895, quando já não havia mais o tráfico internacional de escravos, sob o comando de António Ennes e Mousinho de Albuquerque, que resultou na prisão do rei de Gaza, Ngungunhane[11], e a completa desarticulação do Império de Gaza. Nestas operações o grosso das tropas era formado por soldados negros, inimigos de Ngungunhane que outrora, foram por ele escravizados.

O africano escravizado pelo europeu era visto, em todas as esferas, como uma mercadoria, conforme aborda Mbembe (2018). O escravo era um objeto de trabalho, possuía um preço, em si, tornava-se um bem material, tinha seu valor calcado na sua caracterização física, sendo seu trabalho necessário para o funcionamento e manutenção do sistema opressor.

Nesta perspectiva de mercadoria, o antropólogo indiano Arjun Appadurai (2008) argumenta que a troca econômica estabelece o valor, e este valor é colocado nas mercadorias

[11] Ngungunhane ou Gungunhana foi o último monarca do Reino de Gaza, região esta que compreende o atual sul de Moçambique.

que são comercializadas, comumente concentra-se nas coisas que são trocadas, em vez de evidenciar como se estabelece a função envolvendo a troca, pois compreendemos que o vínculo estabelecido na relação de troca é político, numa análise mais ampla.

Assim, o cientista político francês René Rémond (2003) coloca que o político se encontra em toda parte, assim como tudo perpassa pela esfera da política. Seguindo esta análise, Appadurai (2008) aborda que a compreensão das coisas não tem significado além do que lhe é atribuído nas relações humanas, pois, do ponto de vista antropológico, isso não traz mudança sobre a circulação das coisas no mundo concreto e histórico. Assim, ao acompanhar as coisas em si mesmas, seus significados estão expostos em suas formas, seus usos e nas suas trajetórias. A partir das trajetórias das mercadorias torna-se possível realizar a interpretação das transações e valores humanos que atribuem vida às coisas. Neste sentido, personagens humanos codificam as coisas através das significações, partindo de uma observação metodológica, são as coisas em circulação que elucidam o seu contexto humano e social.

Segundo o antropólogo Igor Kopytoff (2008) a visão dos economistas sobre as mercadorias é a convicção de que elas existem, através de um circuito econômico, algumas coisas e certos direitos adquiridos a estas coisas, são comercializadas em troca de dinheiro, com uma definição, segundo o senso comum, de que mercadoria é um item de valor com uso e troca, traz a perspectiva cultural que a mercadoria deve ser sinalizada como tal, uma reflexão ocidental as coisas materiais e o direito de possuí-las, faz parte do universo comum das mercadorias. Pode ocorrer, como já ocorreu, de pessoas serem comercializadas por muitos povos, no decorrer da história, intermediadas por instituições de poder, geridas por pequenos grupos possuidores de grande influência. A estes acontecimentos brutais da história humana, de maneira simplória define-se como escravidão.

A escravidão conforme anuncia Kopytoff (2008), inicia desde a captura ou a venda, quando acontece a retirada forçosa da identidade social do indivíduo, forjando-o assim a uma condição de não-pessoa, isto é, um objeto e uma mercadoria, de fato, e com grande potencial. É um processo contínuo, o escravo agora é integrado no sistema que o recebe, não como uma parte afetiva, mais ressocializada, re-humanizada através da imposição de uma nova identidade social. O escravo-mercadoria é intensamente re-individualizado e o escravo continua sendo uma mercadoria, em potencial, com valor de troca e que pode ser vendido a qualquer momento.

Na dinâmica que envolve o africano retirado de seu ambiente natural, permite nosso diálogo com o sociológo inglês e teórico dos estudos culturais, Paul Gilroy (2012) que, ao analisar os negros que chegam no território dos ingleses, apresenta aos historiadores culturais que poderiam observar o Atlântico, como uma unidade de reflexão específica e com

complexidades, a partir do mundo moderno trazendo uma perspectiva transnacional e intercultural.

Para Gilroy (2012) a compreensão do Atlântico negro indica que existem outros questionamentos ligados a esta herança, na estrutura base da diáspora africana, assim o Atlântico é entendido como um sistema cultural e também político, porque a história do Atlântico negro, movimenta-se, não apenas como mercadorias, mas como personagens envolvidos em várias lutas de libertações, autonomia e por direito à cidadania.

Neste sentido, Gilroy (2012) destacou os navios, como espaços vivos que estabeleciam e ligavam pontos no mundo atlântico, por se tratarem de elementos móveis, representando mudanças entre os lugares fixos que os conectam. Consequentemente, são espaços que possibilitam reflexões sobre unidades culturais e políticas, em lugar de incorporações simples, sobre o comércio marítimo, o navio possibilita a exploração das articulações das histórias interrompidas e suas interfaces, com um mundo mais amplo.

De acordo com os historiadores brasileiros, João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (1996), o tráfico utilizou como rota o Atlântico com uma estimativa de desembarque de 40% de africanos escravizados para o Brasil. Deste modo, os historiadores Rafael Marquese e Ricardo Salles (2016), expõem que existia, ainda em meados do século XIX, um intenso comércio de escravos transatlânticos, tendo como ponto central a cidade do Rio de Janeiro, como eixo de articulação, controle e convergência para o tráfico negreiro.

Portanto, é preciso compreender que muitos, na condição de escravizados, partiam do porto de Moçambique chegando ao Rio de Janeiro e, posteriormente, levados à região de Mato Grosso – que é nosso atual espaço laboral educacional. Segundo a historiadora Luiza Rios Ricci Volpato (1996), a ocupação do território que passou a ser definido como Mato Grosso, já era conhecida pelos bandeirantes desde as primeiras décadas do século XVIII, quando as expedições de apresamento indígena e busca por metais preciosos, eram fatores que contribuem para as chamadas bandeiras, rumo ao pouco explorado território oeste.

Conforme Volpato (1996), os africanos escravizados chegaram ao Mato Grosso, no mesmo tempo em que acontecia, de forma intensa e efetiva, os núcleos de povoamento, vindos através das monções que partiam de São Paulo. Também, com o estabelecimento da capitania, foi permitida a navegação, pela rota dos rios da bacia Amazônica e colocando a região na área de domínio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Entre 1752 e 1778, uma parcela dos escravos que iam para a localidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, era por intermédio desta empresa.

De acordo com Volpato (1996) os escravos eram utilizados em diversas atividades, como mineração, agricultura, pecuária, construções públicas, sendo a mineração um dos principais pontos de consumo da mão-de-obra escrava. Em Mato Grosso, como em outras regiões brasileiras que se utilizaram de cativos, ocorreram resistências à submissão, seja no cotidiano, em pequenos enfrentamentos, como na resistência exposta, declarada.

Conforme aborda a historiadora Nauk Maria de Jesus (2007), a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – região da atual capital mato-grossense – começa, a partir de 1815, a receber escravizados advindos da África oriental, no caso Moçambique. Estes escravizados chegaram em maior quantidade em Mato Grosso em 1830 – pós-independência do Brasil –, formando uma parcela significativa da oferta escravista da região que, segundo o historiador estadunidense Edward A. Alpers (2018), vinham de Inhambane, um dos mais importantes portos do tráfico negreiro no sul de Moçambique. Lourenço Marques, atual Maputo – capital moçambicana – também teve um porto controlado pelos portugueses no comércio escravagista. Assim, "moçambique" era a definição colocada aos africanos orientais no Brasil, revelando uma limitação ao sentido identitário, por serem marcas tribais, a melhor forma de identificar um indivíduo seu grupo pertencente. Sem dúvida essas pessoas pertenciam majoritariamente ao grupo étnico dos *tsongas* da região de Inhambane. A inegável relação entre a África e o Brasil é apresentada, de forma mais consistente, a partir do momento em que vamos delineando as ligações sociais e econômicas causadas pela escravização.

1.3. Descolonização da África: algumas considerações

Neste momento apontaremos alguns indicadores que contribuíram para nossa análise sobre o conceito de descolonização. Sendo assim, tornou-se imprescindível entendermos através do conceito cultura como inúmeras teias de signos e significados foram construídas com auxílio da categoria histórica do colonialismo, especificamente no continente africano, região sul da atual nação Moçambique. Desse modo, iniciaremos nosso diálogo com o historiador nigeriano, Toyin Omoyeni Falola (2020), define que a cultura, para uma parcela significativa de africanos, ordena e orienta sua organização de vida, seja na esfera pública ou privada, porque é compreendida como um conjunto de herança social, portadora de habilidades e conhecimentos específicos de sobrevivência.

A cultura é marcada pelo poder, tem sido uma importante fonte para construção da identidade e reinvenção da ideia de nação. A mesma ainda possibilita uma compreensão dos grupos sociais, comportamentos e socialização das pessoas nos variados contextos.

Para Falola (2020) existe um vínculo entre o colonialismo e a cultura, que nem sempre se apresenta de forma exposta, mas não são impossíveis de observarmos, porque persiste numa conduta em que os africanos colonizados são o "outro primitivo", sendo uma raça constituída a partir de processos violentos, aterrorizantes e intensamente explorados pelo "outro branco" que, se auto identificava através do poder patriarcal. Assim a Europa vai se contrapondo à África, utilizando de recursos como idioma, ideia de superioridade racial, entre outras construções sobre o colonizado. Dessa forma, o poder administrativo colonial trouxe grandes impactos para as culturas da África.

Segundo Falola (2020), uma das grandes vantagens da Europa foi sua superioridade tecnológica bélica, que confrontou com o grau de desenvolvimento científico e tecnológico africano. Estes pontos passam a ser balizadores para a formação aprimorada do projeto de dominação político colonial, trazendo benefícios para os países europeus participantes, com as suas empresas e companhias que obtiveram grandes margens de lucros, devido à exploração de recursos naturais e humanos, na África. Nesse sentido, as riquezas obtidas pelas potências europeias eram usadas para subalternizar os africanos, assim como povos asiáticos e americanos, sempre pautados no projeto político discursivo de modernização e resistência, que pode ser definido como um projeto também cultural.

O conceito de colonização e descolonização continua sendo apresentado a partir de inúmeros pesquisadores, no campo das ciências humanas e sociais. Estes grandes esforços têm sido organizados sistematicamente em vários lugares do globo com intenção de analisar e propor reflexões acerca dessas categorias, tendo como resultados importantes produções literárias e discursivas que nos auxiliam a repensar sobre as clássicas e fixadas interpretações sobre a descolonização africana.

Sendo assim, o filósofo porto-riquenho, Nelson Maldonado-Torres (2020) propõe um esclarecimento para o significado, a relevância do colonialismo e da descolonização. Dessa forma, colonialismo é definido como a construção histórica dos territórios coloniais; o colonialismo moderno pode ser entendido como as práticas específicas, pelos quais os grandes impérios ocidentais colonizaram vasta área do mundo desde a "descoberta"; e a colonialidade como uma compreensão global de desumanização, que é capaz de existir, até mesmo na ausência de colônias formais. Desse modo, a descolonização refere-se a acontecimentos históricos em que os colonizados se insurgiram contra os ex-impérios e reivindicam a libertação nacional.

Segundo o historiador britânico, Eric J. Hobsbawm (1995), o processo de descolonização dos territórios africanos e asiáticos situam-se dentro do termo geopolítico das

revoluções do “terceiro mundo”, categoria esta que aborda o século XX como uma época em que ocorreram várias lutas direcionadas por movimentos sociais, políticos, entre outros, com o objetivo de possibilitar as colônias europeias à libertação nacional do jugo exploratório, imposto pelos invasores.

De acordo com Hobsbawm (1995), a descolonização e a revolução transformaram, de modo impressionante, o mapa político do globo. Um grande número de Estados internacionalmente reconhecidos como independentes. Especificamente na África, as lutas pela descolonização, proporcionaram a existência de mais de cinquenta Estados-nacionais no continente. Um ponto interessante de análise, segundo o próprio Hobsbawm, foi a crescente densidade demográfica na região e a forte pressão política, que estas jovens repúblicas representavam unidas, no cenário internacional, na última metade do século XX.

Segundo o historiador, Paulo Fagundes Visentini (2012) os movimentos revolucionários africanos aconteceram de forma interna e externa, junto com a necessidade de formar um aparelho estatal através da criação de um Estado-nação. As revoluções africanas possuem a característica de estarem situadas predominantemente num momento histórico complexo, no contexto dos conflitos da polarização da Guerra Fria, num período em que as intensas disputas e acordos diplomáticos e militares, eram favoráveis para desenvolver a luta anticolonial.

Dessa forma, Visentini (2012), relembra que o primeiro território a conseguir sua libertação no continente, foi Gana (1957), que obteve a independência frente aos ingleses, cujo o novo Primeiro Ministro, Kwame Nkrumah, aproximou a nova nação da então URSS e China Popular. Alguns pensamentos teóricos como marxismo e pan-africanismo trouxeram grandes contribuições para a luta armada e que tiveram efeitos profundos como o caso de Moçambique.

Inúmeros eram(são) os problemas e dilemas dos povos africanos nos seus processos de emancipação, como o caso das fronteiras artificiais, étnicas, históricas e geopolíticas. A descolonização da África, no cenário dos anos de 1960, não conseguia prosperar plenamente nos territórios do sul do continente, como o caso da então colônia portuguesa que seguia resistindo à independência de Moçambique, desta forma o cientista social e político, Claudio de Farias Augusto apresenta que:

> Os portugueses foram os primeiros colonizadores europeus a pisar em solo africano e os últimos a deixá-lo. Uma Revolução que implodiria o império ultramarino português – edificado, em parte (e de forma ficcional), pelo regime salazarista - [...] da transformação de sua dominação colonial tradicional numa forma mais refinada, em moldes, de fato, imperialistas (AUGUSTO, 2011, p. 31).

A dominação portuguesa se manteve cruel e obstinada frente a todos os movimentos, por parte dos grupos revolucionários de suas colônias africanas que, majoritariamente, se armar para lutar por suas emancipações.

Segundo Augusto (2011), a Revolução dos Cravos ocorrida entre 1974-1976 em Portugal, no interior das forças armadas e com imensa adesão popular, desarticulou a ditadura salazarista no governo de António de Oliveira Salazar, chefe do sistema político português. O regime salazarista em Portugal ocorreu entre 1933 a 1974, vigente em mais de quatro décadas e a governança autoritária foi vital na estrutura colonial portuguesa na África.

Para Augusto (2011), com características próprias e encabeçada por militares, os chamados "capitães", a "Revolução dos Cravos" e/ou "Revolução de Abril", explodiu em 24 de abril de 1974, após um constante desgaste do regime ditatorial salazarista e do enfraquecimento da economia portuguesa que gastava volumosos recursos para conter os movimentos de descolonização em suas colônias africanas. O surgimento dos cravos vermelhos emergiu como um gesto de gratidão de populares, carregado de simbolismo, em apoio aos "capitães" e do desejo de construção de um projeto socialista para Portugal. Com um período entre 1974-1975, a Revolução dos Cravos pode ser definida em quatro etapas, segundo Augusto (2011). A primeira etapa inicia com um governo provisório, na segunda etapa vemos um pequeno grupo de militares comprometidos com uma efetiva alteração do cenário político. A terceira etapa continua apresentando sucessões de governos provisórios.

Ainda de acordo com Augusto (2011), observa-se que, no quarto governo provisório durante o processo revolucionário português, foram articulados alguns processos de independência de antigas colônias portuguesas, como Moçambique, em 25 de junho de 1975. No cotidiano revolucionário existia uma preocupação com o poder exercido pelos militares e por outra perspectiva o compromisso deste poder ser exercido por um segmento, com viés partidário. A quarta e última etapa foi marcada por fatos singulares, como a dissensão entre os militares, que não conseguiram mais se sustentarem como a vanguarda do movimento perante aos outros setores organizados da sociedade portuguesa, porém, as bases para a emancipação das ex-colônias já estavam dadas, seja pela luta direta dos próprios africanos, como pelo novo cenário político que se desenhava na velha metrópole colonizadora.

Como foi apresentado acima, alguns dos importantes movimentos sociais delineiam o contorno estrutural e social do nascimento das jovens nações africanas neste pós-colonial, como é o caso de Moçambique.

1.4 Descolonização de Moçambique

Vários pontos importantes levaram para a desarticulação dos reinos africanos, já que o tráfico escravocrata negreiro era uma realidade até o final do século XIX. Segundo o antropólogo moçambicano, José Luiz de Oliveira Cabaço (2007), utilizando-se das rivalidades existentes entre determinados grupos étnicos africanos, os portugueses recrutavam guerreiros que possuíam reconhecimento dentro das comunidades locais, mercenários ou em ações mais específicas realizavam recrutamento militar, com o uso da força e violência para cumprir seus objetivos de dominação. Neste sentido, Hernandez (2008) aborda que o recrutamento passava, em muitos casos, pelo aval e apoio dos chefes locais africanos e, que tal atividade lucrativa, era responsável por gerar grandes fortunas de determinadas companhias portuguesas, como a Companhia de Moçambique.

Segundo Hernandez (2008), Portugal conseguiu impor seu domínio sobre Moçambique de forma plena em 1920, graças ao completo controle sobre o território do reino de Gaza, na região ao sul, com a prisão de Gungunhana e sua retirada para as ilhas de Açores, no Atlântico, em 1885. Segundo a autora, posteriormente a década de 1930, a forte política nacionalista e conservadora de António de Oliveira Salazar, redimensionou as ações produtivas nas colônias portuguesas. No caso de Moçambique impôs-se a produção de algodão para suprir as recentes demandas das indústrias têxteis portuguesas, condição agroexportadora, que ficou para a região até a conquista da sua independência.

Portanto o processo que resultou na descolonização de Moçambique foi longo e doloroso, partindo da ação de grupos políticos locais, acordos com a metrópole e inúmeras revoltas, para que em 1975 pudesse, de fato, concretizar a independência. A peculiaridade de uma descolonização lenta, tardia e sob forte controle colonial português, proporcionou um desenvolvimento próprio de emancipação local que, em certo grau, não está plenamente finalizado.

Em Moçambique, ocorreu a contribuição de vários movimentos que desejavam a libertação colonial, dentre estes o principal é a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que foi a fusão de vários grupos na região, adentrou numa perspectiva de luta armada em 1964. A princípio seu principal líder era Eduardo Mondlane, assassinado em 1969 pela polícia política portuguesa. O novo líder da FRELIMO foi Samora Machel, responsável por chefiar a luta armada e, após a conclusão do processo de independência em 1975, foi elevado a presidente da nação. Samora Machel era considerado da “ala radical” da FRELIMO, devido à sua representação militar.

De acordo com Hernandez (2008), Samora Machel junto com Marcelino dos Santos, conseguiram, em 25 de junho de 1975, pelo acordo de Lusaka, assinar junto com as autoridades portuguesas o reconhecimento da independência de Moçambique.

Moçambique é uma nação com 47 anos de emancipação política que, conforme aborda o sociólogo moçambicano Joaquim Miranda Maloa (2019), passa por um processo de êxodo rural contínuo desde 1975 e, que o fator, produz imensas dificuldades no desenvolvimento das áreas rurais, especialmente na agricultura de subsistência. A concentração populacional fixa-se na região litorânea, com uma distribuição geográfica urbana dual, em suas cidades, que proporciona a segregação socioeconômica dos espaços, com uma elite, tendo acesso aos serviços básicos como comércio, saneamento básico, energia elétrica e água potável, *versus* a maioria da população que não tem acesso aos serviços básicos.

Corriqueiramente a urbanização das cidades moçambicanas ficaram conhecidas como a "cidade do cimento" e a "cidade do caniço", duas realidades distintas num mesmo espaço geográfico urbano. Tal realidade não tem sua gênese no processo de independência, a segregação advém da era salazarista (1930-1970), que criou barreiras físicas determinando regras para o uso do solo, além da cobrança de impostos, por parte dos moradores vindos de áreas rurais.

As marcas do colonialismo deixadas em Moçambique ainda estão presentes e são relatadas através da literatura produzida pelos seus escritores, estigmas deixados pelo passado colonial recente. Desta forma, o letrado moçambicano, Lourenço Joaquim da Costa Rosário (2010) apresenta que os governos atuais herdaram um discurso que se propõe uma África independente, de redescoberta das suas raízes, livre da opressão colonial e exploração capitalista. Entretanto, as narrativas acerca das Áfricas ainda se deparam com problemas sociais concretos, tais como saúde, calamidades ambientais, pobreza absoluta, desemprego. Esses discursos e realidades cercam a atualidade moçambicana, em contornos que só podem ser pessimistas onde é preciso retornar ao discurso libertador, em prol de uma nova utopia.

> Atuando em conjunto, movimentos de ódio, formações engajadas na economia da hostilidade, da inimizade e das lutas multifacetadas contra o inimigo contribuíram, no final do século XX, para um aumento significativo das formas e dos níveis aceitáveis de violência que podem (ou devem) ser infligidos aos fracos, aos inimigos e aos intrusos (todos os que não foram considerados como sendo dos nossos) [...] Além disso, favoreceram o surgimento e a consolidação de uma forma de Estado que tem sido chamada de Estado de segurança e vigilância. O Estado de segurança se alimenta de um *estado de insegurança* que ele próprio ajuda a fomentar e para o qual pretende ser a resposta. Se o estado de segurança é uma estrutura, o estado de insegurança é uma paixão, ou um afeto, uma condição, ou mesmo uma força

> de desejo. Em outras palavras, o estado de insegurança é o que faz funcionar o Estado de segurança, na medida em que este é, no fundo, uma estrutura responsável por investir, organizar e desviar as pulsões constitutivas da vida humana contemporânea. Quanto à guerra encarregada de vencer o medo, ela não é local, nacional ou regional. Sua superfície é planetária e a vida cotidiana é seu teatro privilegiado de ação. Porque o Estado de segurança pressupõe a impossibilidade de uma "cessação das hostilidades" entre nós e aqueles que ameaçam nosso modo de vida - e pressupõe, portanto, a existência de um inimigo irredutível que nunca para de se metamorfosear -, essa guerra agora é permanente (MBEMBE, 2020, p. 93-94).

Nesta perspectiva Maldonado-Torres (2020), aborda que os impérios ocidentais e os Estado-nações modernos, usaram inúmeros instrumentos para incutir um senso de segurança e legitimidade nas sociedades e em seus conjuntos de leis, incluindo discursos heroicos. Desta maneira, questionar o colonialismo, perturba a tranquilidade, a segurança dos sujeitos modernos e suas instituições, mesmo em territórios recém descolonizados o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel evidencia que:

> [...] a ideia de "colonialidade" estabelece que o racismo é um princípio organizador ou uma lógica estruturante de todas as configurações sociais e relações de dominação da modernidade. O racismo é um princípio constitutivo que organiza, a partir de dentro, todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosas, pedagógicas, médicas, junto com as identidades e subjetividades, de tal maneira que divide tudo entre as formas e os seres superiores (civilizados, hiper-humanizados, etc., acima da linha do humano) e outras formas e seres inferiores (selvagens, bárbaros, desumanizados, etc., abaixo da linha do humano) (GROSFOGUEL, 2020, p. 59).

A operacionalidade da colonialidade como herança em Moçambique foi violenta e passou por um longo processo histórico entre articulações políticas e a luta armada, que contribui na condução do país, para a fase da libertação nacional. A este respeito, Mbembe (2019) diz que a África pós-colonial é repleta de marcas, signos e linguagens e pode ser definida como a tentativa de existir por si mesmo.

Esta é uma ânsia recorrente da África, existir e ser reconhecida a partir do que se produz e desenvolve. Este desafio marca todo este pós-colonialismo latente nas relações sociais, econômicas e culturais que são estabelecidas em África, em especial Moçambique, nosso objeto de reflexão.

Nação jovem no sentido literal do termo e que ainda precisa enfrentar desafios deste passado colonial que ainda é recente, atual, pulsante em sua configuração. Vejamos alguns

dados apresentados pelo departamento de estatística de Moçambique a respeito da situação nacional frente às consequências da pandemia global da COVID-19 e suas variantes:

> Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), esperava-se que o crescimento da economia global, em 2021 fosse cerca de 5.9%. No entanto, esta economia global entra em 2022 em uma posição mais fraca do que o esperado anteriormente. À medida que a nova variante da COVID-19 (Omicron) se espalha, os países reimpõem restrições de mobilidade. Assim, o crescimento global esperado é de cerca de 4.4% em 2022. (World Economic Outlook, Rising Caseloads, a Disrupted Recovery, and Higher nflaction, January, 2022) (MOÇAMBIQUE, 2021, p. 3).

Em uma situação de calamidade em que todo território constituído de um país é atingido, certamente uma jovem nação que está em fase constante de desenvolvimento econômico percebe, sente e vivencia toda essa situação extrema, com uma intensidade em proporções gigantescas. As restrições de deslocamentos e permanências entre as cidades e países é analisada pelo Fundo Monetário Internacional que verifica através dos dados a condição econômica de cada país no período de grande crise.

> Em Moçambique, durante o IV trimestre, o Produto Interno Bruto, a preços de mercado (PIBpm), teve uma variação positiva na ordem de 3.32% face ao período homólogo de 2020. A inflação acumulada de Janeiro a Dezembro do ano de 2021 situou-se em 6.74%. Os dados do Banco de Moçambique indicam que o mercado monetário interno para maturidade de um ano, no período em análise, apresentou uma taxa média de juros situada em 20.08%, nas operações activas e em torno de 7.53% nas passivas. O comportamento do Metical, ao longo do IV Trimestre de 2021, face ao Trimestre homólogo, foi marcado pela depreciação, tendo sido o Euro, o Dólar e o Rand Sul-africano transaccionados em média por 72,98 MZN, 63,82 MZN e 4,14MZN, respectivamente. No quadro das relações entre Moçambique e o resto do mundo, os dados apontam para um défice da balança comercial de bens em cerca de 5 547 milhões de Dólares americanos (MOÇAMBIQUE, 2021, p. 3).

Como resultado do período de crise a situação econômica moçambicana precisou de atenções e estratégias para reorganizar setores consolidados como a área de hotelaria, turismo e comunicações como veremos a seguir. Segundo os dados do Inquérito Mensal aos Estabelecimentos Hoteleiros, o fluxo de hóspedes durante o período em análise diminuiu ligeiramente, ao fixar-se em cerca de 0.3%, tendo sido influenciado positivamente pelo movimento de hóspedes nacionais em cerca de 26.77% (MOÇAMBIQUE, 2021, p. 10).

A participação da população nativa aquecendo o turismo nacional expressa a força resiliente da população moçambicana em mais uma mudança de perspectiva para atender uma melhoria na economia. Neste sentido, essa movimentação permitiu atenuar as perdas financeiras do setor vindo de turistas estrangeiros, diminuindo consideravelmente a dependência de capital externo para garantir sua estabilidade.

Esta é a visão e constatação de Moçambique que é versada na literatura, nas entrevistas de literatos renomados do país, nas reportagens do governo e setores do jornalismo livre: um país resiliente. Uma jovem nação que ainda luta por reconhecimento internacional e que considera muito em suas narrativas a referência das agências internacionais e tem como modelo os países que com altos índices de desenvolvimento.

Moçambique através do governo atual do empresário e político, Filipe Jacinto Nyusi, 63 anos, que ocupou o cargo de Ministro da defesa, função esta que exige habilidade de conversas para garantia e manutenção da paz e das propostas governamentais, embora com a oposição partidária da Resistência Nacional de Moçambique (**RENAMO)**, grupo contrário ao atual governo e que vem contribuindo de forma intensa nos conflitos e guerras civis no país, nem sempre essas competências conseguem garantir estabilidade social entre os diversos setores populacionais. Entretanto, enquanto Presidente reeleito em 2019, Nyusi, mantém uma postura de diálogo com as entidades externas sempre com um discurso alinhado ao reconhecimento e representação da nação como protagonista de parcerias e ações conjuntas, sempre visando uma Moçambique atuante como porta-voz, enunciadora de análises e discussões.

CAPÍTULO II -A LITERATURA MOÇAMBICANA COMO FONTE HISTÓRICA

.

Fragmentos de um diário

20 de maio

É noite, sei, e esta urbe, a capital, atreita aos murmúrios, aos comentários azedos da política caseira, ao abastecimento de quilo e meio, à avidez sexual da crise, às bebedeiras sonhadas, aos sonhos frustrados, aos negócios chorudos do fim do mundo, à guerra de nunca acabar, à fome da morte, não presentirá que algures, por esse amontoado de cimento e sob o olhar impessoal da lua cortada, uma mulher põe fim à vida depois de matar o filho menor. A vida, como sempre, correrá, as mulheres mais filhos terão, os homens mais ambiciosos se tornarão, a felicidade mais gente tocará, e o Mundo continuará a ser mundo e os homens Homens.

Ungulani Ba Ka Khosa, Orgia dos Loucos, (KHOSA,2016, p.51).

O Ensino de História na educação básica no Brasil e, em especial a abordagem sobre a História da África, podem ser desenvolvidas, a contento, utilizando-se da Literatura ficcional? Para o nosso ponto de vista educacional e histórico, sim! Perante essa pergunta, aliada a resposta iniciamos nosso segundo capítulo, no intuito de valorizar a literatura como fonte primária para o ensino e a pesquisa.

Desafios acompanham as professoras e os professores da educação básica ao ministrar conteúdos relativos à História da África. Compreender as temáticas fragmentadas, apresentadas em cada etapa de estudo escolar, referente ao contexto africano, que vai desde antiguidade até a atualidade, demandam uma formação específica do docente, em cada ano/série se realize uma abordagem mais aprofundada sobre o continente uma vez que, tão fortemente está ligada às identidades e formações construídas em nosso território americano e brasileiro.

Com dezenove anos completos, a Lei nº 10.639/03 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) e estabelece nos currículos a obrigatoriedade da temática da História e Cultura Afro-Brasileira, ainda não é conhecida por todos os educadores e em muitas unidades escolares é marginalizada. Para limitar a aplicabilidade da referida lei, as mudanças proporcionadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovadas em 2018 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que orientam sobre as competências e habilidades a serem abordadas nos componentes curriculares, cerceando os estudos africanos e afro-brasileiros no currículo escolar ao tratarem/reduzirem as áreas especificadas, através da temática “diversidade”.

Nessas duas últimas décadas temos avanços e retrocessos para o Ensino de História da África e dos afro-brasileiros. Um dos grandes problemas em partir da ideia da “diversidade” é a existência de situações desiguais que tem recorrência e grande alcance em grupos específicos, como o caso da trajetória do povo negro. Na educação, em todos os níveis de escolaridade, o racismo estrutural e institucional continua operando de forma a contribuir nas dificuldades enfrentadas pela população negra, nos espaços formativos, que ora paralisa, ora retarda, ora desestimula.

Portanto, para que possamos minimizar esta grande lacuna dos estudos referente à população africana e afro-brasileira ao longo da História, podemos recorrer às fontes literárias ficcionais, como ‘matéria-prima’ para desenvolvermos as aulas de História, abrindo assim novas possibilidades e olhares na abordagem. Desta forma, é preciso começar a apresentar nos ambientes educacionais que a África não é um país, mas um continente repleto de povos e culturas próprias, dentro do território continental e, que precisamos começar a aprender localizando-o no mapa e reconhecer suas diversidades, quando falamos dos mesmos.

Neste sentido, para realizarmos uma abordagem em uma aula de história poderemos usar a seguinte metodologia para um plano de duas aulas sequenciais, de modo presencial, em uma turma da 7º série do ensino fundamental, que começa a estudar sobre a África na antiguidade. Iniciaremos com uma contextualização geográfica do continente, para recortar a África "portuguesa", situar Moçambique, como conhecemos na atualidade. Pediremos para que os estudantes tragam tecidos, lenços para que possamos sentar ao chão, em forma de círculo e nos silenciarmos, para ouvir o conto "O Rei Mocho" de Ungulani Ba Khosa que é relatado a partir da tradição oral, presente na cultura africana.

> Naqueles tempos, tempos antigos, o mundo era tão pequeno e palpável que os gestos se sobrepunham à fala corrente do homem. Bastava um sinal com a mão, um abanar da cabeça, um coçar das omoplatas, um trocar de pés, um sorriso arreganhado, um bater de palmas, ou um abanar de ancas, para que os animais entendessem a mensagem humana. Aos animais, aves ou répteis, mamíferos ou batráquios, bastava um guincho, balido ou berro, chilreio ou zumbindo, para que a comunicação se estabelecesse, filho (KHOSA, 2016, p.05).

Como uma conversa embaixo de uma árvore, assim o conto se inicia através da ilustração e harmonia entre homem e animais. A natureza se entrelaça com a produção do saber ancestral onde a imaginação e realidade se cruzavam e a mentira não havia sido inventada. Assim um pai contava para seu filho, que a mentira surgiu a partir da confusão entre o mocho e os pássaros, que antes havia boa convivência entre homens e animais, todos conseguiam se compreender, havia paz. Certa noite os pássaros se aproximaram dos homens e disseram:

> Resolvemos escolher um chefe, raça de pés compridos, vocês nasceram no entendimento raça de pés compridos, queremos alguém que nos auxilie contra as 'coisas' ruins do mundo que o tempo coloca. Resolvemos quem será o vosso líder: o mocho, por causa dos chifres que embelezam sua cabeça. E os pássaros tiveram momentos felizes. O mocho dizia: "Tratem das minhas penas. Mas não se aproximem da minha cabeça. Ela deve estar tranquila para as tarefas do comando" (KHOSA, 2016, p. 12).

Durante seu reinado os mochos conviveram em harmonia, não entram em atritos durante todo tempo, durante a noite os mochos se recolhiam, as leis e o comando ficavam por conta da natureza.

Portanto foi a curiosidade do homem que trouxe desequilíbrio à relação entre os pássaros. O homem disse que os chifres dos mochos eram falsos, toda harmonia começou a desabar. Os mochos não têm chifres, eles têm penas em forma de chifres. Os chifres só

aparecem em animais de quatro patas, eles fizeram isto porque queriam ser reis. A confusão foi total. "[…] Os mochos, impotentes em amainar a dor e a revolta dos pássaros, retiraram-se para sempre do convívio com outros pássaros. A noite passou a ser o domínio da sua existência" (KHOSA, 2016, p. 18). Inconformados pela ação dos homens, ainda hoje eles clamam por justiça. Por isso filho, temos pesadelos, insónias são frequentes nos homens.

A partir da conexão da filosofia ancestral narrada através da oralidade, de modo bem elaborado, o autor apresentou no conto uma explicação para o surgimento da mentira, os prejuízos que ela pode trazer para sociedade, que a vivencia. Aponta que, mesmo a harmonia usufruída por todos, não conseguiria ser sustentada por uma falta da verdade. Um ensinamento ilustrado pela presença entre homens e animais, natureza a cercar todos e também lembra que a convivência com todos é possível, mesmo partindo das diferenças, podemos realizar diálogos. A partir do encerramento desta proposta de aula utilizando a ficção literária para ensinar História africana, podemos assim compreender que, a literatura consegue sensibilizar, mostrar outras perspectivas para as aulas de História.

Nesta perspectiva, o capítulo dois está dividido em quatro tópicos: **2.1 A Literatura na luta emancipatória em países africanos de língua oficial portuguesa** propõe uma abordagem que inicia, sob a ótica da História Cultural e reflete sobre alguns dos principais elementos que contribuíram para os processos de independência. No tópico **2.2 Pioneiros da literatura moçambicana durante os anos de luta pela emancipação,** pretende-se analisar suas influências para a literatura moçambicana, a partir do contexto histórico e de formação para uma luta nacional. No tópico **2.3 Ungulani Ba Ka Khosa entre percursos e obras literárias** analisamos as características que se destacam no autor e no desenvolvimento de suas obras. No último tópico **2.4 Análise histórica sobre algumas literaturas de Ungulani Ba Ka Khosa** procuramos compreender recortes históricos da narrativa, sobre Moçambique através de suas lentes.

2.1 A Literatura na luta emancipatória em países africanos de língua oficial portuguesa

A Teoria da História nos apresenta possibilidades de analisar, refletir, dialogar, propor através de recortes históricos, acontecimentos situados no passado com questionamentos do presente, permitindo assim recontar através de outra abordagem, o mesmo fato histórico.

Nesta perspectiva, para o historiador José D´Assunção Barros (2004), a historiografia é comparada a um oceano repleto de ilhas, com suas características próprias e questiona sobre a hiper-especialização onde um historiador ao eleger um objeto de estudo, pelo resto de sua vida irá falar apenas sobre isso, em suas participações em eventos, suas escritas acadêmicas, orientações e recortes mais específicos, dentro do seu tema, definindo assim a hiper-especialização na história como algo curioso e em certas situações alarmantes. Para o historiador a hiper-especialização pode ocasionar num abandono para as demais áreas da História, onde o indivíduo pode ter tendência para elaborar narrativas, apenas a partir de sua perspectiva teórico-metodológica.

Neste sentido, o historiador Ciro Flamarion Cardoso (2004) diz que existe uma tendência atual a uma intensiva especialização, percebida pelo volume caudaloso das publicações em cada setor, contribui para o desconhecimento e/ou marginalidade de determinados recortes temporais e temáticos, com dificuldade de acesso documental e/ou polêmicos, como a História Antiga, a escravidão moderna, suas implicações, dentre outros.

Para desenvolver nossas reflexões, utilizamos como perspectiva teórica a História Cultural, que se configura como uma linha de pensamento pois compreende o fazer historiográfico, a partir da interdisciplinaridade com outras áreas do saber, através de objetos, pessoas comuns, literatura e relatos dos que viveram no mesmo momento, daqueles enaltecidos pela história tradicional, entre outras abordagens.

Contextualizando o desenvolvimento da História Cultural, o historiador britânico Peter Burke (2010) afirma que no século XX uma grande parte das inovações do campo intelectual originou-se na França, com o movimento da ‘nova história’, sendo que, boa parte dessa ‘nova história’ era produzida por um pequeno grupo ligado à Revista *Annales*, fundada em 1929, conhecida como Escola dos *Annales*.

Seguindo a concepção teórica, advinda da terceira geração da Escola dos *Annales*, através da História Cultural, aproximamos nossas reflexões deste campo do pensamento. Perante os impactos dos *Annales* e dos desdobramentos da História Cultural, assim o historiador Antonio Celso Ferreira (2013) aponta a ampliação das fontes históricas no século XX e a

valorização metodológica da ‘história-problema’ que reconhece a complexidade das relações humanas.

A História Cultural francesa foi vital para estimular a literatura como possível fonte na pesquisa histórica, impactando, inclusive, outras correntes historiográficas, como os materialistas ingleses, ao redirecionar atenção à cultura para o desenvolvimento das relações sociais e econômicas, encontrando na produção literária uma fonte intensa de possibilidades.

Partindo na perspectiva da História Cultural, a historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2006) propõe que o historiador está condicionado ao uso das fontes em suas narrativas, descobrindo, convertendo e atribuindo significados para as mesmas, considerando que estas fontes não são o acontecido, mas simplesmente rastros para chegar a este. Sobretudo as ações do historiador transformam esses rastros em fontes, realiza o trabalho de questionar esse passado, o pesquisador tem o mundo ao seu alcance.

Ao abordar a literatura, no uso pela História, Pesavento (2006) aponta que não pode ocorrer hierarquias entre as áreas de conhecimento. Portanto, o espaço onde se enuncia o problema e a pergunta é domínio da história. Quando a história coloca questões, analisa a literatura como fonte, a história pergunta e a literatura responde. A literatura permite ao historiador privilégios de acessar o imaginário que não seria possível encontrar em outras fontes históricas.

Segundo o historiador Nicolau Sevcenko (1985) a literatura não é um instrumento imóvel com o qual se engendre pensamentos ou fantasias, apenas para satisfação de uma plateia, mas é um processo complexo que pode construir e moldar, simbolicamente, o mundo. A produção literária é compreendida como um processo homólogo ao histórico, confronta, nega e realiza referência, sempre como um encaminhamento próprio. Apresenta-se entre dois aspectos conectivos de tensão e confronto.

Neste sentido, Sevcenko (1985) indica que a criação literária revela toda sua potencialidade como documento, como fonte complexa, variada de significações e apropria-se da história, em todas as suas dimensões de produções. A experiência literária possibilita atravessar com mais intensidade as diversidades das sociedades humanas, na sua história, conflitos e projetos, podem ser percebidas através de pontos cruciais, como as raízes sociais, expressões artísticas em produções de significações. A literatura ultrapassa suas próprias fronteiras intelectuais, ocupa espaços, agrupamentos e temporalidades, se apresenta como uma purgação coletiva, finalizada como arte, arte que não silencia, mas questiona e inquieta.

Nessa perspectiva, Sevcenko (1985) aborda que toda narrativa vem como um ato de criação, na medida que formaliza situações não previstas, dá-lhe existência e coloca-os num

espaço de disputa, com hierarquias que estabelecem as palavras atribuídas ao mundo conhecido e percebido. Tendo como ponto de partida esta fonte, a literatura se nutre, absorve toda a sua significação e utilidade. Assim enfrenta os fantasmas coletivos, pode enfim, questionar e exorcizá-los como uma missão.

Podemos referendar que a História Cultural, numa perspectiva teórica-metodológica, trouxe contribuições substanciais para o desenvolvimento da pesquisa histórica e, em especial, valoriza a fonte literária. A literatura, além de fonte, foi (é) ferramenta vital para os processos na emancipação de vários territórios da África, seja na luta contra o colonizador ou na busca pela construção das suas próprias soberanias, étnicas e identitárias. Na literatura africana, de cunho decolonial, encontramos linhas de pensamentos que se desenvolveram com a intenção de aproximar, reunir e interseccionar africanos, no ideal de libertação nacional que passa a ser pauta de reivindicação na África, com apoio de outros movimentos em âmbito internacional, no século XX. Dentre estes, o movimento do Pan-Africanismo que apresentaremos brevemente.

A este respeito Hernandez (2008) coloca que o belicoso século XX foi intenso nas ações cruéis e violentas moldadas pelo colonialismo, levando à situações de extremas dificuldades, humilhações e privações vivenciadas pelos negros, especificamente África e nas Américas, formando assim uma conjuntura de movimentos que reivindicavam a presença dos escritos de intelectuais negros, conferências e congressos assim como a criação de associações de vários territórios, configurou-se assim o movimento Pan-Africano. Um movimento que se preocupou com o reconhecimento do indivíduo negro e as sequelas da secular diáspora, sendo que suas mobilizações predominaram em várias partes do continente africano, como África Ocidental, Oriental Inglesa, África portuguesa, entre outras partes, inclusive fora do continente.

Neste sentido, Barbosa (2012) apresenta que o pan-africanismo pode ser analisado com dois recortes temporais, o primeiro entre (1870-1920) e o segundo no período de 1920 até a década de 1970. Entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, uma geração de intelectuais debruçou-se sobre o colonialismo vivenciado nos Estados Unidos, entre eles Marcus Garvey e W.E. Du Bois. Especificamente, Garvey elaborou uma proposição de que todos os afrodescendentes deveriam retornar para África, aponta os negros, que detinham conhecimento técnico, deveriam regressar e auxiliar no desenvolvimento do continente e de si. Garvey também tinha um pessimismo em relação ao negro nos EUA, por isso defendiam o retorno gradativo para África. Deixou inúmeras contribuições textuais que colaboraram com o desenvolvimento intelectual de vários ativistas negros nos EUA e na África, no período entre guerras e após a Segunda Guerra Mundial.

Neste viés, Barbosa (2012) apresenta que W.E. Du Bois foi um intelectual negro, estadunidense que veio de uma formação acadêmica nas Universidades de Fisk, Harvard nos EUA e em Berlim. A Alemanha, dizia que o negro tinha uma essência que era contrária a uma lógica materialista e temporal do ocidente, por isso, os negros de todo mundo, deveriam sentir-se orgulhosos desta essência para terem condições de reivindicar o patrimônio democrático humano. Atuou como organizador dos Congressos Pan-Africano em Londres, Paris e Bruxelas, em 1919; Londres e Lisboa, em 1921; Nova York, em 1927; Manchester, em 1945. Neste sentido, é conhecido como um dos fundadores do Pan-africanismo, como movimento político, de pensamento revolucionário e defensor dos processos emancipatórios, no continente africano.

De acordo com Chemane (2015), compreende-se por Pan-africanismo o movimento ideológico, a favor da união e luta pelas pautas emancipatórias africanas, que tinha seu lastro entre africanos concentrados em vários lugares do mundo. Jovens estudantes africanos de países de língua oficial portuguesa que, futuramente serão líderes dos processos de independências de seus territórios de origem, como Amílcar Cabral[12], Mário Pinto de Andrade[13], Agostinho Neto[14] e Eduardo Mondlane[15], conheceram o pan-africanismo através de outros intelectuais, de origem Africana em território europeu. Assim o Pan-africanismo pode ser definido como uma restauração histórica, cultural, entre outros, de africanos do passado ao presente.

Ao abordarmos determinadas considerações sobre alguns pensamentos teóricos e políticos, assumimos a compreensão de que, retratar a África a partir do viés historiográfico, usando a literatura como fonte, tais apontamentos elencados são relevantes para elaboração de uma análise mais específica e profunda. A este respeito, a memória é uma categoria recorrente nestas proposituras. Conforme o sociólogo francês, Maurice Halbwachs (2003), as lembranças são individuais, pessoais e fazem parte de uma personalidade e trajetória de vida.

Assim, Halbwachs (2003) propõe que as memórias, por mais que afloram através do indivíduo, são construções que tomam sentido na coletividade. O autor coloca que a memória de um grupo é forjada a partir das vivências, narrativas em comum e que dizem respeito à maioria do grupo, embora se sintam ligados, em algum momento irão estar em lugares completamente distintos e o elo de ligação entre ambos serão as memórias compartilhadas. A

[12] Amílcar Lopes da Costa Cabral (1924-1974), liderança no processo de emancipação da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

[13] Mário Pinto de Andrade (1928-1990), liderança no processo de emancipação de Angola e fundador do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

[14] António Agostinho Neto (1922-1979), liderança no processo de emancipação de Angola, um dos líderes do MPLA e o primeiro presidente angolano após a independência.

[15] Eduardo Chivambo Mondlane (1920-1969), liderança no processo de emancipação de Moçambique e fundador da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

memória histórica indicada por Halbwachs (2003), enuncia que todos somos ligados por acontecimentos profundos de recorte temporal, nacional, político, entre outros, e que não existe uma necessidade pontual de que esta(s) memória(s) façam sentido em cada indivíduo, mas de forma indelével, fazemos parte da mesma e se quisesse reconstruir todas as memórias de um grupo, seria necessário ouvir e montar todas as narrativas, para que se criasse um discurso coerente sobre os envolvidos.

Na perspectiva de compreensão da construção da memória, o filósofo francês, Paul Ricoeur (2018) diz que o sentimento da unidade do eu parte do pensamento coletivo, com intermediação da consciência, que julgamos com grande frequência, pertencer sincronicamente a vários grupos sociais. Entretanto, essa consciência existe apenas no presente, situa-se em um grupo e passa-se de um grupo a outro. A última sentença é entendida como uma adequação à pressão social, nos levando a convicção que somos autores de nossos posicionamentos. Segundo o autor, o esquecimento é convocado nas alterações das operações mnésicas, atuando na fronteira incerta do normal e do patológico.

A este respeito, o teórico e crítico literário, Márcio Seligmann-Silva (2003) propõe que o registro da memória seja muito mais seletiva. Ocorre entre a lembrança e o esquecimento, num processo de construir e desconstruir, pois afirma que a divisão entre a história e memória atua como um registro onde um não deve apagar o outro.

Várias foram as contribuições para o desenvolvimento da literatura africana em países de língua oficial portuguesa, dentre elas a busca pela memória coletiva para representar história e identidade local em contraposição à história e cultura impostas pelo colonizador. Memórias que se apresentarão através da ficção e com aspectos do cotidiano, com situações reais experimentadas por sujeitos, não estão nos discursos oficiosos.

Existe um conjunto de Estados-nacionais que atualmente formam a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e desenvolvem cooperações em diversos setores, são eles: Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Timor-Leste, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe, com exceção de Portugal na condição de país colonizador dos demais, em períodos específicos, dominou estes territórios, pessoas, rotas e espoliação geral da economia. Não ocorreu um estímulo à produção literária nestas localidades, exceto no continente africano nas últimas décadas da colonização, como forma de resistência, em prol da independência.

Sobre os aspectos semelhantes da colonização e das resistências dessas nações e dos seus povos, não iremos nos aprofundar. Apenas abordaremos o caso angolano para visualizarmos sua trajetória histórica, no cenário das mobilizações revolucionárias, cuja a

literatura local foi forjada, sendo utilizada como instrumento de denúncia, lamento e da construção do novo para fomentar a emancipação nacional.

Conforme a letrada Jurema Oliveira (2013), o projeto de libertação angolano desenvolve a partir das experiências de teóricos do movimento negritude como, Aimé Césaire e Léopold Senghor, através de atividades políticas relacionadas a Casa dos Estudantes do Império (CEI) e os 'Novos Intelectuais' de Angola. Calcada na mediação com os intelectuais locais, as obras literárias de Artur Carlos Maurício Pestana (1941-), popularmente chamado de Pepetela, romancista e contista angolano, trazem metáforas que relatam a corrupção presente na sociedade colonial, transparece um desejo de ver seu país em desenvolvimento igualitário para todos. Neste sentido, a história, política e ficção foram elementos essenciais para construção do discurso literário angolano.

Por outro lado, a pesquisadora portuguesa Margarida Calafate Ribeiro (2015) aponta a existência de uma literatura contemporânea de denúncia, produzida na ex-metrópole colonizadora, intensamente comprometida em revelar a memória das atrocidades da ditadura salazarista. Produção que condena o colonialismo africano, assombra, incomoda, perturba e interroga o presente pós-colonial em Portugal. Essa literatura questiona os mecanismos de esquecimento frente aos povos dominados, humilhados, e também interroga sobre as bases de fundação em que o recém conceito de democracia foi forjado, exige efetivamente democracia, mas com memória. De pano de fundo, a recente literatura portuguesa almeja um "dever de memória" ao apresentar um compromisso entre quem conta, assumindo assim seu papel de testemunha e quem ouve retira o leitor da inércia/ignorância. Gera-se um pacto de responsabilidade via literatura de testemunho, criando, nas futuras gerações, uma obrigação de continuar na busca de respostas para as angústias do seu povo e demais povos, faz um resumo da quantidade imensa de memórias públicas, especifica o que podemos esquecer e devemos recordar.

Apesar das novas perspectivas que movimentam a literatura portuguesa, para a letrada e escritora Regina Zilberman (2015) existe uma narrativa eurocêntrica que continuamente, desqualifica a África e os habitantes de suas regiões marcando-os, assim como ocorre com o espaço físico, definições de terras estéreis e desérticas, lugar pouco hospitaleiro e com hostilidade dos nativos, narrativas estas que estão presentes inclusive nos clássicos, como os *Lusíadas,* por exemplo.

É através do questionamento dessas narrativas eurocêntricas e da tarefa histórica da construção da emancipação, que a literatura africana passa a fragmentar a noção normativa de passado colonial abstrato, homogêneo e sob as lentes do colonizador opressor. São esses

discursos que são confrontados e, contrapondo a essas ideias que permeiam uma vasta e consolidada literatura branca. A literatura africana de língua portuguesa usa ficção e a história construí realidades, perspectivas sobre o outro, parte de uma compreensão de alteridade em que se evidencia a necessidade de relatar as trajetórias sociais, culturais, afetivas entre outras reflexões para sujeitos, historicamente impedidos de contarem suas vivências a partir de si, ou de suas realidades comunitárias.

2.2 Pioneiros da literatura moçambicana durante os anos de luta pela emancipação

A História de Moçambique, contada a partir das fontes literárias, é fascinante e enriquecedora, pois expressa a essência da alma dos seus escritores, que ultrapassam as fronteiras históricas, ao trazerem a riqueza de detalhes, sensibilidade ancestral, dores dos momentos de combates e luta do povo moçambicano, em preservar e manter sua(s) identidade(s).

É nesta perspectiva que abordaremos algumas particularidades dos escritores José Craveirinha e Noémia de Souza, pioneiros no desenvolvimento da literatura local, entretanto sem deixar de mencionar a grande relevância dos escritores Mia Couto e Paulina Chiziane, entre outros. Sendo assim, valoriza a sensibilidade literária enquanto fonte que de acordo com o historiador francês Antoine Prost "[...] a história depende da posição social e institucional de quem a escreve, não ficaria bem em ocultar o contexto em que estas reflexões foram elaboradas" (PROST, 2012, p. 07). A compreensão do contexto histórico baseada na literatura apresenta elementos que nem sempre são visíveis e/ou valorizados pelas fontes tradicionais escritas, 'joga luz' em fatores e agentes que auxiliam na construção da narrativa pela existência social cotidiana, do homem comum.

> O historiador elabora sua argumentação por analogia com o presente e, para relatar o passado, transfere modos de explicação comprovada pela experiência social cotidiana do homem comum. É, aliás, uma das razões do sucesso da história entre o grande público: nenhuma competência específica é exigida do leitor para abordar um livro de história (PROST, 2012, p. 145).

Tecendo redes narrativas através das fontes literárias, vamos analisar a comunicação entre o passado e o presente moçambicano. Num movimento de vaivém, na temporalidade que permite, taticamente, abordagens temáticas.

As experiências são descritas através de poemas e contos, que nos embalam e contém vivências apresentadas que inquietam o pensamento social. Viver Moçambique através de

textos literários é estar em diálogo constante com a ancestralidade, portanto, encarar os desafios do presente é o que nossos escritores irão relatar. De fato, na história, compreender é sempre, de certa maneira, colocar-se pelo pensamento no lugar daqueles que são o objeto da história que se escreve. Tal procedimento supõe uma verdadeira disponibilidade, atenção e capacidade de escuta "a vida cotidiana é que permite o aprendizado de todos esses aspectos" (PROST, 2012, p. 147). Escutar os discursos sobre Moçambique, analisar suas narrativas é realizar uma pequena compreensão de uma parcela da África, sua história interligada com a violenta ocupação portuguesa.

> "África" e "negro" - uma relação de coengendramento liga esses dois conceitos. Falar de um é, na realidade, evocar o outro. Um confere ao outro seu valor consagrado. Como já dissemos, nem todos os africanos são negros. No entanto, se a África tem um corpo e se é um corpo, um *isto*, é o negro que o confere a ela - pouco importa onde ele se encontre no mundo. E se negro é uma alcunha, se ele é *aquilo*, é por causa da África. Ambos, o *isto* e o *aquilo*, remetem a diferença mais pura e mais radical e a lei da separação. Um se confunde com o outro e faz pesar na outra sua carga untuosa, a um só tempo sombra e matéria. Ambos são produtos de um longo processo histórico de fabricação de sujeitos raciais. [...] o modo como a África e o negro acabaram por se tornar o signo de uma alteridade impossível de assimilar, a própria efração do sentido, uma feliz histeria (MBEMBE, 2018, p. 79).

Ao definirem o negro e a África como uma representação única e fixada, retiramos de ambos o direito de apresentar-se em sua plenitude cultural, social, religiosa, porque de acordo com os africanistas, não podemos falar de uma única África, mas de várias Áfricas que permeiam o continente africano. Quando não compreendemos a especificidade de cada região, país, limitamos nosso entendimento acerca dessas sociedades, porque todos eles nos parecem viver da mesma forma e sobre os mesmos valores culturais.

Ao olharmos para o continente europeu se evidencia através da construção dos discursos a diferença de cada região, país. Assim pautados nesta concepção, sabemos que Portugal é diferente da Espanha, bem como da França e assim sucessivamente e as pessoas nativas dos lugares citados possuem língua, costumes entre outros elementos constitutivos diferenciados. Por que não aplicamos o mesmo parâmetro para pensarmos e analisarmos a África? De acordo com Achille Mbembe:

> O termo "África" remete geralmente a um elemento físico e geográfico - um continente. Por sua vez, esse elemento geográfico assinala um estado de coisas, um conjunto de atributos, propriedades e, por vezes, uma condição racial. Em seguida, vêm se juntar a essas diversas referências uma série de imagens, palavras, enunciados, estigmas, que supostamente explicam em

> detalhe esse estado de coisas [...] os supostos atributos das populações que habitam esse espaço, o seu estado de pobreza, de espoliação e, em especial, a sua relação com uma forma de vida cuja duração nunca é certa, porque a esteira em que se deitam a superstição, a morte e a hediondez está sempre por perto. "África" é, portanto, a palavra com a qual especialmente a era moderna se esforça para designar duas coisas. Primeiro, uma determinada figura litigiosa do humano emparedado na precariedade absoluta e no vazio do ser. E, a seguir, a questão geral da inextricabilidade do humano, do animal e da natureza, da morte e da vida, da presença de uma na outra [...] (MBEMBE, 2018, p. 96).

Através dessas consistentes e recorrentes representações de África o corpo negro, também é um corpo geopolítico, situado em um espaço, preso em um tempo e circunstância em que se torna difícil realizar a transposição deste sujeito para um lugar que não seja comum, fixo e pré-determinado. Desta forma os sociólogos Joaze Bernadino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel argumentam que: "Tão crucial é o racismo como princípio constitutivo, que ele estabelece uma linha divisória entre aqueles que têm o direito de viver e os que não o têm" (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFOGUEL, 2020, p. 11). A construção do africano incapaz de se desenvolver sozinho é reiterada através de uma história repetitiva, insistente e que possui no racismo o fator essencial de funcionamento e legitimidade "O racismo também será um princípio organizador daqueles que podem formular um conhecimento científico legítimo e daqueles que não o podem" (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFOGUEL, 2020, p.11).

Conforme aponta o filósofo e teórico literário argentino, Walter Mignolo (2020) no começo do século XIX, o ponto de avaliação já não era a escrita, mas a história. Neste sentido "os povos sem história" encontravam-se em um tempo "anterior" ao tempo "presente", assim, os "povos com história" sabiam escrever as narrativas daqueles povos que não as tinham.

Nesta perspectiva, conhecer sobre os saberes ancestrais africanos ainda se apresenta de maneira muito urgente nos espaços educacionais. Pouco conhecimento, resulta em pouco ou nenhum ensinamento em sala de aula ou em espaços plurais de troca de saberes. Existe uma lacuna entre o africano e o não-africano, que perpassa pelo desconhecimento, resistência em alguns aspectos de reconhecer os seus conhecimentos.

Esta situação que ora se enuncia e pode ser evidenciada, definimos como racismo epistêmico que, de acordo com Maldonado-Torres (2007, p.12): "Por trás do '(eu) penso' podemos ler que 'outros não pensam' ou não pensam adequadamente para produzir juízos científicos". Quem pode produzir conhecimento? Por que o saber ancestral africano continua marcado por uma resistência? A este respeito:

> Consequentemente, inicia-se, com Descartes, de maneira límpida e transparente, uma divisão, uma divisão entre aqueles que se auto intitulam capazes de produzir conhecimento válido e universalizável e aqueles incapazes de produzi-lo. Todavia o estabelecimento do maniqueísmo não para por aí. O "Penso, logo existo" não esconde somente que os "outros não pensam", mas que os "outros não existem" ou não tem suficiente resistência ontológica [...]. A partir da elaboração cartesiana, fica clara a ligação entre o conhecimento e a existência. Em outras palavras, o privilégio do conhecimento de uns tem como corolário a negação do conhecimento de outros, da mesma forma que a afirmação da existência de uns tem como lado oculto a negação do direito à vida de outros. [...] (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; RAMÓN GROSFOGUEL, 2020, p. 12).

Em várias situações à margem dos centros de produção de conhecimento, temos dificuldades de ouvirmos a voz ancestral africana, que reverbera nos seus espaços de vivência, nos seus ritos religiosos, tradições e sabedoria. Não que esta voz não flui, não discurse, pelo contrário ela existe e é real, carregada de riquezas. Porém, esta voz tem sido sistematicamente silenciada pelo racismo epistemológico presente nos lugares de formação e difusão de saberes. É preciso que tenha abertura, possibilidade de falar por si, narrar suas trajetórias marcadas de ensinamentos.

É preciso compreender que a ancestralidade africana é diversa, de acordo com o povo em que estaremos em diálogo, se faz necessário realizar conversas com a realidade local para ampliarmos a nossa visão, rompermos com o racismo que molda e organiza nossa sociedade, racismo este também se aplica aos africanos, já que são colocados de diversas formas em condições de subalternidade, de acordo com o lugar onde seu corpo político se apresenta, sobre isso o escritor e mestre quilombola, Antônio Bispo dos Santos evidencia que:

> Esse é o saber orgânico, aquele que diz respeito a ser. O outro, o saber sintético, é aquele que envolve ter. Por isso, para nós não se sustenta de que a academia produz ciência e nós produzimos saber popular. Essa nomeação é por demais colonialista, feita para nos esvaziar. Que popular é esse? Popular de quem? Produzimos saber quilombola, saber indígena, saber do povo de terreiro. Esses saberes têm nomes. Popular é uma palavra vazia (SANTOS, 2019, p. 27).

Ao utilizarmos a palavra "popular" para apresentar a África, o africano ou o afro-brasileiro, estamos generalizando e diminuindo a importância de uma vida inteira dedicada à cultura, religião e vida em sociedade de grupos específicos, e, que de forma alguma, são homogêneos, iguais, mas caracterizam-se pela imensa pluralidade de perspectivas próprias. Segundo o sociólogo português, Boaventura de Sousa Santos (2020), o conhecimento científico é aquele que é divulgado de forma escrita, por isso é considerado rigoroso, porque ao ser escrito

em certa língua, fixa sua marca como um monumento, entretanto, os conhecimentos produzidos através da oralidade, são mais comuns em relação aos escritos. Todavia, a produção de conhecimento oral possui pouco prestígio e aceitação. Isso ocorre porque os parâmetros dominantes de atribuição de valor são desenvolvidos em contextos que se destacam o saber escrito.

Podemos evidenciar que o racismo epistemológico regulador é forte balizador das relações sociais e humanas. Manifesta-se através de uma hierarquização de saberes, dita, aponta, instrui em níveis de destaque distintos, qual saber é universal e qual mantém-se como específico. Ao fixar uma obra impressa numa determinada língua, tornamos esse saber 'universal' porque muitos terão acesso a ela. Ao limitarmos os saberes tradicionais africanos e deixarmos eles com pouca ou nenhuma visibilidade, consideramos ele específico. Tendo em vista a oralidade como transmissora de conhecimento, constitui-se antes das produções escritas de registros humanos.

> De fato, a oratura entende a literatura como sendo derivativa, encontrando frequentemente as suas fontes na literatura oral. A oratura possui o seu próprio valor, apesar de a literatura escrita ter muitas vezes se apropriado do conhecimento oral, tomando-o como matéria-prima e submetendo-o aos seus critérios estéticos ou epistemológicos. A verdade é que um grande número de produtos culturais escritos tem a sua raiz na oratura (SANTOS, 2020, p. 91).

Recorrendo corriqueiramente ao conhecimento oral, a literatura tece suas trajetórias em um diálogo constante com a história, “[...] tanto quanto me é dado saber, um dos projetos mais notáveis relativos à descolonização do conhecimento e à utilização da história oral como ferramenta de resistência contra a dominação capitalista e colonial” (SANTOS, 2020, p. 96). Estas histórias são reveladoras porque são histórias de um povo que vive à margem da sociedade, com requintes coloniais de crueldade, exclusão e subalternização intrínseco em cada setor, onde se estabelece as interações sociais.

A partir dos apontamentos expostos, podemos entender alguns dos desafios e angústias que permeiam a literatura africana moçambicana, especialmente frente aos desejos da emancipação. A particularidade histórica e social das colônias africanas na segunda metade do século XX, em querer construir seu próprio destino, fomentou uma literatura comprometida com a busca pela liberdade, com a memória e tradições locais.

Neste cenário interconectado entre literatura e sociedade, o historiador Matheus de Mesquita e Pontes analisa que: "[...] Quando se trata de comprometimento literário, os termos engajamento e militância normalmente são apresentados de forma equivalente, para enquadrar ou não a atuação política do escritor" (PONTES, 2018, p.67). Ao estabelecermos contato com alguns dos principais literatos moçambicanos, analisaremos sua escrita e sua trajetória para que possamos compreender sua narrativa, profundidade de interesses e emoções que cercam sua visão de mundo, disposta na obra literária.

Até que ponto existe a linha tênue entre o engajamento em prol da história contada, a partir de um nativo contrapondo uma história "oficial", forjada com influências, vendas e objetivos específicos de silenciamento do discurso de um povo colonizado, bem como de outro lado a militância como missão de vida, de dever. A este respeito:

> O engajamento pode emergir por interesses de origem social, por adesão voluntária, parcial — aproximação por interesses específicos, com alinhamento frente às estratégias e táticas dos agrupamentos — ou por uma ligação temporária programada. É um compromisso permeado por fluidez, sem a obrigação de uma continuidade orgânica e disciplinar imputada pelo agrupamento ou por questões próprias; pode ser uma prática envolta em revisões e interligar-se a outros grupos sem a rigidez da fidelidade. Se, no engajamento, existem variações dependendo do grau do empenho assumido, podendo ser esse de cunho individual ou ligado a uma prática coletiva, na militância, a atuação do sujeito é sempre coletiva e disciplinada rigidamente pelo agrupamento. Nos agrupamentos em que existe a vivência da militância, a ação e o sentimento de estar sempre em combate são permanentes. Existe(m) sempre o(s) inimigo(s) que precisa(m) ser derrotado(s) ou convertido(s) para seu campo social. Na militância existe uma profissão de fé (PONTES, 2018, p. 68).

Através da contribuição dos conceitos definidos acima, percebemos na literatura moçambicana, importantes vozes que reverberam a identidade e a história da nação. Nesta escrita podemos identificar engajamento, compromisso com a construção de uma história que não seja a mesma contada através das lentes eurocêntricas, bem como a militância disciplinada, o dever de combater e romper uma representação forjada de si e seu povo. Nessa perspectiva, o literato Gabriel Pereira Vieira apresenta José João Craveirinha, considerado um dos maiores literatos de Moçambique.

> José João Craveirinha nasceu em 28 de maio de 1922 em Maputo, capital de Moçambique, e faleceu em 06 de fevereiro de 2003. Filho de pai branco português e mãe negra moçambicana, teve, desde cedo, contato com duas culturas distintas, o que permitiu que sua literatura transitasse de forma segura entre elas. Exerceu o jornalismo durante décadas, razão pela qual dezenas de

> seus poemas estão espalhados em periódicos, além de ter publicado cinco livros em vida e participado de antologias diversas. Atuante nas causas pró-independência de seu país, ficou preso entre os anos de 1965 a 1969. Durante sua vida, recebeu diversos prêmios e condecorações, dos quais se destaca o Prêmio Camões de 1991. Assim como muitos autores africanos de língua portuguesa, reverbera na poesia de Craveirinha o impacto do colonialismo e da exploração (VIEIRA, 2019, p. 09-10).

Uma vida dedicada ao exercício do pensamento livre e da escrita, preocupações presente em sua obra *Xigubo* (1980, p.24), vejamos o poema abaixo:

> **Poema do Futuro cidadão**
>
> Vim de qualquer parte
> de uma nação que ainda não existe
> Vim e estou aqui (CRAVEIRINHA, 1980, p. 24).

Na década de 80, o literato José Craveirinha, uma das grandes referências da literatura de denúncia, combate e crítica aos aspectos sociais em Moçambique, já anunciava no poema acima que fazia parte de uma nação que ainda não existe.

Por que essa constatação desanimadora com cinco anos de emancipação governamental? Segundo dados dispostos da história de Moçambique, apresentados na página oficial do governo (MOÇAMBIQUE, 2015) existe uma preocupação em citar alguns personagens políticos que marcaram a trajetória da nação, onde abordam que é preciso lembrar novamente aqueles que dentro deste longo e violento período de articulação política e militar, como o primeiro Presidente, Eduardo Chivambo Mondlane (FRELIMO), tiveram grande contribuição na Luta de Libertação Nacional de Moçambique, tendo como saldo desta jornada seu assassinato. Sendo assim, as inúmeras barreiras que tiveram que romper externa e internamente entre a própria população, ainda persistem.

Porém, Moçambique é declarada nação independente em 25 de junho de 1975, pelo sucessor, Samora Moisés Machel, como já foi apresentado no decorrer do texto dissertativo. Este morre num acidente de avião, sendo sucedido por Joaquim Alberto Chissano permanecendo muito tempo no poder. Assume Armando Emílio Guebuza que fica dois mandatos presidenciais, sendo substituído pelo atual presidente Filipe Jacinto Nyusi. Nesta rápida reapresentação da principal linha sucessória presidencial de Moçambique, podemos entender as angústias de Craveirinha ao compor o poema em análise.

A permanência de Chefes de Estado apenas do partido FRELIMO que obteve maior visibilidade e destaque nas suas ações, até o presente momento, são razões suficientes para desencadeamento de ações de grupos articulados de resistência por esse contínuo governo de

um único partido no poder há quase 47 anos que foi responsável por uma luta interna iniciada na década de 1980 e "terminada" em 1992. Apaziguada a partir da morte inúmeras pessoas, mas, as marcas de insatisfações são desafios que compõem a pauta do atual governo, são situações que são constantemente monitoradas pelo governo a fim de garantir paz e governabilidade.

Compreendemos que quando o literato fala de "uma nação ainda não existe" é preciso recorrer a uma reflexão organizacional, partindo do político porque é dessa estrutura reguladora das instituições de quem governa que todas as decisões dos pequenos grupos de poder regulam e reestruturam a vida social das pessoas.

> Não nasci apenas eu
> nem tu nem outro…
> mas irmão
> Mas
> tenho amor para dar às mãos-cheias,
> Amor do que sou
> e nada mais (CRAVEIRINHA, 1980, p. 24).

Craveirinha conclama o povo como irmão, apenas a um laço afetivo tão importante podemos chamar alguém que partilha a mesma história, o mesmo desejo de transformação de irmão, neste caso de pertencimento a vivências semelhantes, visualizações de projetos federais que não conseguiram liquidar com todas as heranças coloniais e pós-coloniais portuguesas. O amor entra como recurso humano de empatia, de entendimento que possuem o mesmo vínculo de dor e sofrimento. Sim, um passado de sangue e lágrimas em um presente marcado por incertezas e instabilidades que precisam ser contornadas, para que o projeto nação moçambicana tenha o maior êxito possível.

> E
> tenho no coração
> gritos que não são meu somente
> porque o venho de um País que ainda não existe.
>
> Ah! Tenho meu Amor a rodos para dar
> do que sou
> Eu!
> Homem qualquer
> cidadão de uma Nação que ainda não existe.
> (CRAVEIRINHA, 1980, p.24)

Os gritos de desespero, de despedida, de abalo físico e mental, de exaustão e também são gritos de libertação, de explosão, gritos para dar vazão à raiva suprimida e ter um novo fôlego para continuar lutando a fim que, de fato, essa nação exista na sua plenitude e persista sendo reconhecida como tal. Pois, um país que não obtém a legitimidade internacional padece de muitas formas, não tem ajuda humanitária, não consegue desenvolver acordos econômicos e proteção militar externa, caso necessite entre outras atividades.

O "homem qualquer" citado por Craveirinha é simplesmente o cidadão que vivencia na linha de frente todas as dificuldades pela sobrevivência individual e coletiva, o trabalhador do campo, da cidade e da indústria que não possui seu nome no rol de grandes políticos, mas que experimenta as agruras das lutas diárias, dentro de um contexto de instabilidade. Este "homem qualquer" é o cidadão "sem nome", que aparece apenas contabilizado em número em situação de calamidade pública, sem levarmos em questão que os dados muitas vezes são por amostragem ou imprecisos.

Neste sentido, a ocupação de Moçambique, por parte dos portugueses e toda intensidade de desigualdades, conflitos políticos, sociais e culturais, que levaram à independência da nação em 1975, não significaram que o jovem país teria um caminho fácil de trilhar. O poema acima faz parte de escritos feitos, refletindo a emancipação política e demonstram a angústia vivenciada pelos cidadãos, pessoas estas que se encontravam em toda parte do território, busca por novos horizontes pós-coloniais. Essa busca pelo reconhecimento político internacional da emancipação moçambicana ainda permanece no tempo presente, como nos revela os interesses do chefe do poder executivo em atuar em espaços representativos dentro da Organização das Nações Unidas (ONU):

> O Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, afirmou que a participação de Moçambique como membro não-Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas tem um simbolismo profundo, porquanto constitui o culminar de uma etapa importante da política externa e da afirmação de Moçambique como Estado Soberano no Concerto das Nações (MAPUTO, 2021.).(disponível na página oficial do governo)

O reconhecimento de Moçambique, enquanto nação vista internacionalmente e rumo ao desenvolvimento e a resolução dos seus problemas internos, continua latente. Desse modo, podemos relacionar com o que nos apresenta Craveirinha em seu poema, quando percebemos seu compromisso e engajamento frente a movimentos como o pan-africanismo e a negritude

que construía uma identidade africana, fraterna pois ligaria toda África e uma identidade nacional, de ser reconhecido a partir do país que habita.

Para o teórico dos estudos culturais, Tomaz Tadeu da Silva "A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que a fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais [...]" (SILVA, 2014, p. 76).

Partindo do conceito de identidade nacional como uma construção desenvolvida em sociedade e que perpassa pelas gerações humanas através da cultura, evidenciamos na literatura de José Craveirinha essa reivindicação a um entendimento de pertencimento a Moçambique e sua história, a este respeito o teórico literário, Benoit Denis afirma que:

> [...] *engajar a literatura*, parece bem significar que a colocam em penhor: inscrevem-na num processo que a ultrapassa, fazem na servir a alguma outra coisa que não ela mesma, mas, ainda mais, colocam-na em jogo, no sentido em que ela se torna a parte interessada de uma transação da qual ela é de alguma forma a caução, e na qual ela coloca em risco a sua própria realidade (BENOIT, 2004, p. 33).

É possível desenvolver a literatura longe do comprometimento de contar outras histórias sobre si e seu povo? Sim, mas na literatura moçambicana e com base em alguns autores estudados não percebemos esse distanciamento entre a realidade social e a escrita dos autores. Observamos que o comprometimento com a trajetória da emancipação nacional é a base dos poemas, contos, romances. É o princípio delineador. Se apresenta como outra representação de uma história nacional, de dores passadas e presente no anseio de mudanças estruturais e sociais.

A "mãe dos poetas moçambicanos", Noémia de Sousa, em seu único livro publicado *Sangue Negro (2016),* trazem textos que primeiramente estiveram presentes em jornais e contribuíram para o pensamento intelectual acerca da situação de Moçambique, trazendo à tona, as lembranças de uma África espoliada, sofredora e ao mesmo tempo uma África resiliente e resistente, que persiste, recomeçando sempre que foi e faz-se necessário.

> **Nossa voz**
> Nossa voz ergueu-se consciente e bárbara
> sobre o branco egoísmo dos homens
> sobre a indiferença assassina de todos.
> Nossa voz molhada das cacimbadas do sertão
> nossa voz ardente como o sol das malangas
> nossa voz atabaque chamando

> nossa voz lança de Maguiguana
> nossa voz, irmão,
> nossa voz trespassou a atmosfera conformista da cidade
> e revolucionou-a
> arrastou-a como um ciclone de conhecimento.
>
> E acordou remorsos de olhos amarelos de hiena
> e fez escorrer suores frios de condenados
> e acendeu luzes de esperança em almas sombrias de desesperados…(SOUSA, 2016, p.26).

Podemos perceber que o poder de enunciação representa altivez e potência de quem emite. Neste trecho analisado verificamos que os crimes humanitários não foram e não são possíveis de serem esquecidos, apagados da memória nacional histórica de Moçambique. As tentativas de minimizarem os crimes coloniais e pós-coloniais são ultrajantes e fazem parte de uma estratégia eurocêntrica de recontar, incansavelmente, uma narrativa deturpada e fora das lentes rigorosas dos especialistas.

O rompimento do conformismo de alguns pelas cidades, traz para outros coragem de lutar por uma revolução que inicialmente começa em cada um, dentro de cada indivíduo. Uma força e desejo de mudança que contagia e agrupa outros com semelhante objetivo e com base num conhecimento adquirido nos variados espaços de formação, seja em instituições superiores internas ou externas, seja em redações de jornais ou em grupos militantes e partidários. O conhecimento, dentro do possível, foi disseminado e gerou um ciclone de ideias, formulações de novas perspectivas para os velhos e atuantes fantasmas, tais como a branquitude presente em grupos de poder que pensa e age como se fossem isentos de toda culpa e responsabilidade pelas ações em África.

> Nossa voz, irmão!
> nossa voz atabaque chamando.
>
> Nossa voz lua cheia em noite escura de desesperança
> nossa voz farol em mar de tempestade
> nossa voz limando grades, grades seculares
> nossa voz, irmão! nossa voz milhares,
> nossa voz milhões de vozes clamando!
>
> Nossa voz gemendo, sacudindo sacas imundas,
> nossa voz gorda de miséria,
> nossa voz arrastando grilhetas
> nossa voz nostálgica de ímpis
> Nossa voz África

> nossa voz cansada da masturbação dos batuques de guerra
> nossa voz negra gritando, gritando, gritando!
> Nossa voz que descobriu até ao fundo,
> lá onde coaxam rãs,
> a amargura imensa, inexprimível, enorme como o mundo,
> da simples palavra ESCRAVIDÃO (SOUSA, 2016, p. 27).

A autora continua enfatizando sobre a voz, importância de falar, gritar sobre as mazelas herdadas, gritar sobre as milhares de vozes que foram caladas pela ganância da escravidão e que deixou uma amargura, presente nos literatos que despejam a fúria da criminalidade vivenciada por seu povo e com a qual tribunal algum julgou com severidade e indenizou as vítimas do passado escravista. Não há condenação mais dolorosa que a tentativa de esquecimento das ações contra a retirada da humanidade de um grande contingente de pessoas.

É neste sentido que a escrita da autora se torna modelo ação que possibilita o encorajamento necessário para dar continuidade as anunciações sobre Moçambique, para que numa corrente contínua e fluente, sempre exista quem concomitantemente continue produzindo outras narrativas que, sistematicamente, coloque a história do povo como produções legítimas, protagonizadores de si mesmos.

> Nossa voz gritando sem cessar,
> nossa voz apontando caminhos
> nossa voz xipalapala
> nossa voz atabaque chamando
> nossa voz, irmão!
> nossa voz milhões de vozes clamando,
> clamando, clamando! (SOUSA, 2016, p. 26-27).

A autora começa anunciando que as vozes são conscientes, compreendem seu passado e presente, essas inúmeras vozes desesperadas retratam a África. Por isso, o sentimento de irmandade por parte dos africanos deve existir, persistir. As vozes são evocadas para trazer a liberdade de poder expressar as angústias, denúncias de abatimentos físicos e mentais, vidas ceifadas pelo vil colonialismo. Sobretudo, gritar a dor que assola o pensamento e as emoções, gemer sobre as dores que acompanham o caminho do africano, seja no passado escravista, seja no presente onde impera de modo vertiginoso, um colonialismo disfarçado de cooperação.

Noémia de Sousa escreveu e convocou os milhares de irmãos para continuarem clamando, enunciando, pronunciando, apresentando-se com uma voz tão poderosa quanto o

soar das batidas de um atabaque, estrondosa, poderosa e que rompe o silêncio branco e indiferente.

2.3 Ungulani Ba Ka Khosa entre percursos e obras literárias

Um autor é alguém que com sensibilidade cria enredos em contextos ora complexos, ora com uma simplicidade que irá permitir ao leitor acompanhar nos bastidores da leitura as tramas narradas. Essas narrativas detalhadas, os sentimentos apresentados em cada capítulo prendem o leitor faz com que compartilhe as mensagens apresentadas na obra literária e passe a realizar sua própria interpretação da mesma.

Entretanto, precisamos compreender que no percurso literário de formação de um literato existem muitas contribuições que forjaram essa identidade autoral. A este respeito, Ungulani Ba Ka Khosa, aponta a influência de José Craveirinha e Noémia de Sousa e a quem se refere como mestres no seu caminho. Essa literatura que analisa Moçambique tendo como ponto de partida o povo, a resiliência de alcançar melhores resultados, as lutas em meio às adversidades sócio-econômicas e a importância cultural de apresentar a riqueza da história contada a partir das pessoas comuns marcam as obras do nosso autor. Ungulani opta pela prosa, via os contos, sua prosa é poética, utiliza-se da experiência dos seus antecessores. Nesta perspectiva o crítico literário, Benjamin Abdala Júnior enuncia que:

> Nos países africanos de língua portuguesa [...] pelo caráter social que marcou esse processo de autonomia. O novo canto africano [..], era motivado por uma situação que escapava ao rígido controle colonial. [...] Expressavam as suas vozes por sobre as formas de alienação metropolitanas. Eram gritos denunciadores do inconformismo de escritores pertencentes aos setores intelectuais e que procuravam uma identidade nacional no referente sociocultural do país (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 254).

Na construção da identidade individual Ungulani Ba Ka Khosa, nome *tsonga* do grupo étnico a qual nosso autor pertence, os *Tsongas,* que são encontrados no sul de Moçambique, estabelece a partir de um cenário familiar, ancestral e histórico, suas narrativas literárias. Segundo Fenske (2021), Ungulani Ba Ka Khosa é o pseudônimo de Francisco Esaú Cossa, nascido em 1957, na província de Sofala, Moçambique. Professor de carreira, formado em História e Geografia pela Universidade Eduardo Mondlane, segundo a jornalista, Elfi Kürten Fenske do site *Templo Cultural Delfos*, nosso literato:

> É autor de sete livros, *Ualalapi* (1987), *Orgia dos Loucos* (1990), *Histórias de amor e espanto* (1993), *No reino dos abutres* (2001), *Os sobreviventes da noite* (2008), *Choriro* (2009) e *Entre as memórias silenciadas* (2013). Co-fundador da revista literária *Charrua*, na década de 90, tem escrito crônicas e artigos para vários jornais africanos. Membro da Associação dos Escritores Moçambicanos, recebeu ainda o prêmio Gazeta de Ficção Narrativa (1988), além de ter sido homenageado em 2003 pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (FENSKE, 2021, p. 01).

A partir da apresentação acima, retomamos nosso diálogo a respeito da identidade, seja individual ou coletiva, campo de amplo debate para os estudos culturais, que entendem: "A identidade e a diferença não podem ser compreendidas, pois, fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido. Não são seres da natureza, mas da cultura e dos sistemas simbólicos que a compõem" (SILVA, 2014, p. 78).

Desta forma pensar África, este continente imenso nos remete a uma visão homogênea veiculada pelos meios de comunicação que são os reflexos acerca do nome: África. Nesta perspectiva, nos limitaremos a analisar Moçambique é apresentar um pedaço do continente, é capturar as particularidades deste país, através da ótica da literatura. A história de Moçambique como já foi apresentada neste texto também converge com o tráfico transatlântico e que como uma das consequências destas ações tão brutais e cruéis contra a humanidade, está a fragmentação da identidade do sujeito e todos os seus elos de significações, que os alocam nos espaços.

Portanto, no projeto de quebra de identidade, o nome era uma das primeiras mudanças que acometiam aos escravizados dentro do tráfico humano. Ao retirar o nome de uma pessoa e lhe conferir um número ou outro nome, estamos quebrando a identidade individual e coletiva desse sujeito, estamos retirando sua principal referência enquanto sujeito social e cultural, sendo assim o linguista moçambicano Gregório Firmino apresenta que:

> Uma das dimensões em que a influência tende a perpetuar-se tem a ver com a forma como as pessoas recebem os seus nomes. Imersos em dois mundos, o "tradicional", de que derivam elementos simbólicos que sustentam a identidade étnica, construída socialmente como "genuína", e o "moderno", tido localmente como exógeno, associado à ascensão social e activação de uma identidade cosmopolita, trans-étnica [...] (FIRMINO, 2008, p. 01).

A partir dessa compreensão, ao usar o nome do seu grupo étnico, Ungulani Ba Ka Khosa se posiciona dentro desse universo cultural e coloca significados nesta ação e em sua escrita. A representação do nome remete à sua ancestralidade, as lutas do seu povo, o reconhecimento do seu compromisso com a escrita engajada, "[...] A literatura torna-se então verdadeiramente um ato e realiza o desejo de participação efetiva que procura o escritor engajado" (BENOIT, 2002, p.50). Nesta perspectiva da literatura engajada, utiliza-se de signos, marcas nos complexos contextos históricos e sociais que segundo o sociólogo francês Pierre Félix Bourdieu propõe que:

> Os sistemas simbólicos, como instrumentos de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica:* o sentido imediato do mundo (e, em particular do mundo social) (BOURDIEU, 1989, p. 09).

É inegável reiterar que o poder político e econômico que atuou de forma intensa nas relações coloniais e com graves sequelas no pós-colonial de Moçambique, ainda é percebido de forma latente. Constatamos isso através da literatura de denúncia, firmada na dor e nos anseios do povo de se apresentar, se enunciar através de sua própria configuração de pertencimento étnico. Portanto, existe uma rede de marcas e interpretações atribuídas ao africano e à África. Neste viés o filósofo ganês Kwame Anthony Appiah relata que: "Todavia, não há dúvida de que agora, um século depois, começa a existir uma identidade africana" (APPIAH, 1997, p. 243). Essa identidade não é única, ela coexiste a partir de outras vinculações que são estabelecidas na vida social.

> A identidade "ser brasileiro" não pode, como vimos, ser compreendida fora de um processo de produção simbólica e discursiva, em que o "ser brasileiro" não tem nenhum referente natural ou fixo, não é um absoluto que exista anteriormente à linguagem e fora dela. Ela só tem sentido em relação com uma cadeia de significação formada por outras identidades nacionais que, por sua vez, tampouco são fixas, naturais ou predeterminadas. Em suma, a identidade e a diferença são indeterminadas e instáveis quanto a linguagem da qual dependem (SILVA, 2014, p. 80).

Na mesma perspectiva, a identidade continental africana e nacional, para recém nação emancipada, foi e continua um processo em mutação, porque a identidade não é fixa, firme em suas características, mas é alterada, a partir das vivências individuais ou em grupo.

> Já sabemos que a identidade e a diferença são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva. O processo de adiamento e diferenciação linguísticos por meio do qual elas são produzidas está longe, entretanto, de ser simétrico. A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição - discursiva e linguística - está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas (SILVA, 2014, p. 80).

Portanto, a identidade é construída a partir de narrativas elaboradas para o convencimento e a aceitação de pertencimento. Por isso, a identidade nacional é sempre reforçada, estimulada como elemento primordial de garantia dos poderes e manutenção de um convívio social recorre assim a construção de uma história "oficial" para a nação, bandeira, brasão, hino nacional são alguns dos elementos utilizados pelas forças governamentais para elaboração dessa *comunidade política imaginada*[16].

De acordo com Appiah (1997), existe um problema na identidade grupal africana em que a mesma só funciona quando percebida como natural. O autor coloca a teoria do pan-africanismo como uma força importante, que conseguiu obter resultados políticos reais e argumenta que eles já são africanos, a partir de várias instituições que regulam, demarcam geograficamente e nacionalmente o significado de ser africano, dentro de um contexto e com um sentido específico.

A partir da sua identificação como moçambicano, *tsonga*, Ungulani Ba Khosa desenvolve suas tramas discursivas em obras de grande relevância como: *Ualalapi* (1987), *Orgia dos loucos* (1990) e *As mulheres do Imperador* (2018), literaturas com as quais nos aprofundaremos em nossas reflexões. Assim, "Pode-se falar em uma *ética da representação* do passado que implica a nossa *dívida* para com ele e com os mortos. Mas é evidente que não existe a possibilidade de uma tradução total do passado [...]" (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 64).

Nesse sentido, Ungulani utiliza a história e a ficção para escrever *Ualalapi*. Nesta obra com um conjunto de contos que se ambientam no final do século XIX, interligam-se para narrar sobre o Império de Gaza no governo do último imperador, Gungunhana. Por vasta contribuição

[16] Conceito elaborado pelo historiador Benedict Anderson, conforme apresentado em outro momento neste estudo dissertativo.

para reflexão da África antes e durante a invasão portuguesa, esta literatura obteve e continua tendo importante reconhecimento como citado abaixo.

> O escritor moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa foi condecorado com o grau de comendador, pelo governo brasileiro, através do decreto de 18 de abril de 2018, pelos seus 30 anos de carreira literária, iniciada com a publicação de *Ualalapi*, em 1987, clássico livro do autor é considerado uma das 100 melhores obras africanas do século XX. A "Ordem de Rio Branco" foi instituída, em 1963, com o objetivo de homenagear personalidades brasileiras e estrangeiras que, pelos seus serviços ou méritos excepcionais, são merecedoras desta distinção. A cerimônia de entrega aconteceu na última quinta-feira, 30 de agosto, no Centro Cultural Brasil-Moçambique, em Maputo, e contou com as presenças do Embaixador do Brasil Rodrigo Baena Soares e do Ministro da Cultura e Turismo Silva Armando Dunduro. Com onze livros publicados, o autor é uma das principais referências da literatura moçambicana, tendo também recebido o prêmio literário José Craveirinha, em 2007. Ainda sobre a obra "Ualalapi", que foi aclamado como o primeiro romance histórico moçambicano, além de vencer, em 1990, o Grande Prêmio de Ficção Narrativa Moçambicana e, mais tarde, em 1994, Prémio Nacional de Ficção (WEG, 2018, p. 01).

Todo reconhecimento de *Ualalapi*, fez com que o autor publicasse *As mulheres do Imperador (2018).* O livro conta histórias de três mulheres de Gungunhana que foram levadas para o exílio depois que o imperador foi cativo, pelos portugueses. O livro parte das perspectivas das personagens, com suas angústias e desafios para sobreviverem neste novo mundo cruel e tão distante de Gaza, todavia, a menção a esta obra é apenas para conhecimento na sequência da história, pois a mesma não é nosso objeto de reflexão.

Nossa análise se concentrará nos contos dispostos na obra *Ualalapi (1987)* Fragmentos do Fim (3)Damboia e O último discurso de Ngungunhane na perspectiva da neocolonização de Moçambique. Por fim, abordaremos o conto "Prémio" e o conto "Fábula do Futuro" ambos inseridos em *Orgia dos Loucos (1990)*. Nesta obra podemos verificar a frustração em analogia ao processo histórico da independência de Moçambique. É preciso observar o contexto histórico da literatura de Ungulani Ba Ka Khosa e entender sua apresentação de Moçambique, nossa reflexão se desenvolverá a partir de alguns contos e conceitos para melhor compreensão.

2.4 Análise história sobre algumas literaturas de Ungulani Ba Ka Khosa

Uma África repleta de diversidade social, cultural e política instiga nossa imaginação e nos leva a uma busca para minimamente compreender algumas de suas inúmeras representações. Criar histórias sobre a África é contemplar uma realidade totalmente submersa, invisível e repetidamente ignorada, que nos permite compreender a riqueza das sociedades africanas. Por isso a escrita de Ba Ka Khosa nos envolve, nos leva a conhecer fragmentos da história moçambicana. Assim falamos de África no sentido de localização geográfica, social e cultural na qual Moçambique se insere. E, por fim, as especificidades de Moçambique como local produtor de narrativas e culturas singulares. A esse respeito, Mudimbe (2019) alerta para o poder da fala, sobre o poder presente nos diálogos e escritas sobre África.

> Não é preciso muita imaginação para perceber que os discursos missionários sobre os africanos eram poderosos. Eles eram signos e símbolos de um modelo cultural. Por bastante tempo, ao lado dos relatos dos viajantes e as interpretações de antropólogos, eles constituíam uma espécie de conhecimento (MUDIMBE, 2019, p. 85).

Histórias fixas e carregadas de estigmas acerca dos africanos, imprime uma pretensa incapacidade natural por parte dos nativos. Sobre este assunto, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie afirma que: "É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna" (ADICHIE, 2019, p.22). Utilizando-se da repetição, como recurso de cerceamento, limitação do reconhecimento do outro como produtor de conhecimento e vivências, que as histórias únicas são mantidas no imaginário social e midiático.

> É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em *igbo* na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer "ser maior que o outro". Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva (ADICHIE, 2019, p. 22-23).

Na perspectiva da produção de outras narrativas, Ungulani Ba Khosa nos guia para um aprendizado mais consistente, a respeito do reino de Gaza, apresenta inicialmente a relevância que a obra *Ualalapi* alcança. Trecho da entrevista para Editora Kapulana:

> Qual você acredita que pode ser a importância de republicar *Ualalapi* atualmente, para Moçambique?
> *Ualalapi* tem, felizmente, tido edições sucessivas em Moçambique. É um livro de leitura obrigatória para os alunos do ensino secundário e médio e universitário. E tem, estoicamente, resistido ao desgaste do tempo. Isso satisfaz qualquer autor. O que falta ao *Ualalapi* é uma maior divulgação no exterior. Acabou de sair, ainda este ano, a edição americana –*Ualalapi, fragments from the end of empire*, pela prestigiosa editora Tagus Press, da Universidade de Massachusetts Dartmouth. Na colecção constam autores como Eduardo Lourenço, Luís de Camões, Eça de Queirós, Sophia de Mello Breyner, entre outros (KHOSA, 2018, Entrevista).

Os contos selecionados da obra literária *Ualalapi (1987) são* Fragmentos do Fim (3) Damboia e O último discurso de Ngungunhane, na perspectiva da neocolonização, neles podemos analisar as articulações desenvolvidas para entrar no reino de Gaza, através do uso organizado da força militar que veremos adiante neste texto dissertativo. Sendo assim, o colonialismo, como prática de execução de projetos bem elaborados, atua a partir de leis específicas criadas para garantir a dominação da sociedade de Gaza, caos e destruição por toda parte. Entretanto, precisamos apontar algumas características dos dois últimos governantes de Gaza, que:

> Nos anos de 1840, devido à atividade britânica que tornava o tráfico arriscado ao Sul do Save, Manikussi, então à frente do Estado nguni de Gaza, proibiu o comércio marítimo de escravos; entretanto, mantinha-se, ainda que em escala reduzida, a venda de pessoas para servirem como agricultores, carregadores e domésticos tanto para os colonos europeus instalados em Lourenço Marques, quanto para atender à demanda dos boers instalados no Transvaal. Na região próxima a margem sul do Zambeze, mesmo nas últimas décadas do século XIX, Ngungunhane [Gungunhana], neto de Manikussi, vendia escravos para traficantes árabes da costa e a escravidão doméstica, particularmente feminina, permaneceu corrente no Estado de Gaza até sua derrota frente aos portugueses em 1895 (ZAMPARONI, 2012, p. 34-35).

Destituído da imagem pura e mítica sobre Gungunhana, o último imperador de Gaza, prosseguimos na análise: as casas são queimadas, ocorre uma profanação dos lugares sagrados na aldeia, os escarros como manifestação de nojo, repulsa sobre o que visualizava e sobretudo como ofensa profunda a toda manifestação religiosa, espiritual e social percebida no reino. Por último, o relator destaca a coragem do Coronel Galhardo frente a plena dominação violenta e cruel. A história "oficial" escrita por altos funcionários do governo tende a manipular a verdade

histórica e a resumir um conjunto risível de repetidas narrativas parciais, limitadas que se tornou conhecida, a partir do poder dos impérios coloniais.

> **Fragmentos do Fim (3)**
> **Damboia**
> Estão cumpridas as ordens de V. Exa. A coluna do meu comando efetuou a marcha sobre Manjacase[17]. Chegado a langua[18], provoquei o inimigo em combate, bombardeando a povoação. Gente do Ngungunhane aparece no bosque que circunda e oculta a Kraal, em pequenos grupos, respondendo apenas com alguns tiros de espingarda ao fogo de artilharia da coluna, que os dispersou rapidamente (KHOSA, 2013, p. 51).

A ação militar da força imperialista portuguesa foi extremamente agressiva no processo de dominação de Gaza. Não foram apenas tiros com a intenção de fazer com que as pessoas saíssem desesperadas e abandonassem suas casas, pertences, animais, história, amores e lugares de memória, mas, foram tiros que definiam a superioridade bélica na fixação do espaço territorial moçambicano.

> Em seguida, deixando o comboio devidamente escoltado, marchei sobre o Manjacase, que encontrei abandonado, mas com muitas munições e objetos de uso dos habitantes, tudo na desordem própria duma precipitada fuga. Os auxiliares saquearam a povoação e o chigocho do régulo[19], que logo depois mandei incendiar, ficando tudo completamente destruído, e voltando com a coluna ao bivaque na langua (KHOSA, 2013, p. 51).

O império é cruel em suas ações, análises e escrita da história dos subjugados. Não existe um limite humanitário na guerra, ao menos na guerra imperialista que dividiu o continente africano, não houve regras na forma como cada grupo imperialista iria realizar seu domínio.

> Assim começa o relatório à posteridade do coronel Galhardo. Um relatório pormenorizado, prolixo, mas falho em aspectos importantes que o coronel omitiu, ao não registrar:
> O fato de ter profanado como um ímpio o lhambelo, urinando com algum esforço sobre o estrado onde Ngungunhane se dirigia na época dos rituais e muito menos os escarros que atirou à parede de troncos, misturados com o tabaco do charuto que ostentava entre os queimados (KHOSA, 2013, p. 51-52).

[17] Vila em Moçambique.
[18] Planície.
[19] Definição de intermediário ou Chefe tribal pelos portugueses.

A religião que não seguem a norma portuguesa, não professa os mesmos santos e práticas ritualística é tido como um mal que precisa ser corrigido com rapidez, isto nos auxilia na compreensão da intolerância religiosa a partir de atos bárbaros de destruição dos lugares e objetos sagrados, no ato de expelir e depositar líquidos do corpo que causam repulsa e asco quando depositados em objetos sagrados demonstram essa necessidade de macular muito além de um altar ou peças religiosas, mas um conjunto de signos e significantes dentro do universo simbólico das crenças.

> - O roubo de cinco peles de leão que ostentou na metrópole, como resultado duma caçada perigosa em terras africanas.
> - O fato de ter, pessoalmente, esventrado cinco negros com o intuito de se certificar da dimensão do coração dos pretos (KHOSA, 2013, p. 52).

Em tempo de guerra, espoliar objetos tradicionais possui uma característica afirmativa de plena posse, subjugação, prêmios a serem exibidos a respeito da nova conquista. Exibir o "exótico" é como intensificar a diferença entre os europeus e os africanos, conferir, reafirmar ao primeiro o *status* de "avançado" e ao segundo a categoria de "primitivo, atrasado". O roubo dos materiais é percebido como natural, eu domino, eu possuo direito de levar o que me agrada. Nesta perspectiva vários produtos de sociedades africanas, latina-americana e asiáticas preenchem coleções dos maiores museus da Europa.

As ações imperialistas foram extremamente selvagens porque retirou dos negros subjugados a humanidade. O reconhecimento do outro como humano, como ser que possui um corpo e uma alma semelhante ao seu. A crueldade em abrir os corpos e tentar encontrar alguma diferença que justificasse todo tratamento brutal não teve êxito, a única explicação para tamanha barbárie é o racismo latente e profundo pulsando, em cada gesto e decisão.

> O fato de ter se mantido sóbrio e sereno face às labaredas que comiam as palhotas da capital do império e ao choro da criança em chamas que se gatinhava, desesperada, por entre as chamas e os troncos queimados e o capim e o adobe que desabava, procurando a vida na estupidez da guerra (KHOSA, 2013, p. 52).

Uma casa não é apenas uma habitação, mas é um lar construído com sonhos, projetos de vida, formação de uma família, parentes próximos dividindo a rotina, compartilhando esperanças e objetivos. Para as forças de segurança que executavam as ordens da coroa não há sensibilidade com quem ou o que é arrasado. As crianças inocentes são vistas queimadas, chorando, sem ter compreensão da real situação e ignoradas impiedosamente.

> A propósito deste homem, o então comissário régio de Moçambique (1895), Antônio Enes, escreveu, anos mais tarde, nas suas memórias, o seguinte: "se na galeria dos homens ilustres estiver inscrita a bravura, a tenacidade, o respeito pelo homem, a bondade, o amor à pátria, o coronel Galhardo tem assento por mérito próprio" (KHOSA, 2013, p.52).

A história apresentada a partir da ótica dos dominadores possui um viés falsificado, uma história "perfeitinha" de homens nobres e valentes que lutaram contra os inimigos da pátria e que merecem toda honraria e referência. Todavia, a história construída a partir dos historiadores denuncia essa narrativa, questionam esses resultados tão assimétricos e propõe outra história para as inúmeras crianças queimadas, vidas violentadas, massacradas e toda tentativa de silenciamento de outros discursos.

As palavras registradas na obra ficcional, *Ualalap*i contida no conto abaixo, mostra toda a indignação de Gungunhana, humilhação, frustração reduzidas a uma prisão, violação de toda dignidade humana e todas suas articulações políticas visando sobreviver, com vistas á sobrevivência dos *nguni*. Não foram suficientes para que não tivesse um final tão previsível, ver ruir e queimar diante de si, seu império, herança, sobretudo seu povo.

> **O último discurso de Ngungunhane/Ualalapi**
> Virou-se repentinamente para a multidão que o vaiava, a uns metros do paquete que o levaria ao exílio, gritou como nunca, silenciando as aves e o vento galerno, petrificando os homens e as mulheres com as palavras que saíam em catadupa e que percorreram, em outras bocas, gerações e gerações em noites de vigília e insónias, dada a força premonitiva que carregavam nessa manhã sem outro registro que o mar sem ondas, o paquete atracado, o sol com a mesma cor, as nuvens de todos os tempos, a multidão concentrada, Ngungunhane falando, e o corpo bojudo oscilando para a direita e para a esquerda, enquanto os olhos reluziam e as mãos tremiam ao ritmo das palavras que cresciam, de minuto a minuto, como agora em que Ngungunhane dizia a todos, podes rir, homens, podeis aviltar-me, mas ficai sabendo que a noite voltará a cair nesta terra amaldiçoada que só teve momentos felizes com a chegada dos nguni que vos tiraram dos abismos infindáveis da cegueira e da devassidão.
> Fomos nós, homens, que vos tiramos da noite que vos tolhia à entrada ao mundo da luz e da felicidade. As nossas lanças tiraram as cataratas fossilizadas que ostentavam e os nossos escudos esconjuraram os males de séculos e séculos que carregavam no corpo putrefato. E hoje, corja de assassinos e cobardes, ousais achincalhar-me com toda a força dos pulmões rotos que tendes. É a paga eu sei, dos bens que os nguni fizeram. Mas ficai sabendo, seus cães, que o vento trará das profundezas dos séculos o odor dos vossos crimes e viverão a vossa curta vida tentando afastar as imagens infaustas dos males dos vossos pais, avôs, pais dos vossos avôs e outra gente da vossa estirpe (KHOSA, 2013, p. 112-113).

O último discurso de Gungunhana, encerra com altivez, a ideia de que sua voz reverbera na história de seu povo, como marca potente para as gerações futuras, que ainda o reconhecem. Por isso, em entrevista a Editora Kapulana, Ungulani coloca sobre a necessidade de ter criado a obra "As mulheres do Imperador", como uma continuação e alento, para trazer à tona, a voz das inúmeras mulheres que lutaram, viveram na sociedade africana.

> Você publicou *Ualalapi* em 1987, marcando o cenário da ficção histórica moçambicana. O que o fez escrever apenas recentemente *As mulheres do Imperador*, dando prosseguimento a *Ualalapi*?
> As motivações por detrás de um livro estão, muitas das vezes, na esfera do imponderável: às vezes é uma ideia que surge, outras, uma paisagem, por vezes, uma frase, enfim, vários motivos. *As mulheres do Imperador* foram-me martelando a cabeça depois da edição do livro *Entre as memórias silenciadas*. Isto em 2013. Anunciei a intenção aos amigos mais próximos. E quis com o livro prestar uma singela homenagem às mulheres sempre secundarizadas na História maiúscula. Mas o livro não conseguia sair das primeiras três páginas. Faltava-lhe alma. Até então eu não conhecia o nome das mulheres do Imperador que regressaram a Moçambique depois de quinze anos de exílio. E andei à busca delas em tudo o que era arquivo em Moçambique. Estive em S. Tomé, terra em que elas passaram catorze anos e nove meses de exílio, e nada encontrei. E foi graças ao meu editor português, o João Rodrigues, que consegui ter os nomes das mulheres. Encontrei a alma. E o livro arrancou. Isto em 2016 E por ocasião dos trinta anos de *Ualalapi*, quis fechar o ciclo sobre o império de Gaza, trazendo à luz *As mulheres do Imperador* (KHOSA, 2018,).

Ao analisarmos nosso autor, o primeiro conceito que evidencia-se com grande intensidade é a identidade. Desde o uso do seu nome tribal, à construção de seus personagens e tramas literárias. Desta forma, na composição da obra "As mulheres do Imperador" Ungulani se inquietou para ter uma inspiração para descrever algumas dessas mulheres do Imperador Gungunhana, porque, até então, não sabia seus nomes, ou seja, suas identidades. Como já vimos, um nome dentro da filosofia de vida africana tem representações e conexões, que vão além do simples fato de nomear-se. A seguir apresentaremos o conto "O Prémio" e o conto "Fábula do Futuro" ambos dispostos na obra literária *Orgia dos loucos (1990)* de Ungulani Ba Ka Khosa, que propõe refletir acerca da descolonização de Moçambique.

> Os olhos vagam pelo quarto. As mãos sobem e descem pelo ventre em movimentos contínuos e desordenados. As coxas abrem-se ao ritmo de camaleões sem idade. A cama range. Os lençóis dobram-se, tomam a forma de serpentes na muda interminável, colinas em planícies do fim dos tempos,

> vales pré-históricos, cordilheiras da idade dos dinossauros. A dor evolui. Transpira. Morde os lábios. Sufoca o grito. Não pode gritar, tem que aguentar. Cerra os dentes, agarra os lençóis com os dentes empapados de suor que escorre pelo corpo como formigas emergindo dos casulos, desses poros que crescem e tomam a dimensão de grãos de milho esparsos em campos sem dono (KHOSA, 2016, p. 19).

Assim como já identificamos em outros contos e poemas apresentados neste texto dissertativo, o período da descolonização de Moçambique não apresentou os resultados de paz, estabilidade política e desenvolvimento econômico tão aguardados pela população, ao menos não na forma intensa em que deveria ter sido desenvolvido.

Ungulani Ba Ka Khosa utiliza-se da analogia de uma mulher com dores de parto para retratar as dores lancinantes que perpassou pela sociedade moçambicana. O desespero que toma conta do corpo da mulher, assim como toma conta do corpo de tantos cidadãos que, em certos momentos de luta veem seus corpos suarem, a dor avançando, os corpos transpiram o medo, tensão, incerteza, lábios mordidos como sinal de sentimentos reprimidos, gritos muitas vezes sufocados para dar lugar a constatação de que é preciso, neste momento aguentar a dor.

Cerrar os dentes e sufocar os gritos apresenta-se como sinal de resistência à dor física e emocional, designa sinal de alerta e lucidez desempenhados de maneira forçada, em um momento tão crítico da vida.

Os líquidos corporais evidenciados pelo autor como formigas que saem de suas moradas, remetem a ideia de trabalhadores que passam por dificuldades de alimentação nos momentos de crises governamentais. A fome é latente e persistente, por isso alimentos que são cultivados em campos abandonados com a incerteza de que se poderá colher aquela produção são esparsos, falhos e não resultam numa colheita abundante. O grande inimigo chamado fome é uma realidade de países que como Moçambique, precisam de um governo estável e forte para diminuir essas disparidades entre grande parcela da sociedade. A precariedade da alimentação para atender as necessidades básicas da população.

> As formigas percorrem o corpo, sobem e descem pelas coxas, trepam as colinas, atingem o corcoruto, descem, dançam, brincam e atiram-se ao rosto. Fecha os olhos. Não suporta a dor, a imagem, não pode gritar. Tem que aguentar. Dobrar as pernas, estende as mãos, põe-se de lado, volta a olhar o teto, cerra os dentes, agarra lençóis, puxa os à cara, tapa-se. As formigas desaparecem misteriosamente e os poros voltam a tomar a dimensão de todos os tempos, vertendo incessantemente o suor que vai caindo em gotas enormes sobre os lençóis. Ela sente o som, o baque contínuo, perpétuo. E imagina, imagina tudo. Vê a menina dá infância brincando aí no campo, alheia a tudo

> até o momento em que ouve o silvo mortal da serpente que se aproxima, veloz, mortífera. A menina para, não consegue mexer-se, está paralisada, e nada ouve a não ser o baque contínuo, incessante, do coração. Depois é a menina crescida, a adolescente dos seios túrgidos, a aproximar-se do namorado naquele dia fatal de todas as coisas do mundo nos segundos inolvidáveis. E o baque, o som de sempre, a incomodá-la a elevar-se, a sobrepor-se a todos os sonhos, a encher o quarto, a sufocá-la, a fazê-la morder os lábios, a levitá-la do mundo das coisas e a atirá-la ao espaço onde tudo se sente e nada se consegue contar (KHOSA, 2016, p. 19-20).

A partir do trecho acima podemos entender que, essas lembranças fazem parte do longo movimento de luta pela independência e descolonização de Moçambique. Sendo assim, uma pessoa que nasce dentro do contexto de guerra, suas memórias da infância são confrontadas com a peculiar inocência do que, de fato, ocorria ao seu redor. Depois que essa linha tênue é rompida com a realidade social que é descrita como uma serpente sorrateira, ora silenciosa, ora apresentado chiados, veloz, mortífera e que hipnotiza, paralisa, acelera o coração e a certeza de que nada é certo, fixo e que a vida pode tomar rumos inesperados, com a mesma intensidade.

A menina crescida já tem mais maturidade da realidade social e assim como inúmeros jovens nesta etapa do processo político de Moçambique vivencia momentos de namoro, devaneios e sonhos com o futuro. Entretanto, a lucidez social é como um som forte, ensurdecedor e insistente, que coloca a sociedade num espaço de incertezas que chega próximo, muito próximo do desespero que consome a alma e os sentidos, sentimentos de cunho nacional e individual que se entrelaçam num emaranhado de ideias, sensações difíceis de serem enumeradas, pois, não é possível sequenciar o grau de dor e angústia, necessidade e importância em momentos de flagelo, com tanta precisão.

> Não pensa e foge da imagem, tenta pensar na mãe. Não consegue. A dor nada deixa imaginar. Abre os olhos. Volta à realidade do quarto. Olha para os lençóis empapados de suor: fios de água caem no parquete, como que vindos de cascatas doentias e sonolentas. Tenta soerguer-se. Os dedos vergam-se, espalmam-se nos lençóis. Os cotovelos abrem sulcos no chão, e o suor vai-se acumulando. A dor cresce. Cerra os dentes. Não consegue mais.
> - O que foi, querida? - pergunta o marido, preocupado, ao entrar no quarto.
> - Nada, João. Não foi nada.
> - Queres que te leve?
> - Que horas são?
> - Dezassete e trinta.
> - Ainda é cedo. Deixa-me só, João.
> - Está bem, querida (KHOSA, 2016, p. 20).

A família não pode apaziguar a dor individual que cada um carrega, a família compartilha algumas situações, mas o sentir é particular, por isso, para alguns cidadãos as dores da instabilidade política são como as dores de uma parturiente e para outros como um incômodo passageiro. A sensação que os líquidos corporais apresentam nesse trecho remontam a ideia de grande densidade de água, como numa cascata a sensação é forte, na analogia do autor ela tem a característica de mal-estar que termina numa sonolência, primeiro ela é intensa e depois a sua força cansa o corpo de quem está submerso nela. Finaliza com dor, dentes cerrados e impaciência, como se tudo fosse demorar para voltar ao cotidiano.

> O marido sai. Fecha a porta. Ela olha para a janela nua. Vê o dia tornar-se triste. Ouve o ruído dos carros e motorizadas passando. As pessoas conversam. Riem. E ela ali, naquele quarto simples, olhando para a cama, para o colchão roto, sujo, para os lençóis empapados de suor, para o guarda-roupa sem cabides, para as paredes nuas, para a lâmpada fundida, para as teias de aranha e para a sua solidão, enquanto esperava que as horas passem, sentindo o suor nas axilas, nas coxas, nas pernas, nos braços, nas mãos, no corpo inteiro. As horas passam. A luz da avenida vai entrando no quarto sem cortinas em fiados leves e contínuos. Ele olha, sente-se calma. Leva às mãos à cabeça, os dedos percorrem as lianas que se cruzam, emaranhando-se. A mão direita limpa o rosto cheio de suor. O marido sai. Ouvem-se passos no corredor que leva à cozinha. A torneira verte água. Coloca a vela sobre a cadeira e entrega o copo à mulher. (KHOSA, 2016, p. 19-21).

Em toda situação conflitante a vida cotidiana precisa encontrar fórmulas para continuar a existir e coexistir. Por isso pessoas decidem seguir produzindo alimentos, nas plantações, criações de animais para auxiliar na sobrevivência populacional, por isso o desamparo espalha-se quando estes esforços são cortados, queimados por ações militares entre outros grupos de ações semelhantes. Por isso a dor é antes de mais nada individual e perpassa pelo coletivo, entrelaçamento impossível de separar.

> [...]
> O marido entra na sala. Ela ampara-se à parede e continua a vomitar. Um líquido amarelo sustém-se nos lábios estalactites brilhantes em cavernas impenetráveis. Limpa os lábios. O marido limpa o chão. Depois descem os dois andares que os levam à rua... Um vizinho aproxima o carro. Ela senta-se no banco de trás. Não consegue ver a noite, a beleza dos noctívagos, as conversas de nunca acabar, as mulheres que circulam pintadas, as cores da noite. Nada vê a não ser corredores extensos, paredes brancas, azuis, ferros, lâmpadas. Ouve gritos, choros. Tudo se modifica. Algo se aproxima. Névoa. Gritos. Aranhas. Tarântulas. Répteis. Paredes brancas, azuis. Gritos. Choros. Ferros. Camas. Batas. Outro mundo (KHOSA, 2016, p. 22-23).

Neste momento Ungulani Ba Ka Khosa realiza analogias, nesse trecho as paredes brancas e azuis lembram manicômios, lugares de cárceres em que diversas pessoas são vetadas da liberdade por posicionamentos políticos e outros crimes que ferem interesses morais e hipócritas. Os ferros, os gritos e a sensação de aranhas passeando pelo corpo incapaz de reagir, remetem a ideia de prisão, animais circulando à espera de uma presa para devorar, choros referentes a um sistema falho, que não apresenta mudanças estruturantes.

> - A senhora teve uma criança bonita - ouve. Uma voz distante aproxima-se. Começa a tomar consciência. Vê paredes brancas. Vê camas com lençóis. Vê batas brancas e azuis. Vê mulheres deitadas. Vê o dia nascer. Os olhos tomam a dimensão do espanto. Está viva. Olha para a enfermeira. Uma negra atarracada, gorda, sorridente.
> - Teve um rapaz, senhora.
> - E o prémio?
> - O prémio?...Qual prémio?
> - O prémio. O … (KHOSA, 2016, p. 23).

Poderia todo esse longo processo de descolonização, por qual a jovem nação moçambicana vivenciou resultar numa agradável surpresa como um prêmio que ansiosamente nossa protagonista parturiente desejou? Sim, poderíamos colocar outro final nesse conto, todavia, Ungulani Ba Ka Khosa desenvolveu a narrativa com intenção de descrever a dor, tristeza e frustração, que fazem parte da sua sociedade com precisão, que mesclou a ficção com realidade absurda dos anos de luta externa, interna e as barreiras existentes na superação das dificuldades que ainda permanecem, encarando com total ousadia e enfrentamento altivo, como a situação o pede.

> Ah! O enxoval para crianças… Não. A senhora não ganhou. O prémio é para as crianças que nasceram nas primeiras horas do dia 1 de junho. O seu filho nasceu às onze horas e cinquenta e cinco minutos...
> Sombras. As imagens começam a fugir e a transfigurarem-se. A enfermeira toma o rosto de uma feiticeira. O sorriso é de uma torcionária. Névoa. Tudo a desaparecer. O tempo perdido, mãe. O tempo perdido...A cabeça enterra-se na almofada. O mundo começa a girar, a mudar de posição. É uma criança bonita, ouve uma voz distante, longínqua... As lágrimas saltam dos olhos, correm pelos lençóis, soluça, desmaia (KHOSA, 2016, p. 23).

Divergências internas prejudicaram e ainda persistem em Moçambique, depois da luta pela independência a disputa interna entre a FRELIMO e a RENAMO, na eleição de uma alternância de candidatos presidenciáveis que nunca ocorreu, trouxe mortes, calamidades e

separação entre as pessoas. Sem dúvida alguma, este conflito político/militar dificulta o pleno desenvolvimento do país, por isso no conto, por tão pouco tempo nossa protagonista não leva o prêmio e desfalece, sentindo que a explicação para essa situação pode ser atribuída às forças espirituais, para conseguir entender porque em curto tempo não foi possível ser de fato vencedora do enxoval, para seu bebê.

O enxoval é um conjunto de objetos necessários para o bem-estar de um novo ser humano, ele indica cuidados básicos e essenciais para a sobrevivência. Assim, como uma criança recém-nascida, nossa jovem Moçambique precisa estar atenta aos cuidados básicos de sua população, provendo através de ações governamentais e populares, iniciativas que vislumbra dar essa condição humanitária.

O surrealismo presente neste conto dão conta da intensidade do momento vivenciado, como se pudéssemos sentir, em cada conto, as reações impactantes produzidas pelos corpos numa nítida manifestação de impotência, frente aos acontecimentos, que não poderiam ser alterados apenas pela vontade humana ou pela angústia que paralisava, chocava, fazia escorrer lágrimas, suor e verter sangue, silenciava todos os corpos, olhos opacos e contempla um ponto qualquer, onde a mente fixava em lembranças, particularmente dolorosas.

O último conto escolhido para nossa reflexão sobre o período da "Descolonização de Moçambique", chama-se "Fábula do Futuro" disposto na obra literária *Orgia dos loucos (1990)* de Ungulani Ba Ka Khosa, assim esse conto fecha o conjunto de narrativas dessa literatura.

> **Fábula do Futuro**
> Apesar dos seixos, dos cascalhos das margens, tentarem raivosamente travar o movimento das águas, elas correm, límpidas, belas e, como mulheres esbeltas, saracoteiam maviosamente as ancas, deixando as margens comidas pela inveja e os seixos desprovidos de ódio (KHOSA, 2016, p. 103).

Na última narrativa, Ungulani Ba Ka Khosa analisa a força da nação moçambicana semelhante ao movimento das águas. A água pode ser profunda, densa, rasa, calma, tranquila, turbulenta, como mulheres que passeiam exuberantes frente aos olhares invejosos de pessoas carregadas de ódio. Apesar das dificuldades, das pedras que sistematicamente por meios de restrições econômicas em tempos de crise, morosidade em articulações de acordos políticos, nada é capaz de parar a resiliência moçambicana de continuar insistindo na legitimidade de sua existência plena, como nação soberana e produtora de conhecimentos.

> Adiante, sempre contumazes, os troncos atiram-se às águas tentando desviar o curso construído com suor. Em remoinhos sonoros, vibrantes, as águas transpõem e arrastam consigo os vários obstáculos com sorriso prateado, reluzindo à superfície (KHOSA, 2016, p. 103).

A ofensiva econômica e cultural do mundo ocidental no pós-colonial é real e latente, vindo disfarçada de empresas – multinacionais – que oferecem empregos, visando, na verdade lucros exorbitantes com a exploração das pessoas e das riquezas locais. O caminho desenvolvido pelos moçambicanos foi forjado com suor, sangue e lágrimas, nosso autor descreveu com maestria alguns desses episódios em suas obras e com a definição de águas, a jovem nação transpõe as barreiras lançadas no seu percurso, com sorriso e coragem seguem sua jornada árdua de lutas e altivez para manter-se num mundo que operacionaliza sobre a África e os africanos, com requintes de crueldade e constante tentativa de paralisação dos avanços, alcançados por cada jovem país, como ocorre em Moçambique.

> E o mar, sempre aberto, eis que a todos recebe: é o estuário que engolfa, é o delta que se atira desordenadamente, é a escória que se infiltra. E nesse movimento contínuo, perene, nunca se alterou a cor das águas do mar, as suas ondas, a sua coqueluche. É a democracia da natureza (KHOSA, 2016, p. 103).

Nas inúmeras relações desenvolvidas em Moçambique, existe sim a escória abordada pelo autor, situação essa típica em países em desenvolvimento constante, infiltrada com trajes e discursos hipócritas de boa cooperação econômica. Mascara assim suas reais intenções em atividades contínuas, a nação forte e resoluta como muitas águas não altera sua essencialidade, mantém-se firme como a natureza que não se descaracteriza, não se desconfigura para adequar-se a qualquer adversidade, ao contrário continua sua trajetória, vencer seus obstáculos, ora passa por cima, ora desvia-se, mas acima de tudo firme na forma como foi criada.

CAPÍTULO III - A CONTRIBUIÇÃO FORMATIVA DO CURSO DE EXTENSÃO "HISTÓRIA E LITERATURA AFRICANA NO CONTEXTO DA NEO)COLONIZAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE"

Naqueles tempos, tempos antigos, o mundo era tão pequeno e palpável que os gestos se sobrepunham à fala corrente do homem. Bastava um sinal com a mão, um abanar da cabeça, um coçar das omoplatas, um trocar de pés, um sorriso arreganhado, um bater de palmas, ou um abanar de ancas, para que os animais entendessem a mensagem humana. [...]

- Eram tempos belos.

- Eram. A realidade e a imaginação cruzavam-se, casando e descasando-se. A fronteira entre a imaginação e a realidade era tão frágil, que poucos conheciam a margem que as separava. E isto porque a mentira não havia sido inventada.

Ungulani Ba Ka Khosa, **O Rei Mocho** (2016, p. 05-06)

O ambiente escolar é um lugar cheio de interações sociais e organizado por orientações pedagógicas que desenvolvem características próprias na unidade escolar. Dentro deste universo plural, a sala de aula é como um mundo particular, específico, onde os professores organizam o ensino-aprendizado dos estudantes. Neste sentido, a historiadora Kátia Maria Abud propõe:

> Quando se toma conhecimento de novos documentos curriculares e de textos legais que pretendem reformar a educação básica, interferindo diretamente no processo de ensino aprendizagem [...]. A interferência desses elementos se faz sentir na medida em que surgem as resistências, e mesmo as concordâncias, de tais agentes que, se não impedem que as propostas se efetivem de modo absoluto, as transformam e lhe dão novas características (ABUD, 2012, p. 107).

Sendo assim, ensinar História na rede básica da educação enfrenta alguns desses desafios citados acima, que infelizmente, ainda são difíceis de serem ultrapassados. A resistência sobre a História da África, religião afro-brasileira, História dos indígenas no Brasil e outros saberes, que rompem a ideia eurocêntrica da produção de conhecimento ainda possuem grande densidade, nos ambientes escolares.

A escola apresenta-se, em vários momentos, como espaço de retração ao entendimento de uma educação antirracista, inclusiva e aberta a novos paradigmas na produção de sentidos e ressignificações. Mergulhada em burocracias, planilhas, relatórios entre outros documentos e procedimentos que exigem comprovação de funcionamento do ambiente escolar, se consome, no dia-a-dia, tempo e energia de professores e equipe pedagógica para a gestão educacional de atividades de grande relevância pedagógica e formação humana. O pouco tempo normalmente destinado à reflexão do currículo está entre os principais dilemas enfrentados no ambiente escolar, especialmente em promover trajetórias formativas que valorizem a formação histórica da população brasileira, a sua diversidade sociocultural e promoção dos direitos humanos.

> Mas, se não se pode conceber o currículo como construção exclusiva da ação nas salas de aula, também o sistema escolar não pode ser tomado como "tábula rasa", pois não é possível reduzi-lo às intervenções e ações subjetivas dos docentes e discentes, impedindo-nos de entender o surgimento e persistência históricos de determinados conceitos, conhecimentos e convenções (por exemplo, as disciplinas escolares) (ABUD, 2012, p. 107).

Desta forma, não é possível imputar para a escola uma neutralidade ou distanciamento social e cultural em suas atividades, pois a mesma elabora e têm posicionamentos políticos. A

existência e a persistência que a autora coloca acima nos permite refletir sobre a forma sistemática que o negro escravizado permanece fixo na história do nosso país. É uma visão cíclica, temos o material didático, a ausência de formação especializada para a educação das relações raciais e a mentalidade colonial, a respeito do negro reproduzidas recorrentemente no espaço escolar. "A cultura escolar pode ser uma força formadora, que requer processos específicos que surgem no interior do espaço escolar e orientam as ações didáticas, as práticas escolares e a composição de saberes" (ABUD, 2012, p. 107).

Mudanças nas Diretrizes Curriculares e alterações na LDB, como a própria Lei 10.639/03 –propõe o ensino de História da África e História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos escolares – ainda precisa avançar, nas unidades escolares brasileiras.

Se continuarmos a ter materiais didáticos que não apresentam a contribuição africana e afro-brasileira, de forma positiva e protagonizada, se continuarmos tendo ausência de componentes curriculares específicos de África na formação de professores, durante a graduação e consequentemente para os professores que estão atuando na educação básica, precisaremos então continuar a repetir, (res)significar, afirmar e reafirmar que as velhas práticas racistas permanecem em algumas escolas de forma assombrosa, colocando aqui no termo escola, todo conjunto de profissionais envolvidos no seu funcionamento. Deste modo precisaremos continuar a falar e propor ações que visem transformar essa realidade educacional.

Quase quatro séculos de escravidão comercial contra a população negra nas Américas e, em especial, no solo brasileiro, deixaram lastros de racismos que ainda estão impregnados na estrutura de nossa sociedade. Num país de tamanho continental, com uma população mestiça e de imensa diversidade cultural, as temáticas étnicos-raciais tardam em ter seus devidos espaços nos currículos escolares. Tal ação, deveria estar entre as prioridades das políticas públicas educacionais no Brasil, seja para superar os preconceitos como o fosso das desigualdades que assola principalmente as populações negras e mestiças.

Pensando a partir das vivências em sala de aula, dos desafios enfrentados no cotidiano, este terceiro capítulo teve a seguinte reflexão no tópico **3.1 - Uma Introdução ao Ensino de História da África,** parte de uma rápida pontuação sobre o ensino de História no Brasil, propõe fazer um breve relato sobre a necessidade de compreensão da África, suas dinâmicas sociais, culturais, linguísticas, políticas entre outros aspectos que marcam esta área na educação brasileira. No tópico, **3.2 Valorização e defesa da Lei nº 10.639/03 em prol de uma educação**

antirracista, reforçaremos os avanços construídos a partir da legislação acima e a importância de sua permanência e manutenção nos espaços escolares e demais espaços produtores de conhecimento. No terceiro e último tópico iremos apresentar o **3.3 Espaço de diálogos na formação de Professores de História: relatos metodológicos sobre o curso de extensão "História e Literatura no contexto da (neo)colonização e descolonização de Moçambique".** Nesse momento iremos apresentar de modo amplo e específico o curso de extensão, bem como os lugares virtuais criados (*Blog* e canal no *Youtube*) para servir de suporte, fonte de pesquisa, formação inicial e continuada para a comunidade acadêmica e profissionais da educação. Sendo assim, a partir de relatos em questionários e *Google ClassRoom* conseguimos identificar e problematizar questões pertinentes ao ensino de História da África e apresentar alternativas, através da literatura africana como recurso didático metodológico que visa uma compreensão de uma África, que ecoa sua voz através de seus escritores, como é o caso de Ungulani Ba Ka Khosa, nosso autor, cuja duas de suas obras são objeto de nossa pesquisa dissertativa.

3.1 Uma Introdução ao Ensino de História da África

> *Existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos*. Djamila Ribeiro, *Lugar de Fala* (2019, p. 34).

A formulação institucional de uma narrativa sobre a história da nação brasileira ao longo do século XIX e parte do século XX, articulada dentro do Instituto Histórico e Geográfico (IHGB), órgão criado no Brasil Império (1838) e que era reconhecido como os "guardiões da história oficial", deixaram lastros de ausências, silêncios, racismos para a população negra e aos povos originários.

> É, portanto, no interior desse processo de consolidação do Estado Nacional, tão marcado por disputas regionais, que toma força um programa de sistematização de uma história oficial. Ao IHGB coube o papel de demarcar espaços e ganhar respeitabilidade nacional. Aos demais, a função de garantir as suas especificidades regionais e buscar definir, quando possível, certa hegemonia cultural (SCHWARCZ, 1993, p. 130).

Neste processo de invenção da história oficial é importante relatar que ela acontece a partir de uma perspectiva dos "grandes homens", quem deveria ter destaque por este registro e quais outros grupos deveriam permanecer invisíveis. A partir da lógica positivista em que fundamenta-se na concepção de "personagens ilustres" do cenário político e elitista da sociedade, para compor as narrativas tidas como "oficial", a "verdade única" foi desenvolvendo-se a respeito do grupo que assim o escreveu – de homens brancos –, tornando invisível o passado marcado pelo tráfico compulsório, de africanos trazidos para trabalharem como mão de obra escravizada no Brasil, tendo sua humanidade reduzida, famílias divididas, aniquiladas, violadas, assim se escreve um período longo, de quase quatro séculos de presença negra na história desta nação.

> A escravidão de africanos nas Américas consumiu cerca de 15 milhões ou mais de homens e mulheres arrancados de suas terras. O tráfico de escravos através do Atlântico foi um dos grandes empreendimentos comerciais e culturais que marcaram a formação do mundo moderno e a criação de um sistema econômico mundial. A participação do Brasil nessa tragédia aventura foi enorme. Para o Brasil, estima-se que vieram perto de 40% dos escravos africanos (REIS; GOMES, 1997, p. 09).

Portanto nesta conjuntura, para entendermos o negro que aqui foi escravizado, faz-se necessário entender minimamente, a África. Essa África hoje tem ganhado atenção através de estudos realizados pela academia e movimentos sociais, mas ainda continua sendo retratada de maneira resumida e/ou compactada nos materiais didáticos voltados à educação básica, mas primeiro precisamos contextualizar a História enquanto disciplina e conteúdo no Brasil.

Entretanto nos primeiros anos da República, conforme aponta Müller (2011), permanecia a mentalidade escravagista, como um verdadeiro horror a qualquer contestação à "ordem" e, qual deveria ser o mecanismo de elaboração das mentalidades, para a "integração" e formação do sentimento nacional? A escola. Começou-se a perceber que a escola era um lugar privilegiado para difusão dos mitos de origem criados pelos grupos dominantes, sobre os demais agrupamentos que compõem a sociedade.

Esta pedagogia elitista terá respaldo durante várias décadas, considerando que, no ano de 1964 marca o estabelecimento do regime militar ditatorial no Brasil que, de acordo com Fonseca (2017), continua com uma historiografia e ensino de história marcados pelos fatos políticos, selecionados pelas elites dirigentes e pela biografia dos personagens "ilustres".

Em aspectos gerais, a educação passa ser delineada por medidas de restrições relacionadas à formação e prática dos professores, a partir da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e do tecnicismo acrítico, com intenção de realizar um controle ideológico e eliminar qualquer perspectiva de resistência ao modelo militar.

Conforme a autora, o regime militar preocupou-se especialmente com a redefinição de duas disciplinas: Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), obrigatórias em todas as etapas de ensino, estruturadas sob a ótica da moral e da funcionalidade. Perspectivas que foram sendo alteradas gradativamente no processo da redemocratização do país.

> A partir de fins da década de 1970, no contexto da "abertura política" verificou-se uma retomada das lutas por um ensino politizado e pelo fim da disciplina de Estudos Sociais, que renderam frutos importantes e culminaram, na década de 1980, numa ampla transformação do ensino de História, que passou a observar as novas produções historiográficas. […] Além dessas transformações no ensino, assistiu-se, nas décadas de 1980 e 1990, à divulgação de estudos sobre o processo de aprendizagem que enfatizavam o papel do aluno como sujeito e construtor do conhecimento (BERUTTI; MARQUES, 2009, p. 111).

De acordo com Ferreira (2012) os anos de 1980 apresentaram novas perspectivas como o retorno daqueles que foram obrigados a deixarem suas funções devido a política de repressão, incluindo inúmeros intelectuais e educadores. Neste período também ocorreu um avanço no meio editorial, com a circulação de obras e autores anteriormente proibidos e/ou marginalizados, no âmbito acadêmico os programas de pós-graduação conseguiram realizar uma expansão via o auxílio das agências de financiamento, diversificando os ramos das pesquisas e as temáticas de estudo.

> […] A década de 1980 viu aparecer inúmeros depoimentos, biografias e autobiografias, enfim, memórias dos participantes daquele tenso episódio da história recente do Brasil. Ao mesmo tempo, os objetivos do ensino da História começaram a ser compreendidos como formadores de identidades pessoais e coletivas, como pressuposto para a constituição de uma nova cidadania. Nada mais coerente que colocar no centro da narrativa historiográfica didática as vozes dos agentes, atores, personagens de suas épocas (REZNIK, 2004, p. 348).

Nesta perspectiva de mudança, cria-se na década de 1990 uma nova LDB – a que está em vigor nos dias atuais – através da Lei nº 9.394/96, que propõe em seu artigo inicial:

> Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.
> §1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições culturais.
> §2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996, p. 01).

Esta legislação coloca ainda a importância da pluralidade de ideias, gestão democrática, gratuidade do ensino, valorização da educação e dos educadores, entre outras demandas. Entretanto, na década subsequente, a partir de discussões políticas com intelectuais, ativistas sociais e estudiosos das questões do negro brasileiro e na busca pela promoção da igualdade racial foi promulgada a Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História da África e dos africanos. Nesta perspectiva alterou-se a Lei 9.394/96 e, complementando, o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pela efetivação da educação antirracista e plural (BRASIL, 2003/2004).

Nos últimos anos, com o avanço das políticas neoliberais e conservadoras na educação brasileira, aprovou-se em 2018 – através do CNE – a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que delineia as habilidades e competências nos currículos da educação básica.

Calcada na Lei 13.415/2017 que reestrutura o ensino médio e nas orientações dos organismos internacionais, a BNCC valoriza as ciências exatas e a linguagem em detrimento das demais áreas, especialmente às humanidades, no qual é proposto uma pretensa interdisciplinaridade que não leva em conta objetos e metodologias específicas de cada área do saber, particularidades que levaram á severas críticas de especialistas e de entidades científicas, como a Associação Nacional de História (ANPUH). Apesar das críticas referentes a BNCC, o documento especifica a caracterização laboral esperada do historiador docente.

> Todo conhecimento sobre o passado é também um conhecimento do presente elaborado por distintos sujeitos. O historiador indaga com vistas a identificar, analisar e compreender os significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades, movimentos de pessoas, coisas e saberes. As perguntas e as elaborações de hipóteses variadas não apenas os marcos de memória, mas também as diversas formas narrativas, ambos expressão do tempo, do caráter social e da prática da produção do conhecimento histórico (BRASIL, 2018, p. 399).

Corriqueiramente com perguntas sobre o passado e confrontando com o conteúdo disposto em materiais didáticos e o tempo presente, o professor de História tece, com os estudantes reflexões para analisar e compreender o assunto estudado. Entretanto as novas versões do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), em vigor do ensino médio e em elaboração do ensino fundamental – principal recurso pedagógico utilizado pelos docentes –, não preveem mais a existência em si do livro didático de História, mas o livro didático das humanidades numa "simbiose" com a Geografia, Filosofia e Sociologia.

Segundo a BNCC (2018), por exemplo, nos anos finais do Ensino Fundamental II, é previsto o conteúdo de unidade temática "Totalitarismos e conflitos mundiais", tendo como um dos objetos de conhecimento "O colonialismo na África, as guerras mundiais, a crise do colonialismo e o advento dos nacionalismos africanos e asiáticos" – parte do nosso objeto de pesquisa –, não numa perspectiva específica da História calcada na Lei nº 10.639/03, mas na perspectiva eurocêntrica, linear e difusa epistemologicamente – em prol de uma pretensa interdisciplinaridade.

Seguindo nesta perspectiva de orientações para o ensino de História, perante as adaptações promovidas pelas Secretarias Estaduais de Educação via seus Conselhos Estaduais de Educação (CEEs), o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso – Ensino Fundamental (2018) – prevê nas séries finais, frente ao conhecimento histórico:

> [...] tem por característica a formação integral dos sujeitos, em suas dimensões afetivas, intelectuais, culturais e sociais, contribuindo para o desenvolvimento da leitura crítica e reflexiva de mundo, em uma perspectiva da alfabetização científica, sensível aos sentidos da existência humana, possibilitando compreensão ampliada do indivíduo e de suas diferentes formas de inserção e atuação no tempo e no espaço (DRC/MT, 2018, p. 248).

Para realizarmos uma reflexão efetiva sobre a educação brasileira, segundo Fonseca (2017), se espera que os professores de História conheçam os conteúdos, as práticas pedagógicas e devidos os procedimentos didáticos. Assim, pensar o ensino de História significa buscar ao menos uma compreensão mais clara sobre o que significa ensinar História nas escolas, em educação básica. Seguindo abordagem semelhante, Ribeiro nos escreve:

> O reconhecimento das vivências dos alunos no complexo universo na sala de aula implica a recusa da ideia da instituição escolar como célula isolada da sociedade e reprodutora dos conhecimentos fabricados em outros lugares. Assim como o professor, o aluno também não é uma *tabula rasa*. Ele aprendeu muitas coisas, essenciais ou não para a sua vida, antes de adentrar os portões da escola e continuará a aprender, fora dali, ainda que continue a frequentar a escola (RIBEIRO, 2018, p. 56).

Do nosso ponto de vista o conteúdo ensinado em sala de aula precisa ter sentido, precisa fazer parte da leitura de mundo dos nossos alunos. Nesta perspectiva, enquanto educadores temos imenso desafio de (res)significar a história africana, que ao longo das elaborações das políticas públicas educacionais e da produção historiográfica brasileira, normalmente teve estereotipada e/ou marginalizada.

Nesta perspectiva, a apresentação de África aos discentes inicialmente precisa passar por estas discussões conceituais para que, a partir delas, se possa realizar uma abordagem mais intensa e propor outras ressignificações sobre este tema tão complexo.

Assim como observamos rapidamente através da construção do currículo de História, a trajetórias do Ensino de História e todas as movimentações políticas que ocorreram para que na atualidade possamos desfrutar desta modalidade de ensino e liberdade da cátedra, adveio de

muita mobilização. Entretanto, o ensino de História da África ainda tem um longo caminho para ser aperfeiçoado, passando pela formação dos professores ao entendimento de práticas de metodologias, que apresentem uma melhor eficácia ao público atendido.

3.2 Valorização e defesa da Lei nº 10.639/03 em prol de uma educação antirracista

No vasto campo dos estudos das relações raciais no Brasil que propõem estudos específicos sobre a população negra, a pesquisadora e cientista social, Moema de Poli Teixeira coloca que:

> O que se tem chamado estudo das relações raciais na sociedade brasileira refere-se às análises sobre o Brasil que tomam sua diversidade étnica e racial como ponto de partida. Para entender como se dá a formação dos diversos povos e nações a partir de grupos sociais distintos, é necessário compreender que as maneiras de classificar ou de identificar pessoas e grupos não são "naturais". O que queremos dizer é que todas as formas de classificação - inclusive a racial - são herdadas não da natureza, mas da cultura, e, desta forma, não nascem com a gente (TEIXEIRA, 2010, p. 5-6).

Através do campo cultural analisamos as manifestações comportamentais que fomentam nossa sociedade, revela faces marcadas pelas desigualdades raciais, que ainda precisam encarar de frente toda herança colonial, pós-colonial. Desta forma podemos observar permanências de estigmas e rupturas, propostas pelas ações dos movimentos sociais.

> Aprendemos, ao longo da vida, os códigos, os termos, os valores que orientam a nossa forma de pensar a nós mesmos e também aos outros, por exemplo, como sendo de cores ou raças distintas. É a sociedade, portanto, que produz tanto os termos quanto a necessidade de classificar as pessoas segundo interesses que ela mesma cria e recria a partir de seus próprios valores. Isso porque a gente só classifica, isto é, só atribui algum nome capaz de distinguir, de diferenciar, aquilo que tem interesse social (TEIXEIRA, 2010, p. 6).

A dinâmica da distinção social é resultado do racismo que permeia e delineia nossa sociedade, gerencia em todas as esferas sociais. Alguns conceitos precisam ser (re) apresentados para que assim possamos continuar nosso diálogo, utilizando desse modo construções teóricas desenvolvidas através das pesquisas dos especialistas, que nos corroboram a inegável ligação histórica entre esses espaços geográficos, espaços públicos e privados, onde nos deparamos com ações que, particularmente, marcam e segregam a sociedade brasileira.

Antes de pensarmos porque é preciso ter uma valorização e defesa de uma educação antirracista, precisamos entender quais mecanismos sociais ora permanecem, ora se renovam de maneira perversa entre negros e não negros que nos fazem ainda lutar para que novas histórias possam ser recontadas, a este respeito o filósofo Silvio Almeida coloca que:

> Ainda que hoje seja quase um lugar-comum a afirmação de que a antropologia surgida no século XX e a biologia - especialmente a partir do sequenciamento do genoma - tenham há muito demonstrado que não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos, o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de *grupos sociologicamnente considerados minoritários* (ALMEIDA, 2019, p. 31). (grifos do autor)

A permanência e a insistência do uso do conceito de raça como elemento social e político nos permitem compreender como a escola, o currículo, a educação absorve e reproduz padrões de comportamentos, com base em modelos eurocêntricos de referências.

> Podemos dizer que *o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminem em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam*. Embora haja relação entre os conceitos, o racismo difere do *preconceito racial* e da *discriminação racial. O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias* (ALMEIDA, 2019, p. 32). (grifos do autor)

Muito além de contribuições que geram desigualdades raciais e sociais as práticas citadas acima apresentam como que, através desses pontos de partida, uma pessoa pode ter vários prejuízos como dificuldade de inserção social, aprendizado ou até casos mais extremos como a vulnerabilidade social ou atentados e execuções, contra a própria vida. Quando dificultamos os acessos de pessoas pertencentes a grupos minoritários, tendo como baliza os conceitos acima, estamos contribuindo para que seus projetos de vida sejam retardados ou paralisados, mudando todo o planejamento pessoal, por isso:

> A *discriminação racial*, por sua vez, *é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados*. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o *poder*, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir

> vantagens ou desvantagens por conta da raça. Assim a discriminação pode ser *direta* ou *indireta* (ALMEIDA, 2019, p. 32). (grifos do autor)

De acordo com Almeida (2019) o poder é real e articula nas relações interpessoais. O poder é político porque ele ocorre em pequenos grupos ou de maneira individual 'norteando' sobre o outro, dominando o outro, portanto, central dentro da ótica das relações raciais. Nesse sentido, o autor aborda que em ambientes públicos e privados permeiam essa lógica de poder desenvolvendo ações e vivencias de cunho racistas.

Assim, o mesmo propõe uma definição a respeito das suas constituições que ocorrem no campo econômico e político de maneira geral como mercadoria, dinheiro, Estado. É através da capacidade de estabilização das instituições que se articulam na resolução de problemas sociais e na forma como lidam com esses conflitos está totalmente ligado à vida social.

> No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas - o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc. - e instituições privadas - por exemplo, diretoria de empresas - depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos (ALMEIDA, 2019, p. 40-41).

Nesta perspectiva institucional, a Escola e Universidade no âmbito da educação brasileira, precisa continuar refletindo e indagando sobre uma valorização e defesa da lei 10.639/03. Porque são nesses espaços institucionais produtores e reprodutoras de conhecimentos, espaços de formação de saberes, professores, pensamentos, portanto, de valores humanitários, conhecimentos acadêmicos, vivências partilhadas onde percebemos de forma recorrente que precisamos continuar propor a inclusão e o protagonismo da população afrodescendente. Faz-se necessário de forma específica, contínua e repetida, pensar a África e pensar os negros no Brasil.

> De qualquer forma, os sentidos e os significados de *africano* e de *África* mudaram substancialmente, ou como preferem alguns, passaram por um processo de (re)elaboração - no campo das práticas concretas e cotidianas- seguido de uma inversão/negação - no campo das ideologias e teorias

> explicativas-, e, por fim, foram marcados por uma complexa redefinição de fronteiras e ideias. Essa última guinada, talvez, ainda em curso, foi gerada por um longo debate com as outras identidades diaspóricas em processo de reestruturação no final do século XX (OLIVA, 2020, p. 48).

O processo de inserção do negro como produtor de conhecimento e de sua própria trajetória na educação brasileira ocorre a partir da contribuição do movimento negro, que passa a realizar inúmeras reinvindicações para que mudanças de perspectivas históricas, culturais e sociais possam, de fato, levar a uma valorização da população afrodescendente nos currículos escolares, acadêmicos, bem como na representação de personagens e símbolos que contribuam na formação e ressignificação identitária da comunidade negra. A este respeito, a pesquisadora das relações raciais, Nilma Lino Gomes argumenta que:

> A atuação do movimento negro na educação também se deu nos fóruns decisivos da política educacional. Reivindicada pelas organizações negras desde o início do século XX, a inclusão dos negros na escola pública aparecia como recurso argumentativo nos debates educacionais (GOMES, 2012, p. 739).

Através da Lei 10.639/03, a partir de uma ótica de sujeitos agentes de seu tempo, que sofreram mais também lutaram dentro dos respectivos contextos, para manterem suas raízes, suas memórias, ora construída no coletivo, ora no individual, ora reescrevendo sua participação na História desta nação, neste sentido a historiadora Maria Ligia Prado apresenta que:

> Historiadores estão familiarizados com uma longa tradição de polêmicas sobre questões de ordem teórica e metodológica. Porém, há alguns consensos. Entre eles, a perspectiva de que escrever sobre o passado está vinculado a problemas propostos pelo presente (PRADO, 2021, p. 51).

Entre os vários problemas sociais que perpassam a sociedade brasileira, no âmbito educacional, persiste a lacuna no ensino de história da África no espaço escolar. Embora o currículo começou a ser revisto, repensado efetivamente a partir da mudança da Lei 9.394/96 pela Lei 10.639/03 que alterou a LDB, tornando-a obrigatória, ainda identificamos em sala de aula, através dos materiais didáticos disponibilizados na rede básica de educação a mesma forma limitada, engessada de inserção do negro no conteúdo de História.

Segundo Oliva (2003), embora fossem incluídas outras orientações, como a formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais

e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, para que possibilitasse um tratamento mais consistente em relação à história da África, ainda existe um longo caminho de mudanças e compreensão sobre a África a ser percorrido. Desta forma, o historiador Osvaldo Mariotto Cerezer coloca que:

> O trabalho sistemático de silenciamento das histórias e culturas negras e indígenas consistiu, ao longo da trajetória histórica da sociedade brasileira, na ocultação da existência das especificidades históricas destas populações na constituição da história e da cultura brasileira, por serem consideradas inferiores e sem história, portanto, não seria possível contribuir na formação da trajetória das camadas hegemônicas (CEREZER, 2019, p. 216).

Neste sentido, faz-se necessário reafirmar a importância de um novo olhar para a escola, a instituição onde este saber é expandido e concomitantemente através do currículo escolar, que é o espaço onde o saber sobre a população afrodescendente é representado, disseminado.

> Dessa forma, na análise de qualquer documento escrito, iconográfico ou oral (e, nesses casos, enquadram-se também os manuais escolares) não se deve ignorar (obviamente) o fato de que estamos diante de *representações*. Ou seja, os textos históricos e os discursos sobre a África são elaborados a partir de uma série de referências ou conceitos - que variam ao longo do tempo e dos espaços - compartilhados por aqueles que estiveram na África, pelos que procuram interpretar as notícias de que lá chegavam, pelos pesquisadores da história africana, pelos professores e estudantes em seus cotidianos e pelos autores e leitores de livros didáticos (OLIVA, 2020, p. 55-56).

Entretanto, precisamos citar rapidamente alguns dos vários dilemas que acompanham os professores da educação básica ao ministrar História da África na sala de aula. Primeiro precisamos compreender que as temáticas relacionadas aos estudos africanos e afro-brasileiros são apresentadas de maneira fragmentada, em cada etapa de estudo escolar.

O contexto histórico africano vai desde antiguidade até a atualidade, demandam uma formação específica do professor, para que em cada etapa escolar se possa realizar uma discussão aprofundada sobre o continente que, tão fortemente, está ligado ao nosso. Ainda de acordo com Cerezer:

> A herança do modelo eurocêntrico de produção e veiculação do conhecimento histórico continua presente em nossa sociedade, particularmente na configuração curricular dos cursos de História analisados neste estudo. A compreensão dessa permanência encontra eco nas vozes dos professores

> formadores dos três cursos de Licenciatura em História do estado de Mato Grosso. Para os colaboradores, apesar das inúmeras críticas realizadas por professores e pesquisadores a respeito do modelo de currículo ainda presente nos cursos de História, a transformação apresenta-se como um elemento complicador, visto que fruto, principalmente, de resistências internas a mudanças (CEREZER, 2019, p. 217).

As resistências internas abordadas acima pelo autor continuam presentes na escola, apesar de quase duas décadas de existência, a Lei 10.639/03 ainda é desconhecida e/ou pouco aplicada na maioria dos ambientes escolares. A BNCC (2018) trouxe várias orientações sobre temas curriculares e as habilidades necessárias para serem desenvolvidas durante o ensino, limitou os estudos sobre a cultura e história africana e afro-brasileira através da temática "diversidade".

Temos, portanto, ao longo das últimas três décadas, avanços e retrocessos para o Ensino de História da África e dos afro-brasileiros. Um dos grandes problemas de partir da ideia da "diversidade" é que existem situações de desigualdades que possuem recorrência e grande quantidade, em grupos específicos, como os negros por exemplo.

Portanto, para que possamos minimizar esta grande lacuna, podemos utilizar a fonte literária ficcional a fim de propomos para a aula de História outra possibilidade de abordar sobre África. É consenso entre os historiadores especialistas em África de que existem "várias Áfricas", portanto é preciso começar a apresentar em aula que África não é em si um país, mais um continente repleto de grupos étnicos com características que unem e diferenciam cada região e que precisamos aprender localizando-o no mapa, reconhecendo as particularidades quando falamos dos mesmos.

> [...] Escrever e contar histórias, portanto, produzir conhecimento histórico é evidentemente uma manifesta relação de poder. Quais histórias são narradas? Quais sociedades são protagonistas de suas histórias? Que perspectivas devem ser empregadas nessas representações sobre as experiências humanas no tempo? Quem são os produtores dessas narrativas? (OLIVA, 2020, p. 23).

Neste sentido, o professor de História em sala de aula aborda o conhecimento histórico de várias sociedades, tendo como base de referência o seu processo formativo. Mas, muitas vezes, ele não domina informações sobre as inúmeras sociedades africanas, em alguns casos não possui acesso a formações continuadas sobre o tema, por outro lado, o material didático

mesmo com as novas legislações e normatizações, continua com uma visão estereotipada, limitada e até mesmo racista da África e dos africanos.

Entretanto, faz-se necessário realizar uma ressalva a respeito da capacitação dos professores da educação básica e, em especial, dos docentes em História, no que tange a uma educação antirracista que faça ponte, entre a relevância da África e dos afro-brasileiros na formação sociocultural do nosso país.

E, por desdobramento das capacitações, o educador pode promover adaptações ao seu modelo de planejamento de aulas e atividades. Esse professor, por exemplo, pode utilizar outros materiais complementares, fontes incomuns do cotidiano do componente curricular, isto é, pode realizar o planejamento da sua aula almejando a melhor compreensão por parte dos seus estudantes.

É preciso que aspectos da vida profissional e formativa dos professores da educação básica sejam observados, respeitando a autonomia do professor e compreendendo as nuances que a comunidade onde estão alocadas as instituições educacionais possuem.

Vimos nessa pesquisa dissertativa narrativas que ligam Moçambique e Brasil e analisamos como podemos desenvolver uma apresentação de um recorte africano, para refletir e apresentar um olhar integrador e produtor de conhecimento através da literatura de Ungulani Ba Ka Khosa.

Como colaboração a temática da formação de professores para uma educação voltada as relações raciais – com viés antirracista – que propõe analisar o negro desde a África até o Brasil, como cumprimento da Lei 10.639/03, ofertamos como parte da contribuição de nossa pesquisa no Mestrado Profissional em Ensino de História, um curso de extensão a profissionais da educação e a estudantes das licenciaturas abordando a África, com foco em Moçambique, através da literatura, tendo Ungalani Ba Ka Khosa como nossa principal fonte.

3.3 Espaço de diálogos na formação de Professores de História: relatos sobre o curso de extensão “História e Literatura no contexto da (neo)colonização e descolonização de Moçambique”

O Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) oferecido em rede nacional, por 39 universidades sob a liderança da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tem como um dos seus polos a Universidade

do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus “Jane Vanini”, localizado no município de Cáceres-MT. Um dos objetivos do programa é oferecer formação especializada para professores da educação básica que atuam com o componente curricular de História no Ensino Fundamental II e/ou Ensino Médio, possam aprofundar e conhecer saberes tendo como foco o ambiente escolar. A qualificação é voltada para aplicação de um ensino de História que possibilite aos estudantes uma compreensão e interpretação dos fatos e acontecimentos humanos de forma crítica, lúcida e emancipatória, contribuindo assim para o avanço do ensino de qualidade e o desenvolvimento sociocultural das comunidades.

Um dos pontos que diferenciam esse modelo de mestrado profissional é a produção de um produto pedagógico, que pode tomar diversas formas a partir da fonte histórica e da problematização utilizada para o desenvolvimento da pesquisa. O produto pedagógico, assim como a dissertação, precisa ser desenvolvido tendo como ponto de partida a ligação com a escrita acadêmica e algum recurso didático que possa ser utilizado por professores de história e que tenha impacto para os discentes.

Esta é uma iniciativa proposta pelo ProfHistória de tentar diminuir a distância entre os saberes produzidos nas universidades e as vivências de aprendizagem nas escolas. Acreditamos que a escola apenas em seu espaço físico e isolado não possui dinâmica, mas a escola com os estudantes e seu quadro de educadores transformam realidades distintas de forma fluida e contínua. Por isso, o ensino e o aprendizado precisam ser constantes, em ações que possam transformar e aprimorar o desenvolvimento histórico em sala de aula.

Sendo assim, o Produto Pedagógico se constitui como a elaboração de uma metodologia, ou seja, um conjunto de procedimentos que possam dialogar com professores e estudantes para que sejam elaborados outros significados, sentidos e ressignificações de processos e fatos históricos.

Em nossa pesquisa dissertativa optamos por trabalhar com a fonte literária africana de língua portuguesa, do autor moçambicano, Ungulani Ba Ka Khosa com contos selecionados das obras *Ualalapi* e *Orgia dos Loucos*. Este desafio de realizar um diálogo com a literatura permitiu que pudessemos trazer para nossa realidade da sala de aula, uma possibilidade de apresentar o continente africano e depois Moçambique como uma contra narrativa de ressignificações e desconstrução de paradigmas e estigmas eurocêntricos e preconceitos presentes na temática africana.

Enquanto pesquisadora, esta permanência nos impulsionava a pensar a África e pensar Moçambique através da sua relação com o Brasil, no tráfico escravocrata transatlântico, mas além dessa ligação, o pouco conhecimento de África não possibilitaria uma aula com apresentações mais intensas e consistentes acerca dos lugares mencionados – dando voz ao próprio objeto de estudo. Era preciso trazer uma pequena contribuição para que outros professores pudessem vislumbrar outros discursos e outras estratégias para aprimorar suas práticas no espaço escolar.

Neste sentido, optamos por compartilhar nossas leituras e pesquisa numa parceria com outros(as) professores(as) pesquisadores de diversas Instituições de Ensino Superior (IES) são eles e as instituições, em que são pertencentes: Prof. Dr. Genivaldo Rodrigues Sobrinho/UNEMAT/Coordenador do Programa de Mestrado Profissional Letras-ProfLetras/PROFLETRAS, da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT Campus de Sinop-MT; Prof.ª Dra. Fernanda Martins da Silva e Prof.ª Dra. Marli Auxiliadora de Almeida da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT e do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História-ProfHistória, Campus de Cáceres/MT; Prof. Dr. Matheus de Mesquita e Pontes do Instituto Federal de Mato Grosso- IFMT/ProfHistória/UNEMAT; Prof. Ms. Lucas Santos Café do Instituto Federal de Mato Grosso -IFMT (Doutorando em História/UFMT e Pesquisador do NUMDI/IFMT) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiro, Indígena e de Fronteira Maria Dimpina Lobo Duarte (NUMDI) e Prof Ms. Edelson Costa Parnov (Doutorando em História/Universidade Federal de São Paulo/USP e Pesquisador do Centro de Estudos Asiáticos (CEA) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestrandas do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História-ProfHistória da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT, Campus de Cáceres/MT: Prof.ª Jéssica da Silva Santos; Prof.ª Weberly Diane Vieira Vitorino Ribeiro; Prof.ª Gilmara Oliveira Gomes. Através dessas importantes contribuições dos nossos(as) companheiros e com total apoio da UNEMAT conseguimos desenvolver nosso produto pedagógico, que detalharemos abaixo.

A partir da dinâmica do ProfHistória, criamos alguns espaços virtuais para disponibilizarmos nosso trabalho dissertativo e a colaboração dos colegas pesquisadores durante a execução do nosso curso de formação de professores. Para que nossos leitores(as) compreendam as ações apresentadas logo abaixo e possam situar-se à frente das apresentações colocadas em cada plataforma, iremos dispor a organização que levou aos espaços virtuais interligados.

Como foi anunciado, desenvolvemos um curso de extensão de modelo remoto com aulas online pela plataforma do *Google Meet* e de forma assíncrona no *Google Sala de Aula (ClassRoom).*

Em cumprimento a uma das prerrogativas do ProfHistória sobre disponibilidade do produto pedagógico para a comunidade escolar e acadêmica, criamos um *BLOG*, um espaço que será nosso lugar virtual para uma contínua manutenção do curso "História e Literatura Africana" - HISLA que encontra-se disponível em: <https://hislaprofe.wixsite.com/historiaelitafricana>.

Figura 3: Foto da página da Web.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Nessa perspectiva, com o objetivo de apresentarmos o trabalho desenvolvido no curso de extensão (HISLA), onde todas as aulas estão disponíveis, os visitantes podem ter a liberdade de realizarem comentários, deixarem sugestões e conhecerem nossos trabalhos. Desta forma, dialogamos com os pesquisadores(as): Eroneide Firmino do Nascimento, Luciária da Rocha Silva e Luís Paulo Leopoldo Mercado que realizaram investigação sobre a educação a distância, em ambientes virtuais onde apresentam que:

> Os blogs são páginas de fáceis edição e publicação, as informações (posts), tornam-se o elemento principal dos blogs, que democraticamente vem possibilitando à todos publicar na Internet, como também permitem uma concentração mais ampla por parte do aluno no sentido da elaboração de conteúdos, multiplicando assim o leque de opções ao referir-se em levar conteúdos à rede estabelecendo um pacto de leitura. Blogs facilitam os

> trabalhos interdisciplinares e transdisciplinares. Pode-se assim dar alternativas interativas e suporte a projetos que envolvam a escola e até família e comunidade. Ajudam a construir redes sociais e redes de saber (NASCIMENTO; SILVA; MERCADO, 2008, p. 319).

Desenvolvido no contexto da crise sanitária da pandemia do COVID-19 e suas variantes, seguindo os protocolos estadual e nacional de isolamento e distanciamento social, utilizamos os ambientes virtuais do *Google Meet* e no *Google Classroom* (Google Sala de Aula) para a realização do Curso de Extensão "História e Literatura Africana no contexto da (neo)colonização e descolonização de Moçambique" (HISLA). Nesta perspectiva de utilização de locais virtuais no ensino de História, o historiador Icles Rodrigues aponta que:

> Uma pandemia de alcance global surgiu em 2020 e subitamente o uso de tecnologias no ensino se tornou um dos assuntos centrais nos debates sobre educação. Uma série de desafios se apresenta para profissionais da educação e, aos poucos, cada um vem tentando lidar com a situação da forma que lhe é mais conveniente ou conforme seus recursos permitem. Muitos são os profissionais que vêm buscando em mídias digitais recursos já disponíveis nas redes para uso em aulas remotas e atividades assíncronas (RODRIGUES, 2021, p.175).

No contexto do Curso HISLA, apresentaremos alguns dados importantes como público alvo que realizou nossa formação, teve como objetivo alcançar os seguintes grupos: estudantes de graduação, professores da educação básica e demais interessados na temática, contando com um número de participantes com variação entre 70 a 106 pessoas, durante oito encontros realizados.

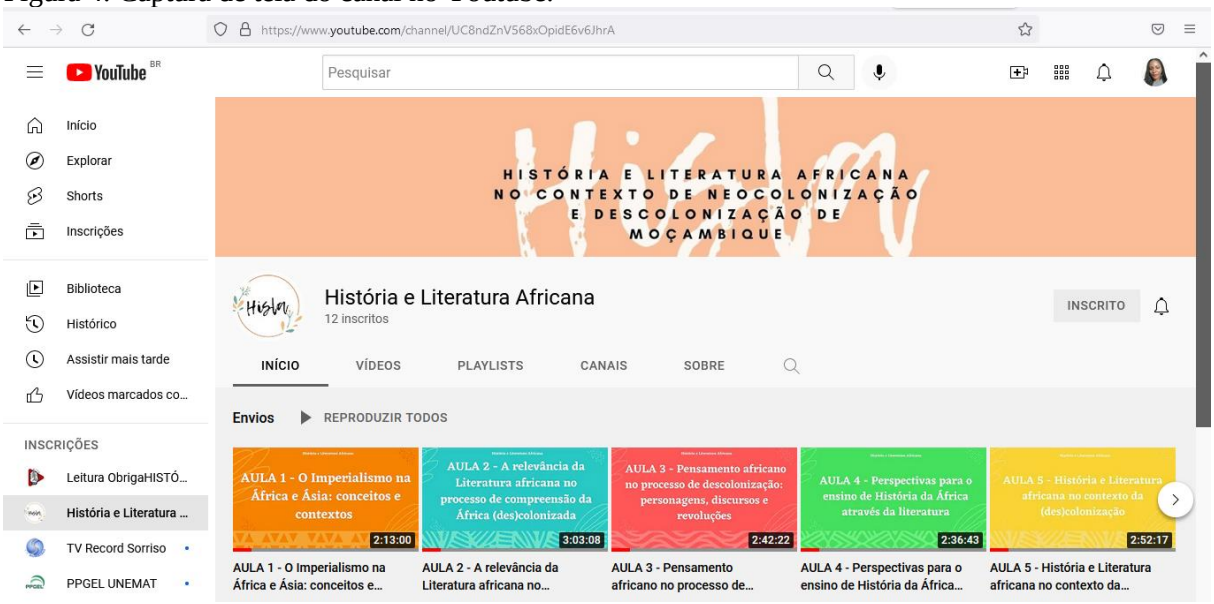
Ao longo do curso foram aplicados dois questionários para contribuir nas reflexões sobre a temática e para o desenvolvimento da pesquisa. O "Questionário 1" conteve 103 respostas o "Questionário 2" obteve 84 respostas. Também realizamos um Termo de Consentimento, para utilizarmos as informações nos materiais recolhidos, que contou com 106 respostas. Atendendo limite de frequência no curso, tivemos um número de 87 cursistas que concluíram com direito a certificados emitidos pela plataforma EVA FAESPE da UNEMAT.

Nosso objetivo com a aplicação de questionários dentro do HISLA visou compreender se as nossas hipóteses, acerca dos conteúdos e do formato do curso, teriam de fato sentido prático, epistemológico na complementação pedagógica e humanista dos participantes.

Neste viés, o HISLA teve a seguinte programação via espaço virtual do *Google Meet*, cujos link de acesso para cada aula era enviado via sistema EVA FAESPE e grupo do *WhatsApp*, criado com os cursistas especificamente para debates e uma comunicação mais dinâmica durante o curso de extensão.

Nesta propositura e pensando em uma melhor organização do Curso HISLA como produto pedagógico, para ser disponibilizado como recurso de consulta referencial para professores e interessados na temática racial, utilizamos como suporte virtual para esta metodologia no ensino de História, o canal contendo todas as aulas gravadas no *YouTube*: <https://www.youtube.com/channel/UC8ndZnV568xOpidE6v6JhrA>.

Figura 4: Captura de tela do canal no Youtube.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

> Para esse fim, vídeos no YouTube [...] surgem como possíveis e promissores aliados dos professores [...] diante da necessidade de adaptar metodologias de ensino a tempos turbulentos e novidades constantes, em contraponto a uma estrutura educacional que nem sempre alcança a velocidade que demandam as dinâmicas sociais (RODRIGUES, 2021, p. 175).

Nessa perspectiva precisamos apontar que criamos este canal dentro dessa plataforma para atender a necessidade que o período pandêmico nos exigiu, bem como para atender as orientações do Mestrado Profissional em Ensino de História/ProfHistória/UNEMAT. A seguir

apresentaremos a programação detalhada de cada encontro virtual desenvolvido primeiramente no *Google Meet* depois foi alocado em outras plataformas:

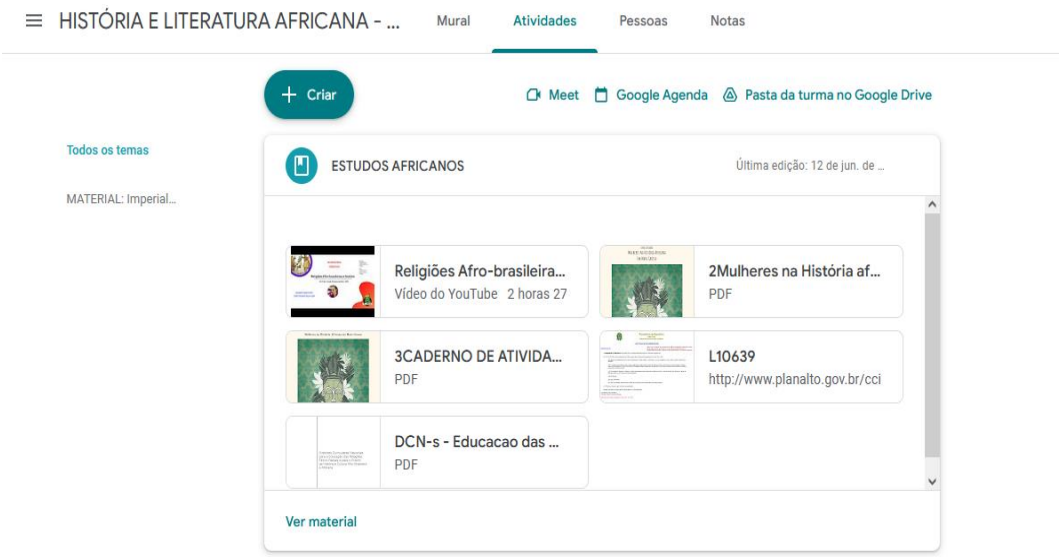
- **01/06/2021 - Abertura da atividade** com organizadores do Curso de Extensão História e Literatura Africana (HISLA) e apresentação da metodologia do curso (programação dos seis encontros e da plataforma do C*lassroom*). Profª Dra. Fernanda Martins da Silva/UNEMAT/ProfHistória/UNEMAT; Prof. Dr. Matheus de Mesquita e Pontes/IFMT/ProfHistória/UNEMAT; Profª. Gilmara Oliveira Gomes/Mestranda do ProfHistória/UNEMAT.
- **01/06/2021 - Aula 1: O Imperialismo na África e Ásia: conceitos e contextos** - Prof Ms. Edelson Costa Parnov (Doutorando em História/USP e Pesquisador do Centro de Estudos Asiáticos/CEAA-UFF). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YaQRx3hUxgM>.
- **02/06/2021 - Aula 2: A relevância da Literatura africana no processo de compreensão da África(des)colonizada.** Prof. Dr. Genivaldo Rodrigues Sobrinho/UNEMAT/Coordenador do PROFLETRAS/Professor do PPGLetras/UNEMAT-Sinop.
  Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vnPtThjlg2E>.
- **07/06/2021- Aula 3: Pensamento africano no processo de descolonização: personagens, discursos e revoluções**. Prof. Ms. Lucas Santos Café/IFMT (Doutorando em História/UFMT e Pesquisador do NUMDI/IFMT). Prof.ª Gilmara Oliveira (Mestranda do ProfHistória/UNEMAT).
  Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xd10a9KOe08>.
- **08/06/2021 -Aula 4: Legislações e Planos de aula na prática docente: perspectivas para o ensino de História da África através da literatura.** Prof.ª. Dra. Fernanda Martins da Silva (Coordenadora do Curso de História/UNEMAT - Professora do ProfHistória/UNEMAT); Prof.ª Gilmara Oliveira (Mestranda do ProfHistória/UNEMAT).
  Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ClehPXb-OLk>.
- **Aula 5 (09/06/2021): História e Literatura africana no contexto da (des)colonização.** Prof. Dr. Genivaldo Rodrigues Sobrinho/UNEMAT.
  Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GeRbNJ4u_Gc>.

- **Aula 6 (14/06/2021): Planos de aula em ação: construindo possibilidades pedagógicas para o ensino de História da África.** Prof.ª Dra. Marli Auxiliadora de Almeida/UNEMAT; Prof.ª Gilmara Oliveira Gomes (Mestranda do ProfHistória/UNEMAT).
  Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kSsjphB8lO4>.
- **Aula 7 (15/06/2021): História e Literatura africana em Moçambique: Diálogos pertinentes.** Prof. Dr. Genivaldo Rodrigues Sobrinho/UNEMAT.
  Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0Hr-H56doVE>.
- **Aula 8 (17/06/2021): Perspectivas de gênero: As mulheres através da literatura de Ungulani Ba Ka Khosa, mulheres através da religião e história afro-brasileira.** Prof.ª Jéssica da Silva Santos (Mestranda do ProfHistória/UNEMAT); Prof.ª Weberly Diane Vieira Vitorino Ribeiro (Mestranda do ProfHistória/UNEMAT); Prof.ª Gilmara Oliveira Gomes (Mestranda do ProfHistória/UNEMAT).
  Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ozx-njTBsNQ>.

Ao realizarmos a formação para os cursistas junto às palestras ministradas durante a execução do HISLA, utilizamos o espaço virtual do *Google Sala de Aula* com o nome **"História e Literatura Africana-HISLA"** de forma assíncrona onde organizamos o curso da seguinte forma e com os seguintes tópicos em destaque e seus materiais dispostos:

No tópico: Estudos africanos colocamos a disponibilização de livros e videoaula disponível no *Youtube* sobre Religiões afro-brasileira com a Prof. Dra. Vanda Serafim da Universidade Estadual de Maringá (UEM), livro ilustrado e caderno de atividades "Mulheres na História africana em Mato Grosso" da pesquisadora Cristina Soares, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e, Lei 10.639/03. Nesta etapa, nossa intenção foi dispor de materiais desenvolvidos por estudiosos de cada área, compreendendo que quando o professor dialoga com a produção científica desenvolvida por especialistas nos temas a reflexão desenvolve-se com mais profundidade e que, concomitantemente, este saber refletir-se á em seus pensamentos e práticas pedagógicas.

Figura 5: Captura de tela do módulo.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

No tópico: Material África e Ensino de História disponibilizamos textos e videoaulas contidas no *Youtube* de africanistas como: Mônica Lima. José Rivair Macedo, Muryatan S.Barbosa e Anderson Ribeiro Oliva. Neste tópico nosso objetivo foi de ouvir e socializar a fala de importantes historiadores(as) e africanistas para desenharmos um panorama possível de compreensão de África desde a teoria, atividade essencial para atualização dos profissionais da educação, bem como de perspectivas futuras para apresentar em ambiente escolar.

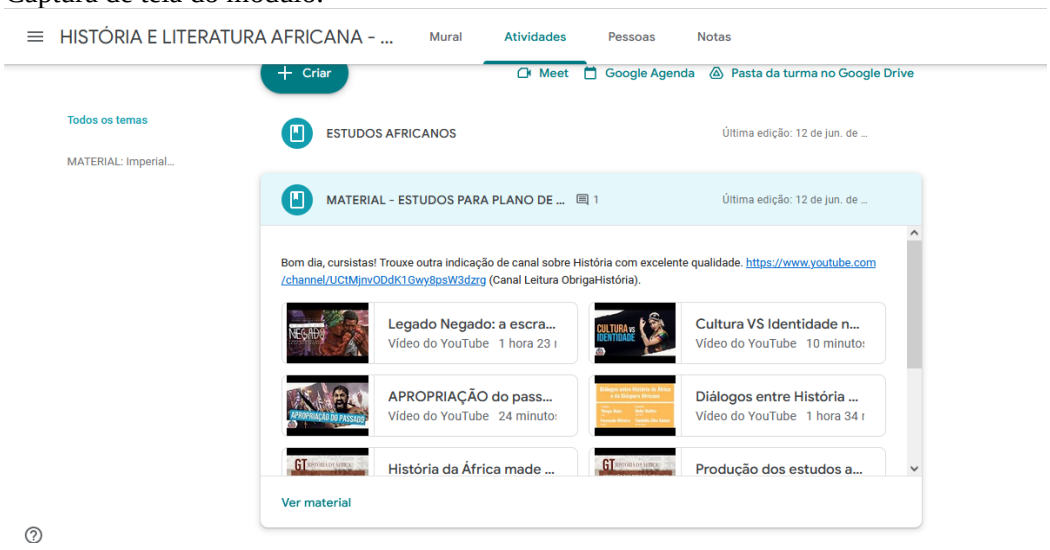
Figura 6: Captura de tela do módulo.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

No tópico: Material - Estudos para Plano de Aula sobre História Da África colocamos vídeos curtos com a intenção de aprimorar ou relembrar conceitos importantes para a discussão da história africana como identidade, apropriação cultural, herança africana disponíveis no *YouTube* no canal: Leitura ObrigaHistória <https://www.youtube.com/c/obrigahistoria>; Diálogo entre a História da África e a Diáspora africana, Diálogos com o escritor Ungulani Ba Ka Khosa; GT - História da África da Associação Nacional de História (ANPUH). Dentro de uma constante interação entre a teoria e a prática, nossa abordagem neste ponto teve como foco a (re)apresentação de conceitos relevantes para os estudos africanos e afro-brasileiros, necessários para um melhor entendimento das temáticas discutidas.

Figura 7: Captura de tela do módulo.

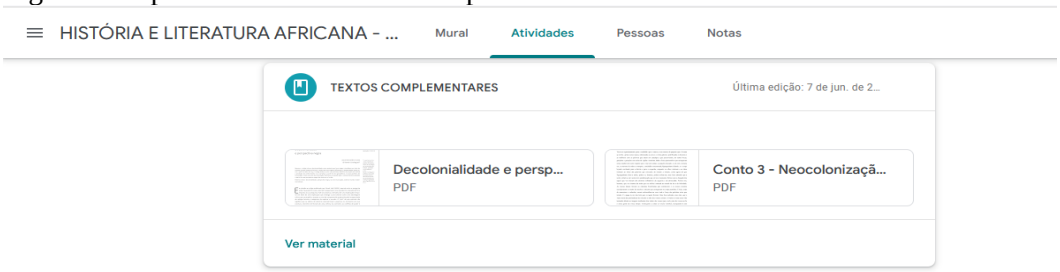


Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

No tópico: Textos complementares ficou disponível o artigo “Decolonialidade e perspectiva negra de autoria de Joaze Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel, o Conto 3 referente ao período da Neocolonização intitulado “O último discurso de Ngungunhane” na obra Ualalapi de Ungulani Ba Ka Khosa. A teoria decolonial sugere um protagonismo para populações minoritárias em ambientes de produção e propagação de saberes, desta maneira,

nosso objetivo neste momento foi ouvir e dialogar com a voz ficcional da narrativa do protagonista Ngungunhane[20] .

Figura 8: Captura de tela de textos complemetares.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

No tópico: Material Imperialismo/Neocolonialismo disponibilizamos e sugerimos textos disponíveis na rede como o artigo "A tradição viva de Amadou Hampaté Bâ, o texto: "A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra" de Wolfgang Döpcke, livro "O Discurso sobre o Colonialismo, de autoria de Aimé Césaire", Livro "O Rei Mocho de Ungulani Ba Ka Khosa, digitalizamos os Conto 1 - Neocolonização disposto na obra Ualalapi - Ungulani Ba Ka Khosa e o Conto 2 - Neocolonização(Ualalapi) de Ungulani Ba Ka Khosa. A tradição oral é marcante em algumas sociedades, incluindo africanas e tendo como ponto de partida a importância de pronunciar seus próprios discursos, falas estas que ecoam de autores que mergulharam em suas vivências e experiências em vários espaços para apresentar outras perspectivas epistemológicas de África, nossa intenção nesta etapa foi de que um processo de ruptura e compreensão de África pelos estudantes de fato ocorresse.

Figura 9: Captura de tela sobre o Imperialismo/Neocolonialismo.

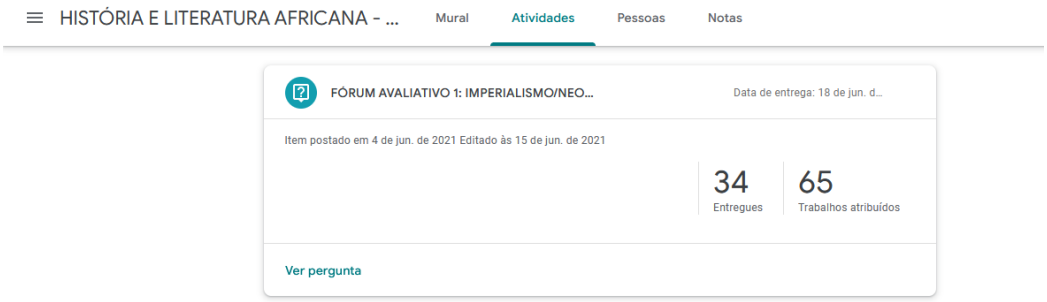
[20] Este personagem de fato existiu e atuou como monarca no Reino de Gaza como já foi abordado nos dois primeiros capítulos desta pesquisa.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Colocamos um **Fórum Avaliativo 1: Imperialismo/Neocolonialismo** com a seguinte orientação: Prezad@s cursistas, de forma resumida respondam à pergunta a seguir: Com leitura do texto base " A tradição viva" de Amadou Hampaté Bâ e com a escolha de um dos contos disponibilizados do autor moçambicano, Ungulani Ba Ka Khosa explique a relação da história e a literatura, a partir do imperialismo/neocolonialismo. O objetivo foi averiguar a quebra ou não de paradigmas entre o texto e um conto escolhido. A perspectiva da atividade é apresentar sobre os saberes ancestrais como ações que foram geradas e são praticadas com conhecimento, com sentido e significados específicos para o grupo ao qual este saber é partilhado.

Figura 10: Captura de tela do Fórum Avaliativo.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Nesta atividade foram enviadas 65 mensagens sobre tal ação e tivemos 34 respostas. Abaixo algumas respostas:

Cursista A[21] : É totalmente impossível pensar em literatura fora de seu contexto histórico. É este quem vai determinar as influências do autor, bem como seus possíveis referenciais. Por isso não tem como haver literatura sem a história.

Cursista B - Podemos dizer com base na leitura sugerida do texto " A tradição viva" e do texto " Conto 2, neocolonização" que a literatura possibilita uma mostra das vivências de um povo em todos os aspectos, quer sejam eles religiosos, culturais, tradições e econômicos. Tratam das glorias e derrotas, permitem a aproximação de outras nações a um povo, quer seja apenas para conhecer ou até mesmo para aproximar definitivamente de uma sociedade.

Através da literatura apresenta-se não só a linha do tempo em que se encontra um povo, mas também a sua atuação nela como indivíduo. A partir do imperialismo/neocolonialismo a literatura trata de forma documental o processo de colonização da África, com base em dados estatísticos sua expansão territorial, economia e conquistas; porém há de se saber que os registros na literatura são apenas uma parcela das experiências vividas por um povo. Visto que a escrita nunca será tão fidedigna quanto um relato oral de uma vivência, visto que por mais detalhista jamais poderá exprimir toda a riqueza de um povo, já que ao transmitir um relato oral há uma ligação intrínseca entre o homem e suas experiências. Entretanto diante do imperialismo/neocolonialismo o foco passou a ser transmitir um panorama econômico, antes que uma valorização histórica e cultural da África.

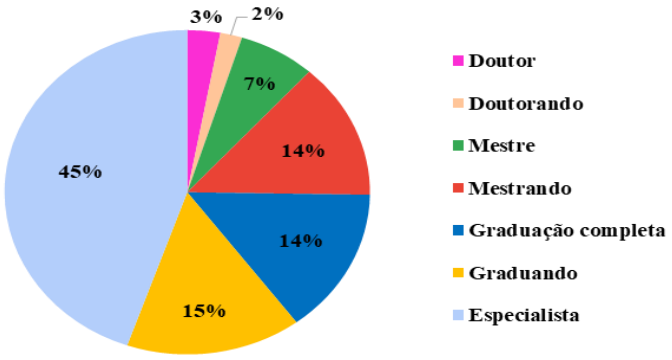
Colocamos o tópico: **História e Literatura** com o artigo “História e Literatura: uma velha-nova história” de autoria de Sandra Jatahy Pesavento para reflexão e compreensão histórica, com fonte literária. Sendo assim, a última seção refere-se ao período da Descolonização/Pós-Colonização com sugestões das obras “África Insubmissa” e “Necropolítica” do filósofo e teórico político Achille Mbembe. Nossa meta nesta etapa sobre a literatura é: primeiro apresentar como uma potente e riquíssima fonte histórica, aliando-se com as reflexões dos teóricos citados temos uma excelente perspectiva para os estudos africanos em sala de aula.

[21] Para fins de preservação da identidade do participante do HISLA, adotaremos o termo “cursista” e acrescentaremos uma letra do alfabeto brasileiro para que possa haver distinção entre cada um.

Dentro do *Classroom* conseguimos ver algumas impressões e relatos dos cursistas acerca do HISLA, tirar dúvidas e compreender melhor o impacto do curso de extensão, para os participantes.

Visando conhecer um pouco dos participantes no HISLA, aplicamos dois questionários a partir de um termo de consentimento, para que pudéssemos compreender a relevância da temática africana na sala de aula. Dentro do público participante obtivemos os seguintes dados: 24% de público masculino e 74% feminino, utilizando o sistema de auto declaração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tivemos 81% dos cursistas declarados pretos, 17% de pessoas brancas e 2% de pessoas amarelas. No quesito formação acadêmica tivemos 48% de formados em História, 17% em Letras, 16% em Pedagogia e 19% não fazem parte das áreas citadas. A seguir o Gráfico 1 mostra o nível de especialização dos cursistas.

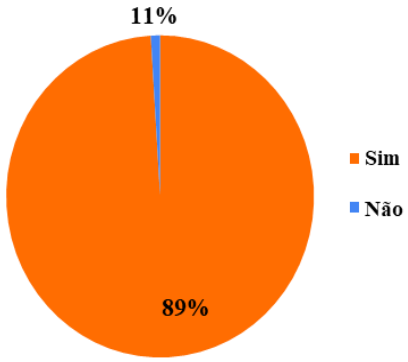
Gráfico 1: Representação do grau de escolaridade dos participantes.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Podemos observar que a necessidade de atualização na área das relações raciais, onde se compreende conhecer a história do negro seja na África ou no Brasil ainda permanece uma lacuna a ser preenchida, independente da formação acadêmica do profissional. Deste modo, uma das perguntas feitas no questionário aborda que: "**Você conhece a lei 10.639/03 que alterou a Lei de Diretrizes e Base da Educação e tornou obrigatório o ensino de História africana e Afro brasileira?".**

Gráfico 2: Resultado das respostas obtidas para a pergunta.

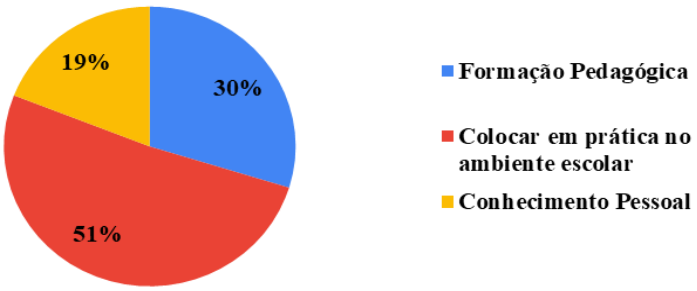


Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Estes dados apresentam uma realidade alarmante, conhecimento da existência da lei 10.639/03 e que nos permitem deduzir que, conhecer não é sinônimo de profundidade teórica-metodológica para ensinar, tendo como ponto de partida as orientações contidas no documento.

O questionário 2 abordou a seguinte questão: **"Qual sua motivação para realizar o curso "História e Literatura Africana - HISLA?".**

Gráfico 3: Motivação para realizar o curso.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Neste sentido podemos observar a relevância de ações que promovam a formação continuada dos professores, que atuam na educação em todos os níveis, para que assim, apenas através do conhecimento específico da África e dos afro-descentes poderemos enfim, diminuir as desigualdades entre negros e não-negros.

No Questionário 1 - aplicado aos participantes do curso, colocamos a seguinte pergunta: "**O que você sabe da África (através de filmes, documentários, de notícias de jornal, das suas aulas na escola, dentre outras)?".** Obtivemos um total de 104 respostas com variações entre muito pouco, razoável e resposta superficiais. Separamos algumas dessas afirmativas para nossa reflexão.

Cursista C - É o berço da humanidade. Entretanto, após muitos africanos serem roubados de suas casas para serem escravos, o que causou problemas sociais no continente. É possível citar que também houve a partilha da África, resultando em maiores crises territoriais e socioeconômicas.
Cursista D - Sei sobre Apartheid, danças, cultura, processo de escravidão e exploração da população desse continente.
Cursista E - Escravizados.

A **segunda questão** aberta indagava: **"Como você vê o Ensino de História da África a partir do lugar que você ocupa?".**

Cursista F- De suma importância para desconstrução de uma África, sem cultura, sem conhecimento, sem história.
Cursista G – Muito, muito, muito superficial, resumido estritamente aos últimos 500 anos, como se a África tivesse surgido em 1500 e não há milhares, milhões de anos antes.
Cursista H -Infelizmente, ainda deixa muito a desejar. Sem contar ser mostrada sempre do ponto de vista do colonizador.

A **terceira** e última questão dissertativa indagava: **"De acordo com a Lei 10.639/03 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as abordagens sobre o Imperialismo, Partilha da África e Descolonização da África continuam presentes em nossos estudos. Sobre esses assuntos, qual seria a melhor maneira que este conteúdo poderia ser ensinado a você?".**

Cursista I - Exatamente desta forma que está acontecendo neste momento. Está ótimo.

Cursista J - Acredito que deva haver um recuo nos conteúdos sobre África. Ao meu ver, é inadmissível que, com tantas referências textuais e imagéticas, como por exemplo, as obras organizadas pela Unesco, os livros (A enxada e a lança, A manilha e o libambo e Um rio chamado Atlântico), ainda não tenhamos espaço para ensinar essa extensa parte da história ao passo que dedicamos um grande tempo estudando os dez séculos da Idade Média Europeia (em ato contínuo). Portanto, partir dos estudos do surgimento da espécie homo, passar pela formação dos reinos, impérios, Estados, grupos e tribos das África Ocidental, Centro-ocidental, Oriental, processo de islamização e cristanização (como foi o caso da Etiópia) é fundante para compreendermos aspectos que compõem o empreendimento capitalista da colonização e do imperialismo. A respeito do termo descolonização, acredito que sua problematização é também relevante para pensarmos os processos que em todos os outros lugares são chamados de Independência por uma chave mais dinâmica, justa e anticolonial.

Cursista K - Com materiais de apoio, grupos de discussão e tempo hábil para a leitura dos materiais.

Tínhamos a conjectura de que, a partir do grau de formação dos cursistas no ensino superior, pudessem ter um preparo mais aguçado para preencher, em muitos casos, as lacunas de conteúdo e conhecimento sobre África. Estávamos muito equivocados. A educação básica da forma que opera limita as formações docentes a temas gerais, que podem ser absorvidos para todas as áreas e esquece-se de trabalhar, por área ou disciplina de conhecimento, logo o que não conheço, não ensino.

Vivemos estagnados em temas gerais da educação e pouco avançamos no aprimoramento para apresentar os estudos africanos com mais intensidade e de forma mais específica. O cenário desenhado pelos cursistas nos permite constatar que existe um caminho vasto, amplo e repleto de desafios que ainda não foram superados.

Considerações finais

Diante do estudo desenvolvido, da compreensão adquirida da África como espaço de produção de conhecimento e da literatura ficcional de Ungulani Ba Ka Khosa, podemos traçar um panorama ampliado para pensarmos o Reino de Gaza, no final do século XIX. Pensar em Moçambique no período da descolonização e todas as suas lutas constantes, para afirmação de nação soberana e autêntica, suas adversidades internas e sua grandiosa capacidade de resiliência no cotidiano.

Moçambique tão jovem nos apresentou uma organização coletiva para superar as barreiras colocadas no contexto da pandemia, união das pessoas para auxiliar na economia nacional movimentando o comércio e o turismo nos tempos de crise.

Aprendemos a importante ligação entre Moçambique e Brasil, entrada e permanência de escravizados que perpetuaram suas habilidades e legado, para a nação Tupiniquim. Vimos com os contos selecionados das obras *Ualalapi* e *Orgia dos Loucos*, a neocolonização e a descolonização apresentadas de forma envolvente, chocante perceber as reações das pessoas frente a situações impostas pela opressão colonizadora europeia.

A literatura nos encantou, nos deu leveza de detalhar situações ocorridas neste pedaço da África nomeando personagens fictícios ou verídicos, criando contornos para os corpos que na história são apresentados como números, povos. A literatura deu rostos, vozes para esses personagens narrarem suas próprias trajetórias, humanizando as pessoas-números que aparecem na história tradicional.

Ualalapi não é apenas um africano, Ualalapi é um guerreiro com família, funções e habilidades desenvolvidas dentro do seu grupo étnico. Ele não é apenas um personagem, possui vínculos afetivos, familiares e compromissos militares. Assim como Gungunhana, não foi apenas um rei, foi um homem que amou suas mulheres, seu povo e seus domínios. Cada narrativa ressignificada e recontada, a partir da ótica moçambicana contribui na formação de uma identidade coletiva, um pertencimento que une as pessoas dentro de uma mesma nação, uma história de si mesmo. Nesta perspectiva, procuramos desenvolver através do HISLA uma pequena contribuição para reflexão da África, pensar Moçambique através das lentes da história cultural, da literatura africana de língua portuguesa, que nos permite ouvir as vozes ancestrais ecoando no silêncio ensurdecedor do racismo estrutural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA JUNIOR, Benjamin. **Literatura, História e Política: literaturas de língua portuguesa no século XX**. 2 ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

ABUD, Katia Maria. A história nossa de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula. In: MONTEIRO, Ana Maria F. C.; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs.). **Ensino de história**: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007. 3ª edição 2012.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARARIBÁ MAIS. **Manual do Professor**. Organizado pela Editora Moderna. Editora Responsável: Ana Cláudia Fernandes. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2018. (4 vols. 6º ao 9º ano).

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural.** Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

AUGUSTO, Claudio de Farias. **A Revolução Portuguesa**. Direção da coleção Emília Viotti da Costa. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALPERS, Edward. Africanos Orientais. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

AMSELLE, Jean-Loup. Etnia e espaços: por uma antropologia topológica. In: AMESELLE, Jean-Loup; ḾBOKOLO, Elikia (orgs). **No centro da etnia**: etnias, tribalismo e Estado na África. Petropólis, RJ: Vozes, 2017. (Coleção África e os Africanos).

BARBOSA, Muryatan S. **Pan-africanismo e teoria social**: uma teoria crítica. In: África, São Paulo. v. 31-32, p. 135-155, 2011/2012. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/africa/article/download/115352/113006/210575

BARBOSA, Muryatan S. **A razão africana**: breve histórico do pensamento africano contemporâneo. São Paulo: Todavia, 2020.

.

BARROS. José D'Assunção. Os campos da História – uma introdução às especialidades da História. In: **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. 16, p.17-35, dez. 2004. ISSN: 1676 – 2584.

BERUTTI, Flávio; MARQUES, Adhemar. **Ensinar e aprender história**. Belo Horizonte: RHJ, 2009.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. 12ª edição. São Paulo: Contexto, 2021.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13 ed, 5 reimpressão, 2016. Vol 1.

BURKE, Peter. 1937. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia; tradução Nilo Odalia. – 2 ed. – São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou O ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Portal MEC. 2022. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/leis/9394/96. Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. **LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.**Portal MEC. 2022. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/leis/9394/96. Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. Diretrizes curriculares nacional para a educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. [2004]. Disponível em: www.portal.inep.gov.br .

CABAÇO, José Luiz de Oliveira. **Moçambique:** Identidades, colonialismo e emancipação. Orientador: Kabengele Munanga. São Paulo, 2007. (Tese).

CEREZER, Osvaldo Mariotto. **Ensinar História Afro-Brasileira e Indígena no século XXI:** a diversidade em debate. 1º edição. Curitiba: Appris, 2019.

CHEMANE, Orlando Daniel. **Eduardo Mondlane, Pan-Africanismo e Educação**. In: ENFIL: Revista Encontros com a Filosofia, ano III, n. IV, 2015. Disponível em: https://periodicos.uff.br/enfil/article/view/45759

COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: https://www.cplp.org . Acesso em: 02 mar. 2022.

CRAVEIRINHA, José. **Xigubo**. Maputo: Alcance Editores, 2008.

DRC/MT. **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso – Ensino Fundamental anos finais**. 2018. Disponível em: https://sites.google.com/view/bnccmt/educa%C3%A7%C3%A3o-infantil-e-ensino-fundamental/documento-de-refer%C3%AAncia-curricular-para-mato-grosso

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FALOLA, Toyin. **O poder das culturas africanas**. Petropólis, RJ: Vozes, 2020. (Coleção África e os Africanos).

FENSKE, Elfi Kürten (pesquisa, seleção, edição e organização). **Ungulani Ba Ka Khosa - (re) construindo identidades**. Templo Cultural Delfos, setembro/2021. Disponível: http://www.elfikurten.com.br/2016/05/ungulani-ba-ka-khosa.html

FERREIRA, Marieta de Moraes. **O Ensino de História na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil**. Manguinhos- História, Ciências, Saúde. Rio de Janeiro 19 (2), abril-junho,2012.

FERREIRA, Antonio Celso. **Literatura a fonte fecunda.** In: O Historiador e suas fontes. Organizadoras: Carla Bassanezi Pinsky e Tânia Regina de Luca. 1 ed., 3 reimpressão. São Paulo: Contexto,2013.

FERRO, Marc. **O livro negro do colonialismo**. Organização de Marc Ferro. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FERRO, Marc. **A colonização explicada a todos**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

FONSECA, Thais Nívea. **História & Ensino de História**. 4 ed.; 2 reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

FOURCADE, Marie. **Os britânicos na Índia (1858-1947) ou o Reinado do "cinicamente correto"**. In: In: FERRO, Marc. O livro negro do colonialismo. Tradução de Joana Angélica D'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FIRMINO, Gregório. **Nomes dos *vatonga* de Inhambane: entre a "tradição" e a "modernidade".** In: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia. Vol 12, 2008, p. 129-141. Disponível em: https://journals.openedition.org/etnografica/1630

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro e Educação: Ressignificando e Politizando a Raça**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br

GROSFOGUEL, Ramón. **Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada.** In: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Organizadores: Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Coleção Cultura Negra e Identidade).

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Gwendolyn Midlo. **Escravidão e etnias africanas nas Américas: restaurando os elos**. Petropólis, RJ: Vozes, 2017. (Coleção África e os Africanos).

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. 4 ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era do Capital 1848-1875**. 21 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios 1875-1914**. 24 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Extremos 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Orgia dos loucos**. Ilustrações de Mariana Fujisawa. São Paulo: Editora Kapulana, 2016.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. **O Rei Mocho**. Ilustrações de Américo A. Mavale. São Paulo: Editora Kapulana, 2016.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Ualalapi**. Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Gungunhana;Ualalapi; As mulheres do Imperador**. São Paulo: Editora Kapulana, 2018.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. ***Entrevista***. São Paulo: Kapulana, 24 set. 2018. Disponível em: https://www.kapulana.com.br/uma-entrevista-com-ungulani-ba-ka-khosa-autor-de-gungunhana-ualalapi-as-mulheres-do-imperador

KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Notícias**. Rosana Morais Weg. 31 de agosto de 2018. https://www.kapulana.com.br/escritor-mocambicano-ungulani-ba-ka-khosa-e-condecorado-pelo-brasil-com-a-ordem-de-rio-branco/

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Zoológicos humanos: gente em exibição na era do imperialismo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

KOPYTOFF, Igor. **A Biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo**. In: APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

JESUS, Nauk Maria et al. **Ensino de História: trajetórias em movimento.** Nauk Maria de Jesus; Osvaldo Mariotto Cerezer; Renilson Rosa Ribeiro (orgs.) Cáceres-MT: Editora da UNEMAT, 2007.

MACKENZIE, J.M. **A Partilha da África 1880-1900 e o imperialismo europeu no século XIX**. Tradução Sérgio Bath. São Paulo: Editora Ática S.A, 1994.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas.** In: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Organizadores: Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Coleção Cultura Negra e Identidade).

MALOA, Joaquim Miranda. **A urbanização moçambicana contemporânea: sua característica, sua moradia, sua dimensão**. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/urbe/a/qFxhYwrrWsPFh6Vq8SbvZ3j/?lang=pt&format=pdf

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/ projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG,2020.

MOÇAMBIQUE, 2015. **A Luta pela Independência**. https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Historia-de-Mocambique/A-Luta-pela-Independencia

MOÇAMBIQUE, 2021. **Portal da Presidência**. Disponível em: https://www.presidencia.gov.mz/por/Actualidade/Eleicao-ao-Conselho-de-Seguranca-e-afirmacao-como-Estado-soberano-PR

MOÇAMBIQUE, 2021. **Síntese da Conjuntura Económica IV Trimestre, 2021.** .http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-economicas/copy_of_conjuntura-economica/conjuntura-iv-trim-21.pdf/at_download/file

MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Petropólis, RJ: Vozes, 2019. (Coleção África e os Africanos).

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. **Pensamento social brasileiro e a Construção do racismo.** Maria Lúcia Rodrigues Müller(org.). Cuiabá: UAB/EdUFMT, 2010. Módulo 5 (Relações Raciais e Educação na Sociedade Brasileira/Curso de Especialização NEPRE/UFMT).

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite: Ensaios sobre a África descolonizada**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2020.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. São Paulo: N-1 edições, 2020.

NASCIMENTO, Eroneide Firmino do; SILVA, Luciária da Rocha; MERCADO, Luís Paulo Leopoldo. **Uso do Blog na prática pedagógica**. In: Práticas de Formação de Professores na Educação a Distância. Luís Paulo Leopoldo Mercado (org.). Maceió: EDUFAL, 2008. Disponível em http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufalf

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A História da África nos bancos escolares.Representações e imprecisões na literatura didática** publicado na Revista Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, n o 3, 2003, pp. 421-461. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eaa/a/jSfDJDycj4nzJwRH6W3xzLH/?format=pdf&lang=pt

OLIVA, Anderson Ribeiro. **Lições sobre a África: colonialismo e racismo nas representações sobre a África nos manuais escolares de história em Portugal (1990-2005).** 1ª ed. Curitiba: Appris, 2020.

OLIVEIRA, Jurema. **O romance em Angola: ficção e história em Pepetela**. In: XXVII Encontro Nacional de História. http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363835660_ARQUIVO_OromanceemAngola.pdf

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & Literatura: uma velha-nova história**. In: História e Literatura: Identidades e Fronteiras. COSTA, Cléria Botellho da; MACHADO, Mara Clara Thomaz. Uberlândia: EdUFU; 2006.

PRADO, Maria Ligia. **Defesa do ensino de História nas escolas**. In: Novos combates pela história: desafios-ensino. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). São Paulo: Contexto, 2021.

PONTES, Matheus de Mesquita e. **Jorge Amado:** entre engajamentos e a militância comunista (1929-1956). Orientador: Prof. Dr. Marcos A. Menezes. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Goiás/UFG, Faculdade de História -FH, Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2018.

POUCHEPADAS, Jaques. **Índia: o primeiro século colonial.** In: FERRO, Marc. O livro negro do colonialismo. Tradução de Joana Angélica D'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo**: Companhia das Letras,1996.

REZNIK, Luís. A construção da memória no ensino da História. In: Seminário 40 anos do Golpe de 1964 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil - Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Coletânea Feminismos Plurais. Coordenação Djamila Ribero.

RIBEIRO, Margarida Calafate. **Íntimos fantasmas: Memórias da África na Literatura Portuguesa Contemporânea**. In: Literatura e Memória Política: Angola, Brasil, Moçambique, Portugal. Benjamin Abdala Junior & Rejane Vecchia Rocha e Silva (orgs). Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2015. (Coleção Estudos Literários).

RIBEIRO, Renilson Rosa. **O negro em folhas brancas: ensaios sobre as imagens do negro nos livros didáticos de História do Brasil (últimas décadas do século XXI)**. Renilson Rosa Ribeiro, Mairon Escorsi Valério, Glaúcia Cristina C. Fraccaro. 1 ed. Curitiba: Appris, 2019.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Ikles. Usos pedagógicos para YouTube e podcasts. In: Novos combates pela história: desafios-ensino. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). São Paulo: Contexto, 2021.

ROSÁRIO, Lourenço do. **MOÇAMBIQUE: História, culturas, sociedade e literatura**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. 1 edição. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético**. In: Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis e Portugal. Organização: Anderson Ribeiro Oliva. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Coleção Cultura negra e identidades).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SANTOS, Gabriela Aparecida dos. **Reino de Gaza: O desafio português no sul de Moçambique (1821-1987)**. São Paulo: Alameda, 2010. (Tese).

SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. I**dentidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 15 ed. Petropólis, RJ: Vozes, 2014.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão.** 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Reflexões sobre a Memória, a História.** In: História, Memória e Literatura: O testemunho na Era das catástrofes. Márcio Seligmann-Silva (org). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

SHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TEIXEIRA, Moema de Poli. Relações Raciais na sociedade brasileira. 2 ed. MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues (org). Cuiabá: UAB/EdUFMT, 2010. Módulo 7 (Relações Raciais e Educação na Sociedade Brasileira/Curso de Especialização NEPRE/UFMT).

UNZER, Emiliano. **História da Ási**a. Columbia & San Bernardino, EUA: Amazon, 2019.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Quilombos em Mato Grosso - Resistência negra em área de fronteira**. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VIEIRA, Gabriel Pereira. **José Craveirinha: percursos de uma poética inquieta**. Orientador: Prof. Dr. Emílio Roscoe Maciel. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2019.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. Direção da coleção Emília Viotti da Costa. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

WESSELING, H.L. **Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 2 ed. 2008.

ZAMPARONI, Valdemir. **De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique**. 2 ed. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2012.

ZILBERMAN, Regina. **Duas viagens, um destino, Moçambique.** In: Literatura e Memória Política: Angola, Brasil, Moçambique, Portugal. Benjamin Abdala Junior & Rejane Vecchia Rocha e Silva (orgs). Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2015. (Coleção Estudos Literários).